

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Elcione da Silva e Silva

**VIOLÊNCIAS E NARRATIVAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUE
ROMPERAM COM O RELACIONAMENTO ÍNTIMO VIOLENTO.**

BELÉM – PA

2024

Elcione da Silva e Silva

**VIOLÊNCIAS E NARRATIVAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUE
ROMPERAM COM O RELACIONAMENTO ÍNTIMO VIOLENTO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal Do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Telma Amaral
Gonçalves

Belém - PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v

Silva, Elcione da Silva e.

VIOLÊNCIAS E NARRATIVAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUE ROMPERAM COM O RELACIONAMENTO ÍNTIMO VIOLENTO / Elcione da Silva e Silva. — 2024.

110 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Telma Amaral Gonçalves

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2024.

1. Violência . 2. Mulheres. 3. Narrativas de vida. 4. Trajetórias. I. Título.

CDD 301

Dedico este trabalho a todas as mulheres que cruzaram meu caminho, em especial, às mulheres que contribuíram compartilhando suas histórias de vida marcadas por dores, cicatrizes, mágoas, resistências, coragem, força, que seguem a vida tentando de novo e persistindo na busca de sua autonomia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus por guiar meus passos, me fortalecer nos momentos de dificuldade e iluminar meu caminho ao longo dessa jornada.

À minha querida mãe, Eliaci Silva, meu pilar de apoio inabalável, que esteve ao meu lado em todos os momentos, me incentivando, me motivando e me dando amor incondicional. Sua presença e seu carinho foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

À minha irmã, Lanna, minha companheira, que compartilhou comigo risos, lágrimas e desafios, sua amizade e apoio foram fundamentais. Ao meu irmão Marcos Felipe e ao meu Pai, Almir Cordeiro, pelo seu apoio, por confiar em mim.

À minha orientadora, Telma Amaral, por todo o apoio, paciência e dedicação em me orientar ao longo deste processo. Sua insistência, busca por soluções e apoio foram essenciais para superar meus medos e desafios.

À minha cunhada, Débora Pantoja, que me deu o mais lindo presente, a minha sobrinha, trazendo alegria e leveza aos meus dias. Sua presença e o amor da Maria Julia foram verdadeiras bênçãos em minha vida.

Ao meu amigo Rodrigo, por todas as conversas, distrações e momentos de desabafo. Dividimos as angústias, os momentos de tensão, as tristezas e ansiedades. Mas, também, as vitórias, as risadas, as longas e divertidas conversas. Sua amizade e apoio foram fundamentais para me sentir acolhida e segura em compartilhar meus pensamentos e sentimentos mais internos.

Às minhas amigas Jamille e Angélica Paula, que estiveram ao meu lado durante essa trajetória, compartilhando conversas, risos e momentos especiais que fizeram toda a diferença em minha jornada. E mesmo distantes fisicamente, nossa amizade prevalece.

Às minhas companheiras de luta Ana Carolina, Lana, Carol, Rayana e aos integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, que juntos compartilham o desejo de transformar a realidade e agir em prol da igualdade e justiça. O apoio e a união de vocês foram inspiradores e fundamentais para seguirmos juntos nessa caminhada de mudança.

Aos meus amigos Adil e Lazaro que foram meu porto seguro nos momentos mais difíceis, acolhendo-me e dando suporte quando mais precisei. Mesmo longe de

casa e do meu lar, o apoio de vocês foi essencial para que eu me mantivesse firme e determinada.

Aos meus familiares, em especial à minha tia Eliete, que esteve presente com suas orações acreditando em mim, fortalecendo meu caminho e me dando forças para seguir em frente.

Ao PPGSA, à Capes e ao CNPq pelo suporte que viabilizou a realização desta pesquisa. Sem as bolsas fornecidas por essas instituições, seria impossível concluir este estudo. É graças ao incentivo público direcionado à Educação e à Pesquisa que temos a oportunidade de continuar investigando e contribuindo para o avanço científico em nosso país.

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância,
já que viver é ser livre.

Simone de Beauvoir.

RESUMO

A questão da violência contra as mulheres é uma realidade em diversas histórias de vida, deixando marcas profundas nas subjetividades e memórias das vítimas. Este estudo traz à luz do espaço público científico uma problemática tradicionalmente associada aos domínios das relações amorosas e, conseqüentemente, considerada de natureza privada. Esta dissertação investiga a trajetória de seis mulheres que romperam com relacionamentos íntimos violentos, seja com namorado ou marido, explorando suas experiências durante e após o término dessas relações. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, utilizando o método “Narrativas de Vida” (Bertaux, 2010), com a utilização de entrevistas narrativas, para acessar suas histórias. Buscou-se compreender os significados subjetivos atribuídos a essas experiências, destacando as tentativas de resignificação e resistência por parte das participantes, visando a possíveis rupturas com o ciclo de violência. Os resultados revelam narrativas ricas e complexas, evidenciando os desafios enfrentados durante o relacionamento violento, as dificuldades enfrentadas ao tentarem romper, e os processos de reconstrução pessoal e social após o rompimento. Identificamos como os discursos sociais sobre o amor moldam a subjetividade das mulheres em relacionamentos abusivos, destacando a idealização do amor e as expectativas em torno dos relacionamentos e como as mulheres têm a tendência em valorizar as características positivas dos parceiros, mesmo diante de comportamentos abusivos, pois a violência se manifesta de forma enraizada culturalmente. São discutidos também os diversos tipos de apoio social e institucional disponíveis para as mulheres em situação de violência, bem como as marcas e impactos psicológicos e sociais dessas experiências. Identificamos as estratégias de resistência adotadas por mulheres que sofrem violência doméstica para resistir e eventualmente romper com relacionamentos abusivos. As experiências de violência variam em sua manifestação, contexto e circunstâncias específicas, mas compartilham efeitos negativos duradouros tanto para as vítimas quanto para a sociedade como um todo. No entanto, as histórias de sobrevivência dessas mulheres revelam um desejo de reconstrução de suas vidas, demonstrando um movimento em direção à resiliência, autonomia e resignificação, o que indica um deslocamento nas relações de poder, conforme discutido e nos estudos feministas sobre violência de gênero.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Narrativas de vida; Trajetórias.

ABSTRACT

The issue of violence against women is a reality in various life stories, leaving deep marks on the subjectivities and memories of the victims. This study sheds light on the scientific public space on a problem traditionally associated with the realms of romantic relationships and consequently considered of a private nature. This dissertation investigates the trajectory of six women who have broken free from violent intimate relationships, whether with a boyfriend or husband, exploring their experiences during and after the end of these relationships. The research is based on a qualitative approach, using the "Life Narratives" method (Bertaux, 2010), with the use of narrative interviews to access their stories. The aim was to understand the subjective meanings attributed to these experiences, highlighting the attempts at resignification and resistance by the participants, aiming at possible ruptures with the cycle of violence. The results reveal rich and complex narratives, evidencing the challenges faced during the violent relationship, the difficulties encountered when trying to break free, and the processes of personal and social reconstruction after the breakup. We identify how social discourses about love shape the subjectivity of women in abusive relationships, emphasizing the idealization of love and expectations surrounding relationships, and how women tend to value positive characteristics of partners, even in the face of abusive behavior, as violence manifests culturally ingrained. The various types of social and institutional support available to women in situations of violence are also discussed, as well as the marks and psychological and social impacts of these experiences. We identify the resistance strategies adopted by women experiencing domestic violence to resist and eventually break free from abusive relationships. Experiences of violence vary in their manifestation, context, and specific circumstances, but share lasting negative effects for both victims and society as a whole. However, the survival stories of these women reveal a desire to rebuild their lives, demonstrating a movement towards resilience, autonomy, and resignification, indicating a shift in power relations, as discussed in feminist studies on gender violence.

Keywords: Violence; Women; Life narratives; Trajectories.

RESUMEN

La cuestión de la violencia contra las mujeres es una realidad en diversas historias de vida, dejando marcas profundas en las subjetividades y memorias de las víctimas. Este estudio trae a la luz del espacio público científico una problemática tradicionalmente asociada al ámbito de las relaciones amorosas y, por consiguiente, considerada de naturaleza privada. Esta tesis investiga la trayectoria de seis mujeres que han terminado relaciones íntimas violentas, ya sea con novios o esposos, explorando sus experiencias durante y después de la terminación de estas relaciones. La investigación se fundamenta en un enfoque cualitativo, utilizando el método "Narrativas de Vida" (Bertaux, 2010), con el uso de entrevistas narrativas para acceder a sus historias. Se buscó comprender los significados subjetivos atribuidos a estas experiencias, destacando los intentos de resignificación y resistencia por parte de las participantes, con miras a posibles rupturas con el ciclo de violencia. Los resultados revelan narrativas ricas y complejas, evidenciando los desafíos enfrentados durante la relación violenta, las dificultades enfrentadas al intentar terminarla y los procesos de reconstrucción personal y social posterior a la ruptura. Identificamos cómo los discursos sociales sobre el amor moldean la subjetividad de las mujeres en relaciones abusivas, destacando la idealización del amor y las expectativas en torno a las relaciones, así como la tendencia de las mujeres a valorar las características positivas de los compañeros, incluso ante comportamientos abusivos, ya que la violencia se manifiesta arraigada culturalmente. También se discuten los diversos tipos de apoyo social e institucional disponibles para las mujeres en situación de violencia, así como las marcas e impactos psicológicos y sociales de estas experiencias. Identificamos las estrategias de resistencia adoptadas por mujeres que sufren violencia doméstica para resistir y eventualmente terminar relaciones abusivas. Las experiencias de violencia varían en su manifestación, contexto y circunstancias específicas, pero comparten efectos negativos duraderos tanto para las víctimas como para la sociedad en su conjunto. Sin embargo, las historias de supervivencia de estas mujeres revelan un deseo de reconstruir sus vidas, demostrando un movimiento hacia la resiliencia, autonomía y resignificación, lo que indica un cambio en las relaciones de poder, según lo discutido en estudios feministas sobre violencia de género.

Palabras clave: Violencia; Mujeres; Narrativas de vida; Trayectorias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DEBATE TEÓRICO.....	18
1.1 Relação entre violência e gênero.....	18
1.2 Reflexões sobre a violência contra mulher.....	22
CAPÍTULO 2. PERCURSO METODOLÓGICO: NARRATIVAS DE VIDA COMO MÉTODO.....	31
2.1 A escolha do método.....	31
2.2 O acesso às entrevistadas.....	33
2.3 Perfil das entrevistadas e fragmentos narrativos dos relacionamentos.....	35
CAPÍTULO 3. NOS RASTROS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	45
3.1 Percepção da violência pelas mulheres.....	45
3.2 Dificuldades para romper com relacionamento violento.....	51
3.4 “No começo ele era um príncipe”.....	56
3.3 Amor: é ter com quem nos mata lealdade?.....	59
CAPÍTULO 4. TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA.....	67
4.1 Estratégias de resistência e os caminhos percorridos.....	68
4.2 O ato de denunciar e as experiências com a delegacia.....	76
4.3 Marcas das violências e as interferências na subjetividade.....	81
4.4 Novos caminhos: a trajetória pós-rompimento.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

“Têm coisas que me indignam e não entendo porque continuam a acontecer [...] ver ela estirada no chão cheia de sangue e na semana seguinte está com ele como se nada tivesse acontecido [...] o amor cega.”

Esse trecho é de um diário antigo quando escrevi sobre minha tia que foi espancada pelo namorado. A violência doméstica sempre esteve muito próxima de mim, além dos vários tipos de violência que nem entendia como tal. *“Eu casei com treze anos, e meu marido me batia constantemente, hoje sou doida assim (risos) porque ele partiu minha cabeça e até desaprendi a ler”*, esse é um relato de outra tia que viveu um relacionamento muito conturbado desde a adolescência¹.

Relatos como esses são comuns. A violência contra a mulher consiste num problema persistente que atinge mulheres dos mais diversos estratos sociais e em condições sociais e culturais distintas. Podemos ter certa dimensão de acordo com os dados compilados no dossiê Violências Contra as Mulheres, o qual identificou que ocorrem 5 espancamentos a cada 2 minutos (FPA/SEAC, 2010); a cada 11 minutos ocorre um estupro; a cada 2 horas uma mulher é assassinada (FBSP, 2017); e, a cada hora, 503 mulheres são vítimas de agressão. (Data Folha/FBSP, 2017).

Esse problema se intensificou ainda mais com a pandemia de COVID-19 e o isolamento resultante das medidas de contenção implementadas. No ano de 2020, foram registradas 105.821 denúncias de violência contra a mulher nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100. Além de que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia. (Data Folha/FBSP, 2021).

Dizem que o tema de pesquisa acha a gente, talvez tenha sido assim comigo. O fato é que na minha graduação fiz parte do GEPEM – Grupo Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre mulher e gênero, e o projeto de pesquisa² em que estive inserida teve como objetivo pesquisar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e, esse tema se estendeu para meu trabalho de conclusão

¹ Ela se casou aos 13 anos.

² Projeto com o título: Efetividade das políticas públicas e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Região Metropolitana de Belém (2007-2014). Sob a direção da Dr^a Maria Luzia Miranda Álvares. IFCH/FCS/GEPEM.

de curso - TCC³ e, também para esta dissertação de Mestrado, agora com uma abordagem diferente. Além disso, meu interesse pelas causas feministas permitiu que fizesse parte de um movimento de mulheres⁴, que desenvolvem lutas em prol das mulheres. Uma dessas iniciativas está relacionada à construção de um espaço de acolhimento para mulheres vítimas de violência, oferecendo diversos serviços. Portanto, este trabalho está direcionado numa perspectiva feminista que dialoga com diferentes vertentes teóricas feministas. Considerando o que Hirata et al (2009) discorre como feminismo sendo para as mulheres o meio de chegar tanto ao poder da palavra como ao poder da ação (Hirata et al, 2009, p. 188).

As pesquisas no âmbito da violência contra mulher no Brasil, em sua maioria são centradas nas políticas públicas pós-promulgação da Lei Maria da Penha. As pesquisas envolvendo a voz das mulheres sobre a violência que sofrem, suas representações e os percursos para a superação são menos abordadas em comparação com os estudos das políticas públicas e das redes de proteção, segundo Stecanela e Ferreira (2011).

O problema da violência, no contexto das relações íntimas, é recorrente em diversas histórias de vida, atravessa as subjetividades e marca as vivências e experiências de mulheres, as quais nem sempre são compartilhadas. Portanto, esta pesquisa pretende trazer para o espaço público da ciência questões que são consideradas do ambiente das relações amorosas, assim, do espaço privado.

O propósito desta pesquisa é investigar trajetórias de mulheres que tiveram em seus percursos experiências de violência de gênero e que, apesar das dificuldades enfrentadas, encontraram caminhos para sua emancipação e construção de sua autonomia. Pretende identificar as dificuldades e analisar os fatores que contribuem para o rompimento do círculo da violência, identificando por meios das narrativas de vida dessas mulheres, quais os pontos de apoio, ou seja, de quais direções se obteve apoio, visando principalmente ver que lugar as políticas públicas desempenham nesse processo. Nesse sentido, procuro entender como as

³ Com o título: Políticas públicas de atendimento às mulheres vítimas de violência no estado do Pará: da proposta orçamentária à implementação dos serviços. Orientada pela Dr^a Maria Luzia Miranda Álvares.

⁴ O Movimento Olga Benário se originou na ocasião do Encontro de Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas, ocorrido em 2011, na Venezuela. Atua nacionalmente em mais de 20 estados, incluindo o estado do Pará, atuando principalmente na denúncia e combate da violência contra mulher. Além disso, o Movimento se articula internacionalmente através da organização de Encontros Internacionais de Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas.

mulheres em situação de violência tomam posições para o rompimento e reconstróem suas vidas nos diversos aspectos.

Quando se trata das políticas públicas, ainda que tenham se expandido nos últimos anos, nem todas as mulheres têm acesso aos serviços especializados. De acordo com o relatório de observação nas DEAMs⁵, no acesso aos serviços ainda há muitas reclamações em relação aos atendimentos e acolhimentos. Como aponta Bandeira (2014), a principal barreira acaba sendo o despreparo de profissionais para lidar com as usuárias e, também, o impacto subjetivo que o trabalho com o cotidiano da violência causa nessas profissionais. Assim, há necessidade da formação continuada das equipes de atendimento especializado e, isto tem sido um desafio.

Sabe-se da existência de numerosos casos de violência que seguem na invisibilidade, no entanto, outros casos geram reações na comunidade, que se solidariza dando algum suporte ou apoio. Esses movimentos de solidariedade, que podem ser ajudas pontuais de vizinhos ou parentes ou até respostas mais elaboradas de movimentos sociais, nem sempre são visíveis na denúncia ou no processo de decisão de denunciar. No entanto, entende-se que esses movimentos de solidariedade e apoio constituem um aspecto importante para as mulheres no processo de rompimento com a violência e na reconstrução de sua identidade, portanto, são relevantes na construção dos dados relativos à violência de gênero e nas narrativas das mulheres. (Stecanela e Ferreira, 2011).

Algumas questões foram levantadas para sustentação do que pretendemos construir para analisar o problema central: Como as mulheres percebem a violência que sofreram? Quais os fatores que as impulsionaram e que caminhos percorreram para sair da situação de violência? Quais os apoios que tiveram nos âmbitos familiar, social, policial e jurídico nessa trajetória e como avaliam a atuação das políticas públicas nesse processo? Quais dificuldades foram encontradas nas diversas instâncias que percorreram? Como reconstruíram ou estão reconstruindo suas vidas em diversos aspectos, dentre eles, o afetivo?

A esse respeito, Maria Odila Dias (2019) discorre que os estudos feministas propõem uma redefinição dos processos de subjetividade, e que através de focos narrativos, a hermenêutica do cotidiano procura historicizar aspectos concretos da

⁵ Este relatório foi elaborado por pesquisadoras bolsistas que acompanharam o dia-a-dia das Delegacias Especializadas em Belém/Pará, incluído no Projeto de Pesquisa “Efetividade...”, coordenado pela Dra. Maria Luzia Miranda Alvares.

vida cotidiana dos seres humanos – homens e mulheres – em sociedade. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abertura de caminhos novos e outras interpretações de identidades femininas.

Com isso, esta pesquisa não tem pretensão de generalização. Mas se direciona através dos registros dos fragmentos das histórias de vida, na procura de compreender o fenômeno da violência que ocorre nos relacionamentos íntimos, e entender a construção da subjetividade de mulheres marcadas pelas violências, em seus processos de subjetivação.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira:

CAPÍTULO 1, Violência contra a mulher: um debate teórico. Neste capítulo é abordada a questão da violência contra as mulheres sob uma perspectiva multidisciplinar, destacando a importância dos estudos de gênero e feministas para compreender essa problemática. ao longo do texto, são discutidos conceitos-chave como violência de gênero, dominação masculina, relações desiguais de poder e violência familiar. Além disso, são apresentadas diferentes abordagens teóricas que buscam explicar a violência contra as mulheres, destacando a complexidade e a interseccionalidade das opressões que as mulheres enfrentam.

CAPÍTULO 2, Narrativas de vida como método. Este capítulo descreve os métodos utilizados na pesquisa sobre mulheres que enfrentaram relacionamentos íntimos violentos. Optou-se pela abordagem qualitativa e pelo método de "narrativas de vida", com entrevistas narrativas e análise temática. Está subdividido em três itens:

2.1 A escolha do método: neste item, discuto sobre o método utilizado. Utilizaram-se entrevistas narrativas para coletar as experiências das participantes, focando nos contextos da violência nos relacionamentos, nas estratégias de resistência e nos processos de reconstrução após o rompimento. A análise dos dados empíricos buscou construir uma representação sociológica dos componentes sociais das situações vivenciadas pelas mulheres.

2.2 O acesso às entrevistadas: descrevo como deu o acesso as participantes da pesquisa.

2.3 Perfis das entrevistadas e fragmentos narrativos dos relacionamentos: descrevo os aspectos socioeconômicos e demográficos, e outras

características das entrevistadas e são apresentados os fragmentos narrativos dos relacionamentos das mulheres que enfrentaram violência doméstica.

CAPÍTULO 3. Nos rastros da violência de gênero. Este capítulo está subdividido em quatro itens.

3.1 Percepção da violência pelas mulheres: O tópico aborda a dificuldade das mulheres em reconhecerem diferentes formas de violência de gênero além da agressão física, destacando a variação cultural e histórica na percepção da violência. Nele discuto a influência da hierarquia de poder masculino e a dependência emocional e financeira na manutenção do ciclo de violência. Os relatos pessoais das entrevistadas ilustram a complexidade da violência de gênero e seus impactos psicológicos.

3.2 Dificuldades para romper com relacionamento violento: Neste item abordo as dificuldades enfrentadas por mulheres ao tentarem romper relacionamentos violentos. Os relatos pessoais das entrevistadas demonstraram elementos que influenciam suas decisões, mesmo quando desejam sair do relacionamento.

3.3 “No começo ele era um príncipe”: Neste tópico é discutido a respeito da percepção das mulheres têm a respeito dos comportamentos de seus parceiros. É abordado sobre o apego que se tem às características positivas dos parceiros no início do relacionamento, apesar dos comportamentos agressivos subsequentes.

3.4. Amor: é ter com quem nos mata lealdade?: Neste item, discuto sobre a relação entre amor e violência nas relações de intimidade, destacando como as representações culturais acerca do amor podem influenciar a percepção e a tolerância à violência. Explora-se como as construções discursivas sobre o amor influenciam a subjetividade das mulheres em relacionamentos amorosos, especialmente no contexto da violência. Discute-se como o discurso do amor romântico, o ciúme e a dependência emocional são elementos presentes nas narrativas das entrevistadas, destacando a idealização do amor e as expectativas em torno dos relacionamentos.

CAPÍTULO 4. TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA. Está dividido em quatro itens.

4.1 Estratégias de resistência e os caminhos percorridos: neste item discuto sobre as estratégias adotadas por mulheres que sofrem violência doméstica para resistir e eventualmente romper com relacionamentos abusivos.

4.2 O ato de denunciar e as experiências com a delegacia. Abordo a relação das mulheres entrevistadas com o processo de denúncia e as experiências vivenciadas na procura de ajuda nas delegacias.

4.3 Marcas das violências e as interferências na subjetividade. No item discuto as marcas da violência nas mulheres e como isso afeta sua subjetividade. Discorro sobre o que as narrativas revelam acerca dos impactos emocionais e psicológicos nas mulheres vítimas de violência.

4.4 Novos Caminhos: a trajetória pós-rompimento. Abordo a trajetória de mulheres que romperam relacionamentos violentos, destacando sua resiliência e busca por autonomia.

Por fim, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** as questões iniciais são revistas à luz das descobertas de campo.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DEBATE TEÓRICO

1.1 A relação entre gênero e violência

A violência ocupa um lugar relevante dentro do campo de estudos das ciências sociais e, tem sua definição e análise historicamente associadas aos conceitos de controle social e do papel do Estado, portanto, tem enfoque na distribuição e no exercício de poder tendo o Estado como foco principal. Este direcionamento encobriu outras formas de violências que fazem parte do cotidiano, nas relações interpessoais, também marcadas por relações desiguais de poder. (Bandeira, 2014)

A expansão do movimento feminista, a partir da década de 70, e a construção dos estudos sobre mulheres marcam uma ruptura epistemológica nas áreas das ciências sociais. Nas últimas décadas surgiu um conjunto de estudos feministas que produziram uma considerável reavaliação das explicações correntes da vida social, as quais foram apoiadas na experiência de mulheres e na crítica às teorias sociais omissas quanto à importância das relações de gênero na explicação da organização social. (Sorj, 2019). Gayatri Spivak (2010) aborda a ideia de subalternidade, ressaltando que as mulheres foram frequentemente excluídas das discussões globais ao longo da história, porém, a mulher intelectual tem o dever, mesmo que limitado, de não negar qualquer oportunidade de expressão.

Heleieth Saffioti (2004) aponta que historicamente as identidades sociais atribuídas às mulheres foram moldadas e solidificadas pelo sistema de dominação patriarcal, que historicamente relegou as mulheres a uma posição de submissão e subordinação aos homens (Saffioti, 2004). O patriarcado é entendido como um sistema no qual a autoridade é centralizada no patriarca, perpetuando divisões sociais baseadas em trabalho, raça e gênero, enquanto se fortalece por estruturas fixas (Machado, 2000).

O movimento feminista foi sem dúvida foi o principal responsável pela politização da vida privada, ao desvendar as relações de poder embutidas no convívio entre homens e mulheres, na família, nas relações conjugais, nas esferas pública e privada (Arruda, 2019). Autoras como Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti

(2004) e Judith Butler (2003) trouxeram à luz perspectivas alternativas à ideia de que gênero se tratava, simplesmente, da divisão biológica entre homem e mulher. Portanto, no âmbito do debate sobre a violência enfrentada pelas mulheres, é essencial contextualizá-las dentro das conversas sobre as dinâmicas de gênero, a fim de aprofundar nossa compreensão dos diversos tipos de violência e das motivações por trás das práticas violentas direcionadas a elas. Compreender as complexidades das relações de gênero é fundamental para desvendar a natureza da violência que as mulheres enfrentam globalmente.

Nesse sentido, a noção gênero foi fundamental, pois é nessa perspectiva que se entende o fato da violência contra as mulheres ter caráter distinto de outras violências (Bandeira, 2014). O gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações, e envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição inferior na organização da vida social. (Sorj, 2019). É importante ressaltar que a discussão teórica sobre o conceito de gênero se desenvolve por caminhos diferenciados, portanto, associados a pontos de vista distintos.

Joan Scott em seu famoso artigo "*Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*" (1995) faz uma abordagem histórica sobre os estudos de gênero, evidenciando as lacunas conceituais deixadas pelas concepções analisadas. Neste texto, a autora, embasada em uma análise genealógica, contextualiza o conceito e propõe sua utilização como categoria analítica e ferramenta metodológica para compreender como ao longo da história foram produzidas e legitimadas as construções de conhecimento e poder em relação à diferença sexual. Partindo desta análise, (Scott, 1995) define gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (Scott, 1995, p. 86)

A intersecção entre gênero e poder é central na conceituação de Scott. Para explorá-la, ela se vale da noção de poder de Michel Foucault (1996), concebendo-o como um poder em constante fluxo, ou seja, nem estático nem localizado em uma pessoa ou instituição, que se organiza conforme um "campo de forças". A partir dessa perspectiva, é possível desconstruir as verdades universais presentes nas hierarquias e desigualdades de gênero fundamentadas na diferença biológica.

Nesse sentido, gênero consiste numa categoria de análise histórica e é indispensável para se pensar a violência contra as mulheres, porque descreve como as relações sociais foram construídas a partir de significados atribuídos às diferenças sexuais como expressão e naturalização da desigualdade de poder entre os sexos e a superioridade e valorização de um gênero sobre o outro, nesse caso o masculino sobre o feminino. (Scott, 1995).

Dado que o gênero é uma construção social, sua expressão na sociedade é moldada pelos valores e experiências individuais, que variam conforme as leis, religiões, períodos históricos, localidades, estruturas familiares e contextos políticos ao longo do tempo. Como explicitado por Miriam Grossi (1998), o gênero se manifesta em cada aspecto de nossa existência, tanto no âmbito das ideias quanto das ações. Assim, conforme Scott (1995) argumenta, não devemos cair em um reducionismo, como aquelas propostas por alguns autores que limitam o uso da categoria gênero a uma perspectiva restrita ao ambiente doméstico e à família como base da organização social.

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua (...) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas, fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (...) a alta política, ela mesma, é um conceito de gênero, pois estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido (Scott, 1995, p.87).

De acordo com Saffioti (2004), é reconhecendo as heranças da ordem patriarcal, que passamos a entender como as relações de gênero explicam as variadas formas de violência contra as mulheres. Com efeito, os estudos sobre a violência contra as mulheres têm por ponto de apoio a hierarquia de poder associada à cultura que defende papéis diferenciados para homens e mulheres, propiciando, assim, relações de desigualdade de gênero, na qual as mulheres são colocadas em situação de inferioridade.

Nesse sentido, no que diz respeito às diferenças biológicas e a posição de dominação pelo homem, Pierre Bourdieu (2012) analisa essas estruturas históricas de dominação masculina e afirma que são incorporadas tanto pelos homens quanto por mulheres, mesmo que involuntariamente, formando esquemas de percepção.

Assim, essas concepções “invisíveis” chegam aos indivíduos sendo exercidas por vias simbólicas modelando seus pensamentos e ações. Como discorre Bourdieu (2012),

sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação. (Bourdieu, 2012, p. 7)

A ordem social reproduz a dominação masculina. Assim, em seus estudos, o sociólogo introduz a dominação masculina como sendo construída historicamente, através de instituições como família, igreja e Estado, perpassando ao subjetivo incorporado aos pensamentos, comportamentos, linguagem, e até mesmo aos corpos. Portanto, a relação desigual de poder se institui com a aceitação do ser dominado, ainda que não seja uma aceitação consciente, pois a relação de dominação se baseia no discurso da dominação.

A perspectiva de gênero é interessante na medida em que está associada a outras categorias, tais como raça/etnia, classe. Como cita Adriana Piscitelli (2008),

raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse um lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. As categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança. (Piscitelli, 2008, p. 268)

Ainda nesse sentido Lourdes Bandeira (2014) aponta que a violência contra as mulheres é motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, que começam no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem como relações hierárquicas. Porém, em muitas situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar.

Assim, consideramos que todas as mulheres estão expostas à violência, no entanto, a violência não atinge a todas as mulheres de maneira igual. As violências podem ser agravadas e potencializadas de acordo com o contexto nos quais as mulheres vivem e mediante as condições em que se apresentam, seja como mulheres negras, pobres, indígenas, lésbicas, etc. Com isso, consideram-se outras

categorias de articulação e a interseccionalidade, na tentativa de se pensar as multiplicidades de diferenciações que permeiam o social, articulando-se à categoria gênero (Piscitelli, 2008). Essas categorias são importantes porque permitem compreender a complexidade dos processos de socialização marcados pela violência, os quais não se estabelecem de maneira isolada, mas são marcados pela mescla de várias expressões de discriminação baseadas no gênero, no racismo, na heterossexualidade compulsória, no capitalismo, etc. Como esclarece a escritora e ativista feminista Audre Lorde (2019)⁶, não existe hierarquia de opressão. Nesse mesmo sentido apontam Debert e Gregori:

as dinâmicas dessimétricas das relações de gênero têm pontos de encontro e semelhança com outras dessimetrias relacionadas com a produção de diferenças tornadas desigualdades. Gênero não é uma dimensão encapsulada, nem pode ser vista como tal, mas ela se intersecciona com outras dimensões recortadas por relações de poder, como classe, raça e idade. (Debert & Gregori, 2008, p.166).

Além do conceito de Interseccionalidade (Piscitelli, 2008), o conceito de gênero como uma categoria de análise histórica, formulado por Joan Scott (1995), norteia este trabalho, pois descreve como as relações sociais foram moldadas a partir dos significados atribuídos às diferenças, culminando na prevalência e na valorização de um gênero sobre o outro. Como indicado por Piscitelli (2008, p. 146), o conceito de gênero vai além das simples distinções entre homens e mulheres, entre masculinidade e feminilidade. Na perspectiva da interseccionalidade, discutir gênero envolve o uso de categorias relacionais em conjunto com os marcadores sociais de diferença.

1.2 Reflexões sobre a violência contra mulher no Brasil

A violência contra a mulher é uma das graves questões que impactam a sociedade contemporânea e não pode ser ignorada, pois está diretamente ligada a um número significativo de mortes femininas, como indicado pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012). No Brasil, a cada hora, 26 mulheres sofrem agressão física no

⁶ Audre Lorde em seu texto “Não existe hierarquia de opressão”, narra sua experiência esclarecendo que está atravessada por várias expressões de discriminação e que estas estão sempre interligadas. “Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para as lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra as lésbicas e gays é um problema para as pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão.” (In Hollanda, 2019, p. 235)

país, é o que aponta o relatório do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com a pesquisa foram identificadas 230.861 agressões por violência doméstica, tendo um aumento de 0,6% com relação ao ano anterior; 597.623 ameaças, aumento de 3,3%; 619.353 chamadas ao 190, aumento de 4%; e, 370.209 Medidas Protetivas de Urgência concedidas, crescimento de 13,6%.

A pesquisa indicou que aconteceram 66.020 estupros no país em 2021, aumento de 4,2% dos casos; Os casos de assédio somaram 4.922, aumento de 2,3%; e importunação sexual foram 19.209, aumento de 9% em relação ao ano anterior. Os dados da pesquisa, feita pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) revelam que 68% das brasileiras têm uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica.

O problema da violência tem sido pauta nas lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Ligia Bittencourt Kiss, Lília Bilma Schraiber e Ana Flávia P. L. D'Oliveira (2007) observam que durante a década de 1980, a problemática da violência contra as mulheres no Brasil tornou-se um dos principais focos de atuação do movimento feminista, principalmente no âmbito assistencial. Isso deu origem a parcerias com o Estado com o objetivo de desenvolver políticas públicas que abordassem a questão de gênero.

Nas últimas três décadas ocorreram mudanças significativas no paradigma político jurídico brasileiro, resultando em conquistas políticas e legais para as mulheres. Essas conquistas, em sua grande maioria, são resultado dos processos de articulação, reivindicação e atuação dos movimentos e organizações feministas e de mulheres tanto em nível nacional quanto internacional. Nesses processos, podemos mencionar, entre outros, os seguintes documentos e legislações:

No plano internacional: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1979); a Recomendação Geral No. 19 do Comitê CEDAW (ONU, 1992); a Declaração sobre Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1993); as Declarações e Programas de Ações decorrentes das principais Conferências Internacionais das Nações Unidas (Viena/93, Cairo/94 e Beijing/95); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994); o Relatório do Comitê CEDAW em relação ao Brasil (ONU, 2003).

No plano nacional: a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes (1986); a Constituição Federal (1988); o novo Código Civil (2003); o Código Penal (1940) e as leis esparsas que ao longo destas décadas produziram reformas no campo penal e processual penal, além de outras legislações - como a Lei 9099 (1995) - que, nem sempre de forma positiva, acabaram

afetando o tratamento jurídico do tema da violência contra as mulheres. (Pandjarian, 2006, p. 79)

No Brasil, a partir da década de 80, houve um aumento nas discussões sobre a situação das mulheres e a desigualdade, embora ainda fossem vistas como controversas na sociedade. Apesar disso, os grupos focados em questões de gênero surgiram no final da década de 80, mobilizando Organizações Não Governamentais (ONGs).

Os movimentos feministas trouxeram resultados positivos para a saúde das mulheres, com destaque para o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), estabelecido em 1983. Este programa incluiu as primeiras medidas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos na política de saúde das mulheres no Brasil. No entanto, na época, essa iniciativa não resultou em mudanças significativas no atendimento às mulheres em situação de violência. Somente na década de 1990 foram implementadas medidas mais eficazes, como a criação de serviços de atenção à violência sexual para prevenir e tratar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, além da realização de aborto legal quando necessário (Santiago et al, 2013).

De acordo com Bandeira (2009, p. 403), a partir do ano 2000, o aumento da mobilização pela democratização dos direitos humanos e pela cidadania foi um dos principais motores por trás da criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que foi estabelecida em 2003, a qual desempenhou um papel crucial na formulação da nova legislação destinada a combater a violência contra as mulheres.

A partir do ano de 2003, conquistas importantes relacionadas à violência contra a mulher foram expandidas com a promulgação da Lei 10.778, de 24/11/2003, que obrigou os serviços de saúde pública e privada a notificarem casos de violência contra a mulher. Outro marco importante, resultado dos movimentos feministas, foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Estas delegacias têm como objetivo principal reconhecer a violência contra a mulher como crime e implicam na responsabilização do Estado pela implementação de políticas destinadas a combater esse tipo de violência.

Entretanto, um momento histórico no combate à violência doméstica surgiu em 2006, com a criação da Lei nº 11.340, conhecida como "Lei Maria da Penha". Esta legislação foi promulgada com o intuito de enfrentar a violência doméstica, oferecendo suporte às mulheres vítimas de crimes. Além disso, ela possibilitou a

aplicação de medidas mais rigorosas contra os agressores, eliminando a possibilidade de tratamento das violências de gênero como crimes de menor potencial ofensivo, cujas punições consistiam em cestas básicas ou serviços comunitários, conforme previsto na Lei 9099/5.

Em 2015, nove anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, foi sancionada a Lei nº 13.104, conhecida como lei do feminicídio. Esta lei aborda casos em que mulheres são assassinadas por serem mulheres, ou seja, por sua condição de gênero. Ao incluir o feminicídio na lista de crimes hediondos e classificá-lo como homicídio qualificado, a nova legislação reconhece a natureza misógina e extremamente violenta dos ataques direcionados às mulheres.

Vale ressaltar a criação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA) nos anos 90, que impulsionou a produção acadêmica e ampliou os debates no cenário político.

As autoras Cecília Macdowell Santos e Wânia Pasinato Izumino no *Artigo: “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil (2005)”*, ao fazer uma análise crítica sobre os estudos sobre a violência contra mulher apresentaram três correntes teóricas:

a primeira, que denominamos de **dominação masculina**, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de **dominação patriarcal**, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de **relacional**, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”. (Santos, Izumino, 2005. p. 2)

Maria Filomena Gregori (1993) apresenta a partir de sua pesquisa⁷ a perspectiva relacional de acordo com a qual a violência entre o casal é decorrente de um jogo relacional no conflito de poder, no qual a mulher não é vítima e passiva, pelo contrário, é autônoma para decidir, atuando ativamente e participando da

⁷ Em seu trabalho intitulado “Cenas e Queixas”, publicado no início dos anos 1990, Gregori fez um estudo do programa SOS-Mulher de São Paulo, organização que atuava na defesa das mulheres vítimas de violência. A pesquisa envolveu o período de fevereiro de 1982 a julho de 1983, e nela foram analisados os discursos e práticas do movimento feminista e das mulheres que sofreram agressão do companheiro. Foi observado que o SOS-Mulher concebia a mulher como vítima da violência, defendendo que a mesma precisava se libertar desta relação abusiva por meio da conscientização de sua autonomia enquanto sujeito.

violência, também colaborando para reproduzir os papéis de gênero (Santos; Izumino, 2005).

O estudo de Gregori (1993) examinou e levantou questões acerca da perspectiva dicotômica que permeia as relações entre homens e mulheres, caracterizada pelo binarismo estático. Nessa dinâmica, as mulheres são frequentemente retratadas como vítimas passivas, dóceis e dependentes (dominadas), enquanto os homens são representados como fortes, ativos e agressivos (dominadores). Conforme apontado pela autora (1993) e corroborado pela maioria das pesquisas sobre a condição feminina, as mulheres experimentam e interagem com situações de violência de maneiras diversas, influenciadas por contextos específicos. Essa abordagem é interessante ao questionar a visão das mulheres como vítimas permanentes dentro da dicotomia dominador-dominada e, também pode fornecer insights sobre como abordar o debate.

A teoria da dominação masculina é apresentada por Marilena Chauí (1985) que compreende a violência contra mulher como uma ideologia da dominação masculina, que é repassada tanto por homens, quanto por mulheres. Dessa maneira, a autora entende a violência como um ato que gera desigualdades a fim de dominar, explorar e oprimir a mulher, tratando-a como um objeto, sem livre arbítrio para pensar e agir. Assim, as mulheres são ao mesmo tempo vítimas e “cúmplices” da violência que sofrem, no entanto, sua cumplicidade não se baseia em uma escolha ou vontade, pois sua subjetividade feminina é destituída de autonomia, o que faz com que não possua liberdade de escolha para sair desta situação, pois são dependentes. (Santos; Izumino, 2005)

Saffioti (1987; 2001; 2004), seguindo a perspectiva da teoria da dominação patriarcal relaciona a dominação masculina ao sistema capitalista e racista. Neste sentido, a autora aponta que o patriarcado não é somente um sistema de dominação do machismo, situado nos campos político e ideológico, para além disso, também se constitui num sistema de exploração, assim, de natureza econômica no qual o maior beneficiado é o homem branco, rico e adulto. (Saffioti, 1987).

De acordo com Saffioti (2001), as obras de Gregori (1993) e Marilena Chauí (1985) apresentam ambiguidades teórico-conceituais e foram alvo de críticas no final da década de 1980. No entanto, elas levantaram questionamentos valiosos sobre a postura vitimista prevalente na época, a qual estava ligada à noção de

"dominação masculina" como um fenômeno centralizado e unificado, que limitava as políticas públicas para mulheres em situações de violência e as denúncias.

Saffioti (2004) rejeita a ideia de que as mulheres sejam cúmplices da violência⁸, e ressalta que “para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento às agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens e sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir”. Por outro lado, embora concebendo-as como vítimas, a autora as define como “sujeito” dentro de uma relação desigual de poder com os homens,

as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles. (Saffioti, 2001. p. 120)

A desconstrução do papel vitimado da mulher, do ponto de vista teórico (Gregori, 1993; Chauí, 1985; Grossi, 1998), foi crucial para estimular o debate sobre a violência contra as mulheres, pois não nega a realidade dos contextos violentos, nem desconhece a brutalidade dessas situações, nem desconsidera as medidas legislativas e judiciais que punem os perpetradores da violência, nem a luta feminista e das mulheres pelos direitos e pela cidadania. Além disso, reconhece que a violência é uma das principais expressões das desigualdades entre mulheres e homens, sem esquecer que as mulheres também podem ser sujeitos da relação violenta.

Decorrente da perspectiva de gênero, os estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil passam a utilizar a expressão “violência de gênero”. Saffioti salienta que a violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos e ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. (Saffioti, 2001; 2004).

Existem várias definições do conceito violência, no entanto, a definição expressa na Resolução da Assembleia geral das nações unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993, p. 2-3) enfatiza que “a violência contra as

⁸ De acordo com Saffioti (2001) os trabalhos de Gregori (1993) e Marilena Chauí (1985) possuem ambiguidades teórico-conceituais, sendo alvo de críticas no final da década 1980. Esses trabalhos trouxeram, porém, questionamentos valiosos sobre a postura vitimista então vigente.

mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram a dominação e a discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres [...]” e significa “Qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada”.

A violência familiar - envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu (sua) neto(a), pode cometer violência, em nome da “sagrada família”, contra este(a) pequeno(a) parente(a). A violência doméstica - apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas(os) domésticas(os). (Saffioti, 2004, p. 71)

São previstas na Lei Maria da Penha (11.340/2006) as definições sobre as diferentes formas de violência contra a mulher:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumento de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, p.02)

Um aspecto importante da luta feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, resultando no seu reconhecimento como um problema social, que se forma nas relações desiguais na constituição familiar e em diversos ambientes da sociedade. Mas, como aponta Bandeira (2014), o poder familiar ainda silencia esse problema, pois é na estrutura familiar e de relações interpessoais que se encontra um lugar de potencialização da violência direcionada às mulheres, na medida em que as mulheres são colocadas para representar papéis de submissão e subalternização. (Bandeira, 2014)

A violência de gênero gerada nas relações amorosas revela a existência do controle social sobre os corpos e as mentes femininas, sobre sua sexualidade, implicando sempre em situações de medo, intimidação e dependência (Bandeira, 2014). Como apontam Stecanela e Ferreira (2011), a violência, no contexto das relações íntimas, assume vários matizes, os quais não surgem desligados dos significados em torno da vida familiar e do papel da mulher e até da idealização da relação conjugal. A articulação entre esses elementos se reflete na dificuldade do rompimento das relações afetivas violentas.

Dentre os motivos que dificultam o rompimento da relação violenta, estão o medo de novas agressões e até da morte, a esperança que o agressor mude, o medo de perder a guarda dos filhos, a dependência afetiva e econômica (Bandeira, 2014). Portanto, sair de um relacionamento não é um processo fácil, e muitas mulheres permanecem neles, porque não existem apenas os episódios de violência, mas também expressões de afeto, mantendo assim “o ciclo da violência”. Lucena et al (2016), descreve a ciclo da violência:

De acordo com os depoimentos das mulheres que sofreram VDCM, a relação conjugal é permeada inicialmente por insultos, humilhações, intimidação, provocações mútuas, gerando conflitos e tensão. Em seguida, há uma necessidade de confirmação da depreciação e inferiorização da mulher adicionados de ameaças de violência até a confirmação do episódio agudo do fenômeno. A mulher é colocada enquanto objeto e figura passiva, servindo apenas para reprodução biológica. Já o homem é tido como sujeito que utiliza-se da força física e da dominação. Apropria-se da mulher objeto, nega a vivência da VDCM, culpabilizando-a pelo ato sofrido, propõe que irá mudar e que a relação será transformada a partir de promessas mútuas de mudanças, porém o ciclo se renova, após a considerada “lua de mel”, pois há falta de cumprimento dos pactos e dos papéis estereotipados, tornando o fenômeno da VDCM recorrente. (Lucena et al, 2016, p. 4-5).

Além disso, muitas mulheres que denunciam seus agressores não querem romper com a relação com eles, nem criminalizá-los, mas fazem à denúncia na tentativa de acabar com os episódios de violência e ressignificar a relação conjugal,

pela eficácia simbólica do ato de denunciar. Assim, os contextos em que se estabelece a violência são marcados por diversos fatores e representações, e dizem respeito a diversos significados dentro das relações.

No capítulo seguinte (Capítulo 2), abordo o percurso metodológico e apresento um perfil social das seis mulheres entrevistadas e uma síntese dos episódios de violência perpetrada pelos seus parceiros.

CAPÍTULO 2

PERCURSO METODOLÓGICO: NARRATIVAS DE VIDA COMO MÉTODO

Este capítulo diz respeito aos caminhos metodológicos trilhados para o desenvolvimento desta pesquisa. Para responder aos questionamentos que elaborei como problema de pesquisa, explicitado na introdução, escolhi a abordagem qualitativa, utilizando o método “narrativas de vida”, numa perspectiva etnosociológica com a utilização da técnica de entrevistas narrativas para acessar as histórias de vida das mulheres, selecionadas a partir da técnica da bola de neve, explicitada a seguir. Para analisar as entrevistas narrativas se utiliza a técnica de análise temática, que corresponde a organizar por temas o que emerge nas narrativas de vida das depoentes.

A pesquisa qualitativa corresponde a questões particulares e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (Minayo, p. 23,24. 2009)

Como aspecto da pesquisa qualitativa, esta pesquisa não se realiza na pretensão do alcance a generalizações, busca apreender fragmentos das experiências através dos relatos de vida de mulheres que viveram num relacionamento íntimo violento, entender seus processos de resistência e “reconstrução” da vida após rompimento. A pesquisa se desenvolve no campo microssociológico, no ambiente das relações cotidianas, ainda que as análises macrossociológicas tenham contribuído diretamente na contextualização dos objetivos e análises desta pesquisa.

2.1 A escolha do método

“Toda experiência de vida comporta uma dimensão social”
(Alfred Schutz)

Com objetivo de acessar as histórias de mulheres contadas por elas mesmas numa maneira de apreender os elementos que marcam suas trajetórias, utilizamos o

método “Narrativas de Vida” desenvolvida por Daniel Bertaux (2010), numa perspectiva etnossociológica.

Consideramos interessante direcionar a pesquisa numa perspectiva etnossociológica, pois corresponde a um tipo de pesquisa que tem características dos estudos de caso, e se “inspira na tradição etnográfica nas suas técnicas de observação, mas que constrói seus objetos pelas referências a problemáticas sociológicas”. (Bertaux, 2010, p. 23)

Portanto, o que interessa não é apreender informações sobre uma pessoa isolada analisando apenas suas especificidades, representações e valores individuais, mas compreender um “fragmento particular da realidade social-histórica”, ou seja, “um objeto social” (p. 16), e “extrair das experiências daqueles que viveram uma parte da sua vida no interior desse objeto social informações e descrições que, uma vez analisadas e reunidas, ajudem a compreender seus funcionamentos e suas dinâmicas internas”. (p. 60)

Diferente da autobiografia ou biografia que tem a pretensão de contar toda a história de uma pessoa ou sugar o máximo possível da história de um indivíduo seguindo uma linha cronológica de acontecimentos, as narrativas de vida consistem em aprofundar em experiências específicas e contextualizadas, no caso desta pesquisa buscam, nos fragmentos de vida de mulheres que experienciaram a violência nos relacionamentos íntimos, compreender os contextos em que a violência ocorre; descrever as estratégias de resistências e os processos para a “reconstrução” da vida após rompimento.

Para a construção das narrativas de vida utilizamos as “entrevistas narrativas”, uma vez que elas estimulam o entrevistado a contar toda ou parte da sua experiência vivida (p.15). A principal característica da entrevista narrativa é o fato de narrar de forma mais espontânea, ou seja, pela mínima interferência do entrevistador.

No contexto desta pesquisa trata-se de uma “experiência filtrada”, como esclarece Bertaux (2010), o sujeito é informado dos objetivos do pesquisador, portanto, narra dentro dos parâmetros estabelecidos quando os interesses da pesquisa são explicitados, portanto, no caso específico da pesquisa os relatos se direcionaram dentro do contexto da violência no relacionamento: das estratégias, do

rompimento da relação, dos apoios, ajudas, dos caminhos percorridos após o rompimento.

Ao obter as narrativas de várias mulheres que viveram experiências semelhantes por se encontrarem numa situação social parecida é possível, ao relacionar os relatos, superar as singularidades e construir uma “representação sociológica dos componentes sociais (coletivos) de uma situação”. (p. 49)

Com relação à análise dos dados empíricos, vale considerar que utilizar a análise de temática é perigoso no sentido de ignorar ou usar de má interpretação das narrativas singulares que só são compreendidas em seus contextos particulares. Mas consideramos eficaz quando se trata de histórias inseridas numa mesma “categoria de situação”. Não se pretende ignorar as particularidades das vivências e trajetórias, no entanto, focar nos discursos e experiências que se cruzam.

2.2 O acesso às entrevistadas

Acessar as mulheres que sofreram violência e não necessariamente foram até a delegacia ou serviço especializado precisou de uma estratégia que permitisse encontrá-las “espalhadas” na população, já que o objeto da pesquisa trata-se de uma “categoria de situação” (Bertaux, p.27), ou seja, pessoas que viveram ou vivem uma situação em comum, neste caso, mulheres que vivenciaram um relacionamento violento e romperam com a relação. Por isso, utilizamos a técnica bola de neve.

A proposta inicial era a de acessar as mulheres através dos serviços especializados, ou seja, que frequentavam as políticas públicas especializadas, no entanto, entendemos que nem todas as mulheres têm acesso, como é o caso principalmente das mulheres rurais e ribeirinhas, residentes em locais onde não existem políticas especializadas, além de que mesmo nos centros urbanos onde tem uma Rede de Enfrentamento a Violência estabelecida, muitas mulheres não chegam a esses ambientes.

A técnica bola de neve corresponde a uma forma de amostra não probabilística que usa redes de referência e indicações. A execução da amostragem em bola de neve consiste em buscar informantes-chaves (nomeadas como sementes) para o pontapé inicial e a partir destes ter indicações a fim de localizar outras pessoas para a pesquisa. (Vinuto, 2014)

Para acessar as primeiras entrevistadas e dar o ponto de partida, recorri a minha rede de amigos para que pudessem indicar as mulheres que se encaixassem nos critérios estabelecidos: ter idade igual ou superior a 18 anos; ter vivenciado situações de violência perpetradas por seus ex-companheiros (maridos ou namorados); ter rompido com a relação; aceitar as condições de participante da pesquisa. Assim, os meus amigos e colegas seriam a ponte entre eu (pesquisadora) e o objeto de pesquisa, nessa primeira etapa.

A violência contra mulher é um fenômeno comum, portanto, supõe-se que todos conhecem alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência. De fato, não foi difícil ter indicações pela rede de amigos, no entanto, dois fatores dificultaram o acesso a algumas indicadas: (1) ter sofrido violência e ainda continuar na relação; (2) não se sentir confortável para falar de um assunto delicado que envolve lembranças e emoções dolorosas.

As mulheres que entrevistei foram mulheres que já haviam exposto a sua situação a outras pessoas, e em alguns casos usavam de sua experiência a fim de alertar outras mulheres. Soares (1999) conceitua como “vitimização afirmativa”, o processo no qual as “vítimas”, a partir da experiência vivida passam a ser produtoras de um discurso próprio, assumindo uma posição ativa de combate a violência.

O ponto de partida para encontrar as depoentes foi acionar amigos e colegas, os quais indicaram mulheres e foram uma ponte de contato. Assim, orientei para que falassem com as mulheres e explicassem os objetivos da pesquisa, caso elas aceitassem e se sentissem confortáveis poderiam entrar em contato comigo. O primeiro contato foi via *whatsapp*, discorri sobre a pesquisa e propus a realização da entrevista.

Neste primeiro momento da pesquisa de campo quando são explicitados os objetivos e realizadas as primeiras entrevistas, corresponde a função exploratória, que juntamente com a função analítica e função expressiva constituem as três funções da narrativa de vida (Bertaux, 2010). Ao se tratar de relatos da experiência de vida de maneira “filtrada”, a respeito da primeira função podemos destacar que é estabelecido um “pacto” entre o entrevistador/a e entrevistado/a no momento em que é exposta a intenção de conhecimento do pesquisador/a. E, ainda, na fase exploratória é quando se adentra as particularidades do fenômeno estudado, quando

se pode aprender e desaprender, questionando os pressupostos que o pesquisador leva consigo. (p.65).

Em relação à função analítica, “a análise começa desde as primeiras entrevistas”, ao observar, escutar, ler, reler e analisar cada hipótese para a construção de um modelo sociológico e, “só termina quando as entrevistas não agregam mais valor” (p.68). Em relação à terceira função, esta não segue a mesma lógica das funções de pesquisa (exploratória e analítica), mas constitui uma função de comunicação, na medida em que algumas narrativas são tão carregadas de “força expressiva”, o que estimula o pesquisador a publicá-las. (p. 69)

O percurso da pesquisa de campo corre o risco constante de sofrer alterações, devido os contextos sociopolíticos e econômicos, o que aconteceu nesse processo por conta da pandemia de covid-19 e o isolamento social. Esse fenômeno além de me manter isolada, me deixou distante da cidade de Belém, e além de retardar o processo também influenciou na abrangência da estratégia de acesso as mulheres. Como me mantive no município de São Sebastião da Boa vista⁹ - a minha cidade natal -, devido o isolamento social, tal fato tornou mais favorável o acesso a mulheres próximas, obviamente. Além disso, outro fator foi decisivo para acessar as mulheres boa-vistenses: a não existência de políticas e serviços especializados no município.

Nesse sentido, foram entrevistadas mulheres que vivem em São Sebastião da Boa Vista e em Belém. Portanto, a respeito da escolha das entrevistadas podemos enquadrar (a fim de análise) os percursos em dois agrupamentos e contextos: o urbano e o rural; onde existem serviços especializados e onde não há.

2.3 Perfis das entrevistadas e fragmentos narrativos dos relacionamentos

Os nomes utilizados são fictícios, pra preservar a identidade das depoentes. Foram realizadas seis entrevistas, uma com cada mulher. As entrevistas duraram entre 50 minutos a 2 horas e 30 minutos, as quais foram gravadas e transcritas.

⁹ São Sebastião da Boa Vista é um município do Estado do Pará, localizado na mesorregião do Marajó. Tem 27 mil habitantes. É conhecida como a “Veneza da Ilha de Marajó” por ser repleta de canais e palafitas. Além da pesquisa se direcionar por causa do contexto da pandemia existe um objetivo político: dar visibilidade ao tema da violência contra mulher no município, a fim de contribuir para a implementação de políticas que garantam o direito das mulheres boavistenses de exercer a cidadania.

Cristina, de 40 anos, se autodeclara branca e segue a religião católica. Trabalha como funcionária pública há uma década e, no momento da entrevista, estava exercendo a função de professora há aproximadamente dois meses, além de também trabalhar como boleira. Vive em São Sebastião da Boa Vista, onde possui sua própria casa e reside com seus dois filhos e seu atual marido. Segundo Cristina, seu ex-marido é de pele morena, segue a mesma religião católica, possui educação fundamental e trabalha como autônomo.

A relação com o ex-marido se estendeu por 15 anos, culminando na separação ocorrida em 2015. Os episódios de violência iniciaram nos primeiros meses e, ao longo dos anos, foram se intensificando e assumindo diferentes formas, como relata: "*com dois anos de relacionamento, ela já tinha feito coisas absurdas*". No início do relacionamento com o ex-marido, Cristina tinha uma filha de oito meses, e três anos depois, engravidou novamente. Ela descreve o período da gravidez como "*a pior parte*", enfrentando situações que jamais imaginou vivenciar. Até hoje, ela expressa o desejo de engravidar novamente para experienciar momentos que não conseguiu desfrutar anteriormente.

Inicialmente, Cristina considerava algumas atitudes dentro do casamento como normais, como a maneira que ele se expressava e tentava controlar suas ações, seu modo de agir. Seu ex-marido era extremamente agressivo e consumia álcool em excesso, em muitos momentos, chegando em casa e causando danos materiais, proferindo ameaças e agredindo fisicamente. Por acreditar firmemente na permanência do casamento, Cristina deixou o tempo passar, mesmo diante das adversidades.

Ela havia interrompido seus estudos ao iniciar o relacionamento, mas anos depois tentou retomá-los, o que lhe proporcionou uma nova perspectiva. Nesse processo, sua "*mente começou a se abrir*". Foi nesse momento que ela passou a adotar precauções para proteger seus filhos, como colocar trancas nas portas para se resguardar quando o ex-marido chegava embriagado. Em algumas ocasiões, ela e os filhos se escondiam debaixo da cama, não apenas por medo, mas também para evitar conflitos na presença deles. O ex-marido fazia ameaças de morte caso ela tentasse se separar.

No terceiro semestre de seu curso, enquanto ainda estava estudando, ela tomou a decisão de se separar. As discussões geralmente ocorriam uma ou duas

vezes por mês, mas nos meses que antecederam a separação, tornaram-se mais frequentes, resultando em agressões físicas quase todos os finais de semana. Um dos fatores determinantes para a separação foi o pedido do filho, que inicialmente implorava para que a mãe deixasse o pai permanecer, mas em certo momento expressou: "*mãe, separa do papai, papai não é pra viver com a gente*".

No dia em que decidiu pela separação, seu ex-marido matou seu macaco de estimação e a agrediu violentamente no banheiro. O incidente com o macaco foi particularmente traumático para ela, já que tinha um forte vínculo emocional com o animal. Após sair do banheiro e se vestir, dirigiu-se imediatamente à delegacia e o denunciou. Essa foi sua primeira denúncia, o que resultou na prisão dele. Posteriormente, ele foi liberado mediante pagamento de fiança. Apesar das ameaças e tentativas de reconciliação por parte do ex-marido, ela relatou que, "*daí pra frente foi só melhorando a minha vida, graças a Deus*".

Denise, de 29 anos, identifica-se como parda e segue a fé cristã. É heterossexual e encontra-se solteira. Vive em São Sebastião da Boa Vista e, no momento da entrevista, residia em um imóvel alugado com seu filho de seis anos. Possui ensino médio completo e trabalha de forma autônoma no ramo da beleza, envolvendo-se em diversos empreendimentos. Anteriormente, desempenhou funções como empregada doméstica, babá, entre outras atividades. Seu ex-parceiro, de 38 anos, também é pardo, possui ensino médio incompleto e trabalhava como autônomo no garimpo no Suriname.

Denise teve um relacionamento instável com seu ex-marido, que durou cerca de seis anos, coincidindo com a idade de seu filho. Ela relata: "*nós ficamos juntos mesmo assim uns três anos, aí fora isso era ida e volta*". O relacionamento proporcionou certa estabilidade financeira, visto que Denise vinha de uma família muito humilde e parou de trabalhar quando começou a morar com ele e engravidou - uma gravidez que ocorreu após seu ex jogar fora seus anticoncepcionais. O casal se conheceu durante uma visita de Denise ao bairro do Telégrafo, em Belém, mas posteriormente se mudaram para o Suriname.

A mudança para outro país e a distância da família e amigos fez com que Denise se tornasse "*dependente dele para tudo*". Seu ex-marido começou a controlar suas roupas, sua maneira de falar e se vestir, o que resultou em Denise "perdendo sua identidade". Ele era extremamente ciumento e não permitia que ela

tivesse outras amizades. Denise relata que, embora tenha sido positivo o nascimento de seu filho, até hoje carrega muitas marcas desse relacionamento abusivo. Desde o início, ele tentava exercer controle sobre ela, brigando, gritando e ordenando que ela se calasse, reforçando a ideia de que *"mulher tem que obedecer ao marido"*. Ele até limitava o contato de Denise com sua própria família, permanecendo ao seu lado durante as ligações.

Nas várias ocasiões em que se separaram, Denise retornou motivada pela dificuldade financeira, pois estava desempregada. Ela explicou: *"aqui o trabalho é muito escasso"*. Sentindo a necessidade de prover para seu filho, ela voltava porque não tinha meios de sustentá-lo e sabia que seu ex-marido o faria. No entanto, ele só contribuía financeiramente quando estavam juntos. Durante os períodos de separação, Denise iniciou sua busca por capacitação profissional, realizando diversos cursos.

Ela enfatiza que não houve agressões físicas, mas sim uma pressão psicológica constante. Seu ex-marido repetidamente dizia que ela não seria capaz de se sustentar sozinha com o filho e que passariam fome. Houve ameaças de violência física e até de morte. Em várias ocasiões em que tentava trabalhar, ele destruía seus instrumentos de trabalho, restringindo sua capacidade de empregar-se. Denise só podia trabalhar se ele permitisse, e, caso contrário, ele danificava seus equipamentos e a mantinha trancada: *"eu só podia trabalhar se ele deixasse, se não deixasse ele quebrava meu secador, quebrava chapinha, me trancava"*. Ele justificava os conflitos colocando a culpa nela, afirmando que, se ela o obedecesse, tais situações não ocorreriam. Denise relata que o filho presenciava as brigas e discussões. Uma das principais dificuldades para romper com o relacionamento foi a preocupação com seu filho.

Denise procurou a delegacia especializada em Belém, mas foi aconselhada a retornar para casa, pois não havia sofrido violência física. Ela também buscou ajuda no fórum e no conselho tutelar em São Sebastião da Boa Vista, devido às várias ocasiões em que seu ex-marido levou o filho sem avisá-la, numa tentativa de afetá-la e fazê-la retornar ao relacionamento.

Karla, de 40 anos, é formada em pedagogia, possui pós-graduação em educação especial e inclusiva, e trabalha como professora, além de atuar como boleira e confeitira. Mãe de três filhos, está solteira e estava em um relacionamento no momento da entrevista. Autodeclara-se branca e pratica a religião cristã evangélica. Reside em São Sebastião da Boa Vista, onde mora em sua própria casa com seus filhos.

Ela conheceu seu ex-namorado através de um telefonema, no qual ele afirmou ter discado o número errado (Karla suspeita que a ligação tenha sido planejada). Iniciaram uma conversa, principalmente porque o ex-namorado havia nascido e tinha família em São Sebastião da Boa Vista, embora estivesse morando em Belém na época. As conversas por telefone duraram cerca de cinco meses, até que ele a visitou e começaram a namorar.

O relacionamento durou aproximadamente quatro meses. Os dois primeiros meses foram descritos como maravilhosos, e Karla sentiu-se muito bem tratada, *“eu era muito bem tratada, acho que nunca tinha sido tratada por um homem como ele me tratou”*. No entanto, a partir do terceiro mês, ela começou a perceber sinais de ciúmes excessivos por parte dele, antes considerados como cuidado. Ele queria saber constantemente onde ela estava e o que estava fazendo.

A primeira agressão física ocorreu durante o terceiro mês de namoro, enquanto estavam em uma praça em Belém. Após um comentário feito por Karla, que tinha tom de brincadeira, ele se irritou. Mais tarde, em seu apartamento, começaram a discutir e ele a empurrou chegando a pegar uma faca. Karla, porém, enfrentou a situação sem medo: *“mas eu sou do tipo de mulher que enfrenta, eu não tenho medo mesmo”*. Após o empurrão, ela caiu e se machucou, e começou a gritar, momento em que ele parou e pediu perdão.

Outros comportamentos problemáticos surgiram ao longo do relacionamento, como o fato de ele ter se mudado para a casa dela sem uma conversa prévia. Além disso, Karla descobriu que o trabalho dele não era honesto, mas sim envolvido em estelionato. Isso a fez se distanciar dele, embora tenha continuado o relacionamento por causa do bom relacionamento dele com sua família e seus filhos.

Outro episódio de violência física ocorreu em uma rua de Belém, quando o ex-namorado se irritou com um comentário e bateu com uma sombrinha em sua cabeça. Em seguida, eles entraram em uma loja de alianças para comprar alianças

de casamento. Ainda na loja, abalada com a violência, Karla pediu ajuda ao atendente, que fingiu não ouvi-la. Eles voltaram para casa, arrumaram as malas e viajaram para São Sebastião da Boa Vista, onde, no camarote do barco, Karla sofreu violência psicológica. Em casa, frustrada com tudo o que havia acontecido, ela relatou para sua mãe que iria terminar o relacionamento. No entanto, no final do dia, foi surpreendida com um jantar de noivado, com a presença de seus familiares e pastor, uma situação inesperada que a deixou coagida a aceitar.

Após o noivado, Karla decidiu que não iria se casar e queria terminar o relacionamento. Ele aparentemente aceitou, mas pediu que ficassem juntos no final de semana seguinte como namorados, para terem um "*momento de despedida*". Ela concordou e saíram juntos no sábado e domingo para uma festa, onde ocorreram episódios de ciúmes. Ao voltarem para o hotel, ele insistiu para continuarem bebendo, comprando uma bebida que ela adorava, mas Karla recusou, sentindo que foi uma intervenção divina, "*tenho certeza que foi Deus e, eu não quis*". Ele então ameaçou Karla, dizendo "*se tu não for minha, não vai ser de ninguém mais*", e tentou agredi-la, inclusive com planos de matá-la, como indicava a presença de gasolina no quarto. Com os gritos dela, outras pessoas tentaram abrir a porta e ameaçaram chamar a polícia, fazendo com que ele fugisse da cidade.

Karla foi à delegacia, mas não foi bem atendida e foi questionada sobre o que teria feito para provocar a agressão. O boletim de ocorrência foi registrado, mas o agressor voltou após três dias e não sofreu nenhuma consequência. Ele começou a persegui-la, o que a levou a denunciá-lo em uma delegacia especializada em Belém. Quando ele percebeu que as denúncias eram sérias, parou de persegui-la.

Na época da entrevista, Karla já estava separada há cinco anos. Embora tenha superado muitas coisas, ela reconhece que uma relação violenta não se supera completamente. No entanto, ela se considera uma mulher forte, que impõe seus limites, e está em um relacionamento que considera saudável.

Camila, com 29 anos, se identifica como parda, é heterossexual e segue a fé cristã protestante. Possui graduação em Ciências Sociais e está empregada como vendedora durante o período da entrevista. Vive em Belém com sua mãe e irmã, em uma residência própria. Atualmente está em processo de divórcio e não tem filhos.

Em sua jornada, Camila compartilha a experiência de dois relacionamentos marcados pela violência. No primeiro, foi vítima de violência sexual, uma compreensão que só se consolidou anos mais tarde. No último relacionamento, que agora está em processo de divórcio, enfrentou variadas formas de violência, incluindo psicológica, patrimonial e ameaças, além de um histórico de traições.

O encontro com seu ex-marido ocorreu em uma academia de muaythai. No início, ele se mostrava um parceiro atencioso e afetuoso, mas gradualmente revelou um ciúme obsessivo. Camila inicialmente interpretou esse comportamento como uma forma de cuidado especial, especialmente após um relacionamento anterior onde não recebeu tanta atenção. Ela afirmava que o ex oferecia o que ela não tinha no outro relacionamento.

Relata que não sofreu violência física, *“ele nunca me bateu, mas não precisou me bater para me ferir e me deixar traumas”* e, desde o início demonstrava o seu *“lado sombrio”*, mas isso só foi se intensificando no decorrer dos meses. Em muitos momentos de raiva ele quebrava as coisas dela, rasgava livros, e tinha gestos de *“peitar”* tentando demonstrar que ele era um homem muito mais forte do que ela e por isso não ela deveria revidar. Humilhava, xingava e a ameaçou de morte depois do término. O último relacionamento durou um pouco mais de um ano. Camila não denunciou.

Paula tem 22 anos, se autodeclara preta, heterossexual e professa a religião cristã. Está cursando ensino superior, não tem filhos. Atualmente mora com a mãe e irmã, em casa própria. Reside em Belém, vivendo com sua mãe e irmã em uma casa própria. Durante a entrevista, estava desempregada, buscando oportunidades de trabalho e considerando mudar de cidade. Ela compartilha sobre seu relacionamento com um ex-namorado de 28 anos, pardo, cursando ensino superior e trabalhando como estagiário e motorista de aplicativo na época da entrevista.

O relacionamento perdurou por aproximadamente três anos, iniciando-se em 2017, e foi marcado por frequentes terminos e reconciliações. A primeira agressão física foi numa festa de aniversário motivada por ciúmes, *“ele começou a bater muito forte no meu rosto... socos [...] ele segurou o meu cabelo e bateu contra o painel do carro, e começou a me chamar de vagabunda”*. Violências psicológica e verbal eram recorrentes, *“ele sempre foi muito agressivo com palavras”*, além de ocorrer muitas traições da parte do ex. Ela menciona que ele não gostava que ela saísse, e ele

optava por não acompanhá-la, negando-lhe também a permissão para sair sozinha. *“esse tipo de controle que ele queria ter em cima de mim, e que ele não tinha, isso despertava, sabe, despertava uma fúria muito grande”*. O segundo episódio de violência física ocorreu quando ele foi até a residência dela, *“ele me encontrou e começou a me bater de novo, ele começou a me enforçar...”*.

Paula foi à delegacia especializada fazer a denúncia. Na primeira agressão o caso não foi adiante e ela perdoou e voltou com ele. Na segunda vez que foi a DEAM seguiu com o processo e foi encaminhada à psicóloga, mas ainda se sentia desorientada, *“eu tô indo viajar porque eu não aguento mais ficar em Belém, porque eu não aguento mais, tipo, ver ele, eu não aguento mais andar e esbarrar com ele e ver que ele continua impune”*.

Para Paula, a proximidade de morar no mesmo bairro que o ex-namorado a faz sentir-se aprisionada e restringida. Ela está considerando viajar para se distanciar. Paula compartilha que tem sido um processo extremamente doloroso, dado o forte envolvimento emocional que existia. *“Eu sentia falta [...] porque eu só estava apenas apegada às coisas boas”*. Além disso, ela se sente muito insegura devido à falta de emprego.

Andreza tem 41 anos, é parda, heterossexual e segue a religião católica. Possui ensino superior completo em Pedagogia e está atualmente passando por um divórcio. Com três casamentos em sua história, tem uma filha do primeiro e um filho do terceiro casamento. Dos três relacionamentos, ela destaca que apenas o segundo teve menos violência, durando seis meses, enquanto os outros dois duraram cerca de 10 anos cada. Natural de Belém, Andreza mora atualmente na casa da avó com seus filhos e namorado. Ela explica que a presença do namorado se deve aos problemas de saúde que enfrenta, como trombose, e neste momento ele é seu principal apoio. Os problemas de saúde têm relação direta com as violências sofridas no relacionamento anterior, resultando em consequências físicas para ela, *“os resquícios de uma violência que veio para o meu lado físico”*.

Desempregada e recebendo auxílio saúde, falar sobre sua situação atual a deixa emotiva. Ela relata que está nessa situação devido ao pedido do marido para que deixasse de trabalhar e estudar, o que a fez "parar sua vida". Andreza se sente perdida após a separação: *“parei minha vida”* e *“não sei como me reerguer”*.

Os relatos mais intensos se referem ao último relacionamento, marcado por idas e vindas e uma variedade de violências, incluindo psicológica, sexual e moral. As brigas eram frequentes, destacando uma ocorrida em 2017 que envolveu sua filha, resultando em sua saída de casa. Foi neste momento que ela buscou trabalho e criou uma escola de reforço escolar para se sustentar financeiramente. No entanto, as promessas de mudança fez com que reatasse o relacionamento, mas as violências continuaram.

O episódio final de violência levou ao rompimento do relacionamento e à denúncia na delegacia especializada. Embora tenha ido à delegacia imediatamente, Andreza só oficializou a denúncia no dia seguinte, ainda receosa por seu ex-marido ser pai de seu filho. Ela relata que não foi acolhida como esperava nos serviços de ajuda, especialmente na defensoria.

A narrativa de Andreza é repleta de reflexões, buscando entender as situações que viveu. Ela está em uma jornada de autoconhecimento, pois a vida a forçou a olhar para si mesma devido à sua doença, vivendo um dia de cada vez.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Cor	Estado de residência	Duração do Relacionamento	Filhos	Tipo de relação
Andreza	41	branca	Belém	10 anos		casamento
Camila	29	branca	Belém	1 ano		casamento
Cristina	40	branca	BV/SS	10 anos		casamento
Denise	29	branca	BV/SS	5 anos		União estável
Karla	40	branca	BV/SS	4 meses		namorado
Paula	22	branca	Belém	3 anos		namorado

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

CAPÍTULO 3

NOS RASTROS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

3. 1 Percepção da violência pelas mulheres

No combate à violência de gênero, um dos problemas está relacionado com as representações que as mulheres têm da violência, muitas delas só reconhecem violência como agressão física, invisibilizando outras formas como a violência psicológica, a patrimonial, a moral etc. A percepção social da violência não é única nem universal, pois varia de cultura para cultura e momento histórico (Grossi, 1994). O processo para compreensão de estar vivendo em relações marcadas por violência de gênero pode ser longo e está entrelaçado a outros marcadores. Como isso, a violência contra mulher é um problema complexo. Grande parte das mulheres não percebe as violências que sofrem, pois muitas atitudes e comportamentos violentos são naturalizados e, essa naturalização da violência é um dos problemas a ser desconstruído.

A violência se estabelece pela hierarquia de poder e dominação do homem sobre a mulher, que é naturalizado e reafirmado. Um fator importante para procurar ajuda é perceber que se sofre algum tipo de violência. A pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa DataSenado, em 2019, trouxe dados importantíssimos sobre as diferenças entre a experiência de situações de violência doméstica e a sua percepção pelas mulheres que a vivenciaram. Ao serem perguntadas se já sofreram algum tipo de violência doméstica, 4% das mulheres responderam que sim, e quando foram perguntadas se passaram por situações específicas de violência o percentual aumentou para 22%.

Esse dado ressalta a dificuldade de muitas mulheres em identificar atitudes violentas dentro das relações afetivas. Bandeira (2014) discorre que a violência direcionada às mulheres é um tipo de violência que é apreendida nos processos primários de socialização e reafirmada em outros processos, portanto, não corresponde a um desvio individual, mas sim como “permissão social” concedida aos homens (Bandeira, 2014).

De acordo com Saffioti (2004) a violência contra mulher pode ser entendida de forma particular por parte dos atores sociais, ou seja, uma situação específica pode ser considerada como violência por uma pessoa e por outra não. Dessa forma,

por vezes as mulheres não percebem a violência que sofrem, ou não identificam nos primeiros sinais. Meneghel (2005), ressalta que no contexto da violência de gênero a responsabilização de si é essencial no desenvolvimento da autonomia pois,

para que a mulher possa reconstruir sua vida é necessário ela reconhecer o abuso e perceber que a mudança deve partir dela e não do parceiro, o qual raramente reconhece seu comportamento como abusivo. Torna-se fundamental desconstruir os mecanismos de acomodação diante da situação. (Meneghel et al, 2005, p. 114)

Nas cinco entrevistadas percebe-se que o ato de narrar suas histórias é um momento de reflexão, fazendo com que busquem nas experiências cotidianas as violências ignoradas e encobertas pelo ideal sexista, machista, patriarcal. Nesse sentido, Cristina relata: *“no começo eu era meio que submissa, eu achava que algumas coisas eram normais... tipo, as coisas que ele falava, o jeito que ele queria que eu agisse... eu achava normal”*. Não é incomum ouvir relatos de que certas experiências violentas são vistas como normais, naturais e, que fazem parte da relação entre homem e mulher. Camila conta com muita mágoa o episódio em que foi violentada sexualmente pelo namorado,

eu nunca contei isso pra ninguém, foi na minha primeira relação (namoro), eu tinha 16 anos, eu sofri abuso sexual, eu não queria relação e ele me forçou a ter a relação, tanto é que eu chorei. Ele era meu namorado, oficial, sério, [...] eu estava menstruada e eu disse que não queria, só que aí ele me puxou e disse que não queria saber, então ele me pegou a força... tanto que durante a relação mesmo eu comecei a chorar e depois que terminou ele simplesmente virou a cara e foi dormir e eu saí da cama e fui chorar. Eu lembro hoje disso e fico... caramba, como que eu permiti isso na minha vida, eu era uma moleca... e naquele momento eu sabia que era errado, mas como as pessoas iriam ver que é errado? já que ele é meu namorado, tá entendendo? Eu me senti tão usada, um lixo. E eu disse, eu não posso contar pra alguém que eu fui estuprada pelo meu próprio namorado, entendeu? Não posso dizer que fui abusada pelo meu próprio namorado. (Camila)

Camila entendeu que era violência porque a situação a deixou mal, mas não falou, não buscou ajuda, como afirmou: *“eu sabia que aquilo era errado porque eu tava me sentido mal e chorando, mas eu não sabia se as pessoas iam ver se aquilo é errado ou não”*. A falta de informação e o medo de falar fizeram com que ela internalizasse um acontecimento traumático, mas não esquecesse, considerando que a experiência fez com que ficasse mais alerta para os próximos relacionamentos, na medida em que começou a *“se informar”*. Camila fala da falta de informação que tinha na época e só entendeu depois a violência que sofrera.

Estamos abordando a realidade em que a sociedade considera aceitável que homens abusem de mulheres e que pais abusem de seus filhos. Antigamente, sem

leis, políticas ou campanhas que abordassem a violência de gênero de maneira ampla, muitos casos de violência eram encobertos pela expectativa de que as mulheres deveriam ser boas esposas. Embora o panorama atual não seja drasticamente diferente, as mobilizações e políticas de prevenção e combate à violência têm impactado a vida dessas mulheres, um tema que será explorado no próximo capítulo.

Andreza também expressa as marcas da violência sexual vivida em seu casamento, o marido dizia que era sua obrigação como esposa manter relações sexuais no momento que ele quisesse: *“depois de tudo eu ficava olhando pra ele... e ficava aquele mix: ele é meu marido, eu estou com ele, eu gosto dele, mas eu não quero ter relação... mas ele tá tendo relação”*. Ela relata que só foi entender que era estupro quando foi à delegacia da mulher em uma conversa com a assistente social. *“Eu achava que era normal”*, afirma Andreza.

Ele tem esse perfil, só que eu que não percebi ou não quis perceber. Hoje relendo alguns e-mails dele pra mim, já tem esses traços nos e-mails: eu sou melhor, não sei o que. [...] E como eu tava gostando dele, eu não quis ver. Então ele já estava mostrando o que ele era eu que não quis ver. (Andreza)

Saffioti (1987) esclarece que “dado o poder que a sociedade confere ao homem, julga-se este com o direito de manter relações sexuais com sua companheira, mesmo quando ela não apresenta disposição para tal”. Essa ideologia se mantém e contribui para a perpetuação do “poder do macho”, diz respeito ao dever conjugal que há poucos anos fazia parte do Código Civil.

O conceito de violência é definido como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Saffioti (p. 79, 80, 1987) atenta para a dificuldade desse conceito em se tratando da violência de gênero, especialmente da violência doméstica e intrafamiliar, pois são tênues os limites entre “a quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens sejam pais ou maridos”. Isso reflete na percepção da violência pelas mulheres e no limite que estabelecem entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres.

Percebe-se nos relatos das entrevistadas a busca pelos indícios de violência, na medida em que acionam as lembranças e tentam traçar uma linha cronológica, ainda que com uma narrativa ziguezagueante, do início do relacionamento, as emoções, sentimentos, atitudes que as fizeram perceber que haviam ultrapassado o

limite do que consideravam um “relacionamento saudável”. Nesse sentido relata Cristina:

aí fui perceber, com 8 meses de grávida que ele continuava... chegava, brigava, batia, quebrava as coisas... passando por essas situações eu fiquei meio que... chocada, e comecei a perceber que nada daquilo era normal... mas aí foi passando... por conta dos meus filhos... e também por que eu tinha aquela ideia fixa de que o casamento seria pra sempre... aí eu ficava deixando o tempo passar. (Cristina)

Cristina enfrentou um processo longo até finalmente se libertar completamente da relação. Ela relembra que um dos momentos mais difíceis foi durante a gravidez, no terceiro ano do relacionamento, quando já sentia as marcas físicas e psicológicas da situação, mas mesmo assim permaneceu por uma década. O ciclo da violência é caracterizado por altos e baixos, em uma teia de conflitos, desculpas, e tentativas renovadas de fazer as coisas funcionarem em nome do amor, do casamento, por questões financeiras, pelos filhos, entre outros motivos.

Sobre a percepção da violência Denise expõe:

a gente começa a perceber desde do namoro, mas como a gente já tá envolvida, a gente tem medo de voltar atrás. Na verdade a gente fala, ah! porque a mulher é forte, mas é a gente é muito frágil, a gente vai muito pelas palavras, né? Então, ele me envolveu de tal forma como que eu não imaginava minha vida longe dele, por mais que ele fizesse tudo aquilo pra mim, mas eu não me imagina viver sem ele. E acho que grito, mandar eu calar a boca, ele sempre teve isso [...] quem fala aqui sou eu, eu sou o homem e tal, não sei o que, a mulher tem que obedecer marido. Aí eu fui engolindo aquilo até que chegou um ponto que eu não podia mais falar nada. (Denise)

A linha tênue entre a ruptura da integridade e a capacidade de suportar está nitidamente presente. Comportamentos incômodos que, aos poucos (às vezes rapidamente), tomam outras proporções, evoluindo para atitudes violentas insuportáveis e intransponíveis. Embora Denise percebesse e sentisse o incômodo, estava profundamente envolvida na relação, como ela mesma expressa: não conseguia sequer imaginar uma vida sem ele. A dependência afetiva e financeira permeia o relacionamento de Denise, em uma trama de idas e vindas. Nesse mesmo sentido Camila relata:

começou desde o início do relacionamento, desde o início que a gente começou a ficar... só que eu não queria enxergar que era violência, até porque ao mesmo tempo que ele demonstrava esse lado dele bem sombrio, a parte que ele era bom pra mim se sobressaia, no início, entendeu? Então era um cara que perguntava as coisas se importava e tudo mais, enfim, se preocupava. Só que esse lado sombrio dele de vez em quando ele deixava escapar [...] só que eu não queria enxergar e eu dizia: ah, não, isso só é momento, isso é por conta, talvez, da personalidade dele, mas não, ele vai melhorar e tal. Mas a tendência foi só piorando, foi só piorando mesmo ao decorrer do tempo. (Camila)

Camila aspirava por alguém que se importasse, uma vez que viera de um relacionamento onde não recebia a atenção que ansiava e não se sentia acolhida como esperava. O controle se disfarçava sob o véu da atenção. Karla também partilha desse sentimento:

eu era muito bem tratada, eu nunca tinha sido tratada por um homem como ele me tratou. Eu era a rainha dele, era como ele me chamava, então tudo era para mim. Como eu já vinha de um outro relacionamento que não era... era totalmente diferente disso que eu tinha vivido, eu fiquei super apaixonada, eu fiquei louca, apaixonada por ele. Então eu disse assim: eu quero casar com esse homem. Mas só que a partir dos dois meses de namoro, começou, eu comecei a perceber algo diferente, era algo que eu diz assim: não é normal, que era um ciúme muito estranho, eu tinha que falar a cada momento onde eu estava, no início eu não estranhava porque eu achava que era cuidado, que era amor, era carinho. Como eu nunca tinha isso, eu fiquei encantada com isso, achei lindo. Mas só que aquilo foi tomando proporções diferentes, já era algo que eu não podia pegar meu celular, quando ele chegava ele vasculhava meu celular [...] eu achava estranho, mas mesmo assim eu continuei com ele. (Karla)

Não é diferente na trajetória de Paula. Os comportamentos “*estranhos*” que aos poucos vão tomando outra expressão:

eu deixei me levar por uma situação que acabou sendo a pior situação de todas por conta de minha falta de atenção, tipo, se eu tivesse desde o início entendido que no momento em que ele faz eu me sentir culpada por uma coisa que eu não fiz, e não necessariamente ele precisa gritar comigo, mas pra mim isso já é o início de uma possível violência que vai acontecer futuramente, pra mim é só um negocinho, não sei se tu tá entendendo, [...] é tipo assim, já é uma espécie de controle, com esse controle que vai começando aos poucos com a violência, violência verbal, os xingamentos. Ele me xingava por uma coisa que eu não fiz, começou tudo com controle. (Paula)

Paula observa que, após tudo o que enfrentou, até mesmo um simples grito é uma manifestação de violência. As seis entrevistadas, com base em suas experiências em relacionamentos abusivos e nas reflexões feitas após o término, ao buscar ajuda e seguir em frente, expressam suas perspectivas individuais do que agora consideram como formas de violência. Denise afirma: “*violência é tudo aquilo que perturba a minha paz, seja com palavras, gestos, seja com ameaça. O que faça eu me sentir desconfortável, pra mim isso é violência. Eu entendo assim*”. (Denise). Para Karla, “*o que agride o ser humano, que faz machucar, que faz doer independente se é física ou psicológica é a violência*”. Camila classifica como: “*aquilo que provoca dor, seja momentânea, seja muito tempo, acho que é isso a violência, e a dor ela não é só física né? É a dor na alma, psicológica, tudo isso*”. (Camila)

A dor física, os hematomas no corpo parecem se curar com o tempo, mas as “feridas da alma” não. Quatro das seis entrevistadas afirmaram que a violência vivenciada não se supera totalmente, “talvez com muita terapia”, disse Paula. bell hooks (2001) aponta a pouca discussão sobre os impactos que um incidente de agressão pode ter numa pessoa dentro de um relacionamento íntimo e como se dá o processo de recuperação. Com isso, ao colocar os casos de violência física extrema como exemplo, outras formas de agressão podem ser ignoradas e, “essas formas menores de abuso físico destroem os indivíduos psicologicamente e, se não abordadas e curadas adequadamente podem criar palco para incidentes mais graves”. (bell hooks, p. 136, 2019). Cristina fala do quando foi afetada, e passou por momentos em que desacreditava de sua capacidade de superação:

Antes eu não tinha noção de que eu sofresse violência, principalmente a psicológica. Eu sabia que sofria violência física, mas não imaginava que sofria violência psicológica, o pior tipo, pra mim o pior é a psicológica, porque eu quase estava em depressão, eu não tinha noção que eu estava entrando em depressão, porque ele também, tipo, trabalhava meu psicológico. (Cristina)

Cristina só percebeu o quanto estava sofrendo psicologicamente dentro do relacionamento depois que se libertou dele. Ela expressa um sentimento de alívio: “depois disso, minha vida só melhorou.” Por outro lado, Andreza ainda lida com os resquícios desse sofrimento no corpo. Embora seu ex-marido não tenha a agredido fisicamente, ela relata o impacto do abuso psicológico em sua saúde física: “eu fazia exames regularmente e tudo surgiu no último ano”. Ao demonstrar seu ponto de vista, Andreza é bem específica:

só o fato de você desrespeitar o outro por ele ser diferente de você, é um ato de violência. É assim: eu te olho e já te olho, assim, da cabeça aos pés e isso é uma violência. Eu me sinto violentada quando eu entro num shopping, numa loja que eu vou de sandália. [...] Esse desrespeito total, vou pra farra, vou beber, faço e aconteço. Isso é uma violência. Uma agressão porque a mulher se acha a última das últimas. Quando se tem um filho a situação fica pior. (Andreza)

As violências narradas por essas mulheres, como afirma Almeida (2007) deixam “inúmeras, diversificadas e profundas marcas em mulheres, em escala global, ainda não foi nominada apropriadamente”. Para a autora, trata-se de uma violência “maldita” e de uma violência “mal-dita”. Maldita para “todas/os que a experimentaram e para todas/os que tentaram enfrentá-la e mediá-la”. E mal dita “para todas/os que tentam estudá-la”.

As violências narradas e identificadas pelas entrevistadas são a violência física (Cristina, Paula e Karla), sexual (Andreza e Camila), tentativa de feminicídio (Karla). A violência psicológica e ameaças são relatadas pelas seis entrevistadas. Além disso, identificamos nos relatos outras tipificações previstas na Lei Maria da Penha como a violência patrimonial (Karla, Camila, Cristina).

3.2 Dificuldades para romper com relacionamento violento

Entender e reconhecer a violência é fundamental, porém não é o único passo para encerrar um relacionamento abusivo. Segundo Bandeira (2014), diversos fatores complicam a decisão de romper com um relacionamento violento. Portanto, deixar um relacionamento abusivo não é um processo simples. Muitas mulheres permanecem nele porque, além dos episódios de violência, ainda existem expressões de afeto, mantendo, assim, o ciclo da violência. Com isso, é necessário pensar as relações não só do ponto de vista individual, mas compreendê-las dentro do contexto de uma teoria social da família, parentesco e afinidade e de uma teoria das relações de gênero, em um momento histórico culturalmente em configuração. (Machado e Magalhães, 1999)

Denise relata suas dificuldades para sair do relacionamento: *“o maior medo da minha vida é ver meu filho passar fome e eu voltava, eu não tinha trabalho, aqui é muito escasso o trabalho, e eu sempre voltava [...] minhas maiores dificuldades que eu tive foi em relação ao meu filho”*. Quando menciona a escassez de oportunidades de trabalho, Denise refere-se à realidade de sua cidade natal, São Sebastião da Boa Vista, no Marajó. Embora o alto desemprego seja uma questão nacional, em cidades pequenas como a dela, essa situação se agrava. Desde o início do relacionamento, seu marido era o provedor principal, e quando se mudaram para outro estado, Denise se viu distante de sua família, interrompeu seus estudos e foi impedida de buscar qualificação profissional e emprego. Sua condição única como mãe e dona de casa, em uma cidade distante, a deixava financeira e emocionalmente dependente de seu ex-companheiro: *“Várias vezes eu voltei com ele porque a minha família é muito humilde e a minha dificuldade maior foi essa, foi dinheiro mesmo”*. Após romper o relacionamento e retornar à sua cidade natal, ela adotou a postura de reconhecer-se como “uma mulher que viveu um relacionamento tóxico”. Assumindo essa identidade, ela se posiciona como alguém que conscientiza outras mulheres:

é por isso que eu sempre falo para as meninas 'bora trabalhar, bora estudar' porque realmente às vezes dizem 'ah, fulana vive assim porque ela quer' não! às vezes ela precisa de uma comida, às vezes ela prefere sofrer agressão, apanhar, mas tem comida na mesa pra ela com o filho. (Denise)

Denise se encontrava em um ciclo no qual se separava, enfrentava dificuldades financeiras e acabava retornando ao relacionamento. Embora a questão financeira seja um elemento proeminente em sua narrativa, outros fatores também desempenham um papel significativo nesse arranjo conjugal: *“Eu acho que é todo um conjunto, mas foi muito difícil”*. Os laços de afetos estavam presentes: *“Graças a Deus eu consegui romper essa ligação que eu tinha com ele que era muito forte, mesmo eu tendo uma condição eu sentia falta dele do meu lado... dele estar com meu filho, às vezes”*. Há preocupação com a criação do filho, com a falta de uma presença paterna: *“O meu filho é homem né, aí eu criava o filho só... eu tenho que ser mais rígida com ele”*.

Na história de Cristina o sentimento de medo a rondava:

os meus filhos pequenos, aí eu pensava também, eu tenho moradia fixa aqui e eu teria que me mudar daqui porque eu sabia que ele ia me perseguir; outras vezes, eu tinha medo, eu pensava que se eu ficar aqui ele vai fazer alguma coisa pra mim e eu teria que sair, e eu não tinha condições de sair, de comprar uma casa em outro lugar... e mesmo que eu fosse pra outro lugar, a minha família mora toda aqui perto e aí vou levar meus filhos pra longe, vou precisar trabalhar e deixar eles sozinhos... ou então vou arrumar outro relacionamento e vai maltratar meus filhos, porque ele não maltratava os meninos, entendeu? O negócio dele, quando ele bebia, era comigo... aí eu imaginava que se ele como pai dos meninos ele já fazia isso comigo e eu imaginava que uma outra pessoa ia maltratar a mim e os meninos... aí um preferia ficar com ele.” (Cristina)

O medo que parte da ameaça gera consequências práticas, inibindo a ação, a liberdade da mulher é afetada, suas escolhas sufocadas pelo comportamento do parceiro agressor. Segundo Stecanela e Ferreira (2011), é o medo que, verdadeiramente, impede que se rompa com o círculo da violência, e que se adie a denúncia dia após dia devido ao receio de desencadear reações ainda mais violentas, com consequências nefastas para a mulher e seus filhos/as.

Cristina experimentava o medo do desconhecido, receando que as coisas pudessem piorar. A expressão "Ruim com ele, pior sem ele" ressoa em sua experiência, refletindo um sentimento comum entre mulheres de recursos limitados, privadas de oportunidades de trabalho e dependentes financeiramente de seus parceiros. Nesse contexto, o papel do homem como provedor é percebido como uma fonte de segurança, o que contribui para a fragilidade decorrente dessa

dependência. Como relata Denise, *“ele me dizia, tu não vai dar conta de criar esse menino, tu vai passar fome, olha tua família não tem condições, não tem nem casa”*.

Saffioti (2004) discorre que o poder apresenta duas faces distintas entre o homem e a mulher: a da potência e a da impotência. Nesse sentido, *“as mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram a violência, estão sob o efeito da impotência”* (p. 51). O domínio do homem sobre a mulher se dá pelo uso da força física e também das palavras:

Ele também trabalhava meu psicológico, ele falava: ah, se tu se separar tu vai morrer de fome, tu não sabe ir na feira, comprar comida, tu não sabe isso, não sabe aquilo, tu vai morrer de fome, tu vai se prostituir, ele falava. E eu acaba acreditando que aquilo era verdade. A maioria das vezes eu pensava em separar, mas eu pensava: será que eu vou passar fome? passava um monte de coisa pela minha cabeça. [...]
São muitas coisas que pesam [...] tipo, um pouco de sentimento, os filhos, as coisas que você vai ter que começar do zero. (Cristina)

A dependência econômica emerge como um fator central nos relatos dessas mulheres, tornando-se ainda mais acentuada quando há filhos envolvidos - é algo tangível, visível. Por exemplo, Cristina interrompeu seus estudos ao ingressar no relacionamento, enquanto Denise deixou de trabalhar para dedicar-se ao cuidado do marido e do filho. Nos subtextos dessas narrativas, percebemos uma mescla de sentimentos que permeiam as experiências das mulheres que sofrem violência doméstica, tais como medo, culpa, amor, compaixão, insegurança, baixa autoestima, vergonha, entre outros. Esses sentimentos são parte integrante da história individual e da experiência subjetiva de cada mulher.

Andreza parece exibir uma expressão cansada e abatida, revelando alguém que ainda carrega consigo o peso da frustração: *“eu acreditei de novo”, “eu perdi meu tempo”*. O fato de ter interrompido seus estudos e trabalho a deixou *“aprisionada”* em casa e em um relacionamento que gradualmente a estava tornando doente, mesmo sem que ela percebesse claramente. Quando não há hematomas visíveis no corpo, torna-se mais difícil identificar as violências que está sofrendo.

Karla foi a entrevistada que teve o relacionamento mais curto entre as seis mulheres: apenas quatro meses (destacando que já havia conversado ao telefone durante cinco meses antes disso). Karla desfrutava de estabilidade financeira e se via como *“uma mulher forte”, “uma mulher que enfrenta mesmo”*. O envolvimento

emocional foi significativo para a manutenção do relacionamento, até o momento em que ocorreu a tentativa de assassinato, que foi o episódio que marcou o rompimento definitivo.

O relacionamento iniciou com encanto e paixão. Ela tinha a atenção e carinho de uma maneira que ela gostava e que não tinha recebido nos relacionamentos anteriores: *“ele não era um homem agressivo 24 horas”*. Relata que os episódios de ciúmes e controle eram camuflados pela ideia de cuidado, pois ele geralmente era muito carinhoso e atencioso com ela e com os filhos:

porque eu era bem tratada então gostava de aquilo. Eu ficava assim: poxa, será que eu vou arranjar uma pessoa que me trate assim, bem. Será que se eu aguentar um pouquinho mais ele não para... se eu pedir pra ele, se eu ficar falando pra ele, acho que ele vai parar. E aí, eu acreditava nisso... O que me fez mesmo (ir mantendo a relação) foi o sentimento, a carência... de querer aquela atenção, de ser bem tratada, bem cuidada [...] como ele tratava meus filhos sabe... é como se fosse um pai, carinho, cuidado, então isso fazia com que eu ficasse apaixonada [...] Eu continuei por causa da minha família, meus filhos amavam ele, a minha mãe amava ele, então, pra mim era difícil chegar pra eles e falar: olha ele tá fazendo isso. Eles não iam acreditar em mim. Até porque eu venho de relacionamentos onde eu não sou muito paciente, então pra minha mãe, pra minha família, eu não tinha paciência. Que os meus relacionamentos não dão certo porque eu não tenho paciência e, realmente eu não tenho paciência pra certas coisas [...] então eu chegar pra minha família onde ele demonstrava ser uma pessoa totalmente diferente, eles não iam acreditar em mim [...] aí eu ficava me culpando: será que não sou eu mesmo? (Karla)

O sentimento de culpa e a tentativa de mudar o parceiro, não são incomuns se tratando da violência conjugal. Na literatura sobre violência contra mulher (Grossi, 2000; Saffioti 1987, 2008; Stecanela e Ferreira, 2011) vemos que na grande maioria dos casos a violência perpetrada por parceiros íntimos, há uma inversão de culpa. Karla expressa a ideia de que talvez ela seja o problema no comportamento agressivo e controlador do companheiro, pensando que talvez não soube lidar: *“eu enfrentava”, “não sou uma mulher fácil”*. A responsabilidade pelo bem-estar do relacionamento leva as mulheres a tentarem mudar o parceiro. Às vezes, buscam mudar a si mesmas, suportando certas situações, na esperança de uma possível mudança. Uma mudança que, segundo elas, depende delas mesmas, tornando-se uma melhor mãe, melhor esposa, melhor amante.

Paula estava entrelaçada nesse jogo conflituoso de uma relação que ao mesmo tempo que “*trouxe crescimento*” a aprisionou. Considera o processo de desapegar das coisas boas do relacionamento, como o mais difícil:

Assim, tipo, a gente é muito apegada, a gente tem que entender na verdade que somos apegadas a lembranças e não a pessoas, mas tem gente que confunde, tem gente que se apega a pessoa, por exemplo, o que eu tive com ele de coisa boa [...] tipo assim, o que eu vivi com ele, em relação as coisas boas eu consigo viver de boa com um melhor amigo, dividir um café... o que a gente tá fazendo agora aqui, fazia com ele, posso fazer contigo... é esse tipo de desapego que as pessoas têm que ter, tu tá entendendo? Essa é a parte mais difícil porque tu achas que [...] como eu te falei tu tá presa e pra quem tá de fora é muito fácil falar: mana ele te agrediu vai embora. É isso, e realmente essa é a parte simples da coisa, mas não [...] Na pratica é totalmente diferente, porque eu tive uma vida, passei 4 anos da minha com ele, então tipo o processo vai ser extremamente lento.
(Paula)

Como dito, o ciclo da violência não são só agressões, as expressões de afeto têm efeitos significativos para a permanência das mulheres no relacionamento:

Quando você briga, naquele momento você quer matar, a raiva é muita, você quer o pior pra ele. Aí depois vai passando os dias, e como ele não saia definitivamente, ele ficava aqui, aí, ia passando os dias e ele ia acabava me agradando de alguma forma, aí eu acabava voltando, sabe? Aí eu passava a ver de novo com outros olhos. Então acabava sendo uma dificuldade, tipo eu não mantia o meu ódio, a minha raiva nele [...] Que nem eu falei pra uma amiga minha, ela tava se queixando pra mim, eu falei pra ela: quando você brigar com ele, mantem e pensa em todas as coisas ruins que ele te fez, porque se tu for pensar em algumas coisas boas, aí tu vai acabar voltando a ter algum sentimento por ele e não vai tomar a decisão nunca. Eles sempre têm uma maneira de reverter a situação. Aí você acaba deixando passar, talvez ainda por existir até um gostar, alguma coisa.
(Cristina)

Machado e Magalhães (1999) apontam que poucas mulheres que sofrem a primeira agressão após meses ou de anos de relacionamento, tomam a decisão de se separar logo, como vemos no caso de Cristina, Denise, Andreza. Os “ensaios de saída” são muitos e fazem parte de um processo que passa pelas promessas de mudanças não cumpridas até ao agravamento das lesões e ameaças. Pois “entre violência e afetividade não há só enredamento. Há paradoxos, contradições e rupturas. E a violência passa a produzir o dilaceramento da relação amorosa” (Machado & Magalhães, 1999). Conforme Saffioti (1987, p. 84), “mulheres que suportam violência de seus companheiros, durante anos a fio, são codependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário”.

3.3 “No começo ele era um príncipe”

Percebe-se nos relatos o apego às características que os companheiros apresentavam no início do relacionamento. No jogo da conquista, o sentimento de ser desejada, exaltada, elogiada, acolhida fica marcado como a expressão do que querem lembrar e guardar apesar dos comportamentos agressivos que se sucedem. Isso reflete na tentativa de mudar o companheiro, em colocar em si a responsabilidade pelo relacionamento e, a culpa pelo enredo que segue outra lógica. Os ciúmes antes vistos como cuidado, se transformam em possessão, e os gestos carinhosos são obscurecidos por episódios de desconforto. Como as mulheres vítimas de violência compreendem o comportamento do agressor?

O que é esse carinho de início e porque ele se transforma? É o questionamento de Andreza: *“no início é todo aquele carinho, não sei se é um carinho por necessidade de mostrar que quer ficar com a pessoa, eu não sei, não posso dizer de fato o que é esse carinho de início”*. Ela se sente traída por conta das promessas não cumpridas.

Paula entende como dissimulação o comportamento galanteador: *a mulher ela finge um orgasmo, tipo, é suave. Um homem pra comer uma mulher ele finge uma personalidade inteira, tá entendendo?.* Relata que o ex- namorado oscila entre uma pessoa que pode ser muito boa pra ela e para ou outros ao mesmo tempo em que pode ser agressivo:

Ele é a melhor pessoa, ele vai ser o tipo de pessoa que tu vai ver e vai falar: nossa, que homem inteligente, que homem prendado. Ele realmente é um homem prendado, só que só quem sabe, só quem gosta dele, não gosta por conhecer ele de verdade, porque se conhecesse ele de verdade, jamais ia apoiar uma pessoa dessa, ou se apoiasse ia pedir pra ele buscar algum tipo de tratamento... (Paula)

Andreza tenta compreender os processos culturais e sociais que marcam as desigualdades existentes entre os homens e mulheres, partindo de suas experiências amorosas: *O que chama atenção nesses relacionamentos que eu tive, não sei, mas eles têm a mesma cultura de pensamento, então eles acham que são donos da mulher, eles são proprietários da mulher e eles querem mandar de qualquer forma.* Nesse sentido, Cristina relata a respeito dos comportamentos dos agressores: *eles querem mostrar que são superiores. Acho que faz eles se sentirem*

maior. Barsted reafirma que a violência praticada pelos homens deve ser compreendida como um “dos mecanismos sociais principais para impedi-las a ter acesso a posições de igualdade em todas as esferas da vida social, incluindo a vida privada” (Barsted, 2001, p. 346). Os homens buscam se manter numa posição de poder, de escolha e de domínio.

Percebe-se o entendimento dos papéis e atribuições do que é ser mulher/homem e de que se trata de um problema social. No entanto, muitas mulheres traduzem a violência que sofrem numa perspectiva individualizada. Denise, Camila e Karla, em seus relatos colocam o convívio no ambiente de violência na infância, ou a psicopatia como explicações para os comportamentos violentos dos parceiros:

convivi um tempo com o pai dele, às vezes as pessoas falam que o que a criança sofre é o que ela vai refletir na vida adulta dela e, talvez seja verdade. O pai dele tem um histórico assim [...] o pai dele já é um senhor, mas as mesmas coisas, a mesma autoridade, sabe? querer impor tudo dentro da casa [...] Eu não sei se é insegurança, se é uma forma de machismo porque o pai dele era muito machista. Pelo que a mãe dele me contava do pai dele, ele era todinho o pai dele... a mesma forma autoritária, queria mandar na mulher, queria mandar nos filhos sabe? (Denise)

Essa influência é tudo questão da criação, ele foi abandonado quando era criança pela mãe dele, ela deu ele pra avó dele, assim, e isso é uma mágoa que ele tem desde a infância dele. Ele teve uma infância e uma adolescência muito difícil e ele tenta fugir da depressão, da dor que ele sente, sei lá, descontando em mulheres. Ele teve relacionamentos que destruiu, eu não fui a primeira. (Camila)

Eu acho que ele era psicopata mesmo, eu acho não, ele era psicopata. Tem uma mente meio... (Karla)

Eu acho que é algo psicológico, algo que aconteceu. Eu tenho essa linha de pensamento: que se tu me agrides o problema está lá atrás, alguma coisa aconteceu contigo lá atrás [...] ou seja, aquilo vem da infância, as pessoas que são assim geralmente, eu digo que o problema tá na infância (Karla)

Seguindo outra lógica Paula vê como injustificáveis as atitudes do ex-namorado:

como eu te falei não tem justificativa, é só procurar uma terapia e um psicólogo, psiquiatra. [...] já chegaram a justificar a violência dele contra mim, chegaram a justificar e eu fiquei, tipo? Ah, porque ele veio de uma família de, tipo, o pai dele batia na mãe dele, ele cresceu com isso, ele cresceu frustrado. Eu falei ok, o pai dele bateu na mãe dele, então, tipo, mais do que nunca ele deveria simplesmente sempre estar do lado da mãe dele, apoiar a mãe dele e jamais levantar a mão. Já que tava tão ruim, não deveria se igualar. Então pra mim, independente, tipo, de qual seja a tua origem da tua família, tu jamais vai fazer isso, porque meu irmão cresceu comigo e com minha mãe e meu irmão é incapaz de levantar a mão pra uma mulher, sabe? Ele é incapaz, ele é muito bom, ele é muito doce, e foi exatamente a mesma forma, o meu pai também agrediu a minha mãe, mas nem por isso meu irmão faz isso, nem por isso meu irmão destrata. Pra mim

não tem justificativa, não tem, não tem, não tem... não adianta falar, não existe. (Paula)

Em alguns relatos identifica-se a busca por motivações a partir do comportamento das entrevistadas. Karla reflete acerca da possibilidade de suas atitudes serem desencadeadoras das agressões: *“também não era uma mulher fácil, eu falo mesmo, eu enfrento mesmo”*. Já Andreza questiona se pode ter um perfil de mulher que sofre:

Eu não sei, se porventura, eu tenho algum perfil de ser aquela que tem que sofrer a violência, não sei também se eles buscam um perfil, porque tem mulher e mulher, criações e criações e diversas formas de pensar. Eu não sei se eu tenho esse perfil de o cara chegar, olhar e dizer: ah, essa daí é uma abestada. (Andreza)

Saffioti (2008) destaca que estudos indicam que as vítimas de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais têm maior probabilidade de reproduzir violências e são mais vulneráveis a diferentes formas de violência, como física, psicológica e sexual. No entanto, os dados levantados pela autora não confirmaram essa noção, já que nenhuma das entrevistadas que foram vítimas de abuso sexual demonstrou tendência para perpetrar abusos ou estar em situação de maior vulnerabilidade às tentativas de abuso. No entanto, é evidente que vivenciar experiências de violência deixa marcas no corpo e no emocional.

O processo sócio-histórico ocidental e sua influência nas construções das identidades de gênero, como bem se sabe, naturalizou e reproduziu as características que são atribuídas socialmente aos homens, como a virilidade, força, agressividade e, portanto, a anulação dos afetos e sentimentos (Novaes, 2013; Welzer-Lang, 2001; Minayo, 2007). Portanto, a ordem patriarcal de gênero fere tanto homens como mulheres, mas as mulheres muito mais. É possível identificar nos relatos a aceitação de sua condição de mulher, que molda o pensamento e produz ou inibe ações determinadas perante a violência perpetrada pelos companheiros. As mulheres sofrem violências constantes, mas isso não garante seu potencial agressivo numa relação afetivo-conjugal, considerando o ambiente doméstico como um espaço de “poder do macho”, ainda que as mulheres detenham parcelas de poder, e usem de estratégias de resistências.

3.4 Amor: é ter com quem nos mata lealdade?¹⁰

Mujer Desapurada - Frida Kahlo

Mereces un amor que te quiera despeinada,
con todo y las razones que te levantan de prisa,
con todo y los demonios que no te dejan dormir.

Mereces un amor que te haga sentir segura,
que pueda comerse al mundo si camina de tu mano,
que sienta que tus abrazos van perfectos con su piel.

Mereces un amor que quiera bailar contigo,
que visite el paraíso cada vez que mira tus ojos,
y que no se aburra nunca de leer tus expresiones.

Mereces un amor que te escuche cuando cantas,
que te apoye en tus ridículos,
que respete que eres libre,
que te acompañe en tu vuelo,
que no le asuste caer.

Mereces un amor que se lleve las mentiras,
que te traiga la ilusión,
el café y la poesía

A violência contra mulher é marcada, principalmente no que diz respeito à violência dentro dos relacionamentos amorosos, pela hierarquia de gênero e pelas relações desiguais de poder entre homens e mulheres. O amor como objeto de estudo científico ganhou mais reconhecimento nas últimas décadas. A análise relacional entre amor e violência nas relações de intimidade não tem sido tão difundida, e geralmente é abordada como fenômenos distintos ou com relação casual.

Dias et al (2012) esclarece que os estudos que associam a violência e o amor, relacionam esses fenômenos como consequências ou uma variável que pode ter influência um no outro e, ao se tratar da violência contra mulher os discursos sobre o amor tem sido um fator explicativo das reações das vítimas, influenciando diretamente na manutenção da relação e no processo de denúncia. Ainda assim, o amor e a violência na intimidade têm sido majoritariamente analisados pela

¹⁰ Esse título faz referência ao poema de Camões: “Amor é fogo que arde sem se ver; É ferida que dói e não se sente; É um contentamento descontente; É dor que desatina sem doer; É um não querer mais que bem querer; É solitário andar por entre a gente; É nunca contentar-se de contente; É cuidar que se ganha em se perder; É querer estar preso por vontade; É servir a quem vence, o vencedor; É ter com quem nos mata lealdade; Mas como causar pode seu favor; Nos corações humanos amizade; Se tão contrário a si é o mesmo Amor?”

investigação como objetos de estudo separados. No entanto, o desenvolvimento recente dos estudos culturais e feministas inspirados pelo obstrucionismo social, conduziu ao reconhecimento da sua interligação. (Dias e Machado, 2011).

Dias e Machado (2011) ao analisarem os estudos que associam amor e violência apontam que é a cultura que determina o que incomoda ou não numa relação e o que são consideradas práticas abusivas ou violentas, e ainda supõem que as representações acerca do amor e das relações amorosas podem influenciar a perpetração da violência e assim, constituir um fator que mantém as vítimas nas relações abusivas (Dias e Machado, 2011).

Wood (2001), num estudo com mulheres vítimas, identifica duas narrativas românticas: (i) o conto de fadas do príncipe encantado que “venera” a princesa, sustentando crenças que legitimam a violência (e.g., que o melhor da relação supera o pior, que a mulher pode parar a violência se se aproximar do estereótipo da mulher ideal); e (ii) o romance negro, que retrata o homem como naturalmente controlador e descreve as relações como tipicamente dolorosas para a mulher, naturalizando o seu sofrimento. Estas histórias prototípicas prescrevem scripts genderizados que sustentam a violência do homem e a tolerância/passividade da mulher, contribuindo para que as mulheres considerem as relações violentas como toleráveis ou preferíveis a não ter qualquer relação. Num estudo análogo, Towns e Adams (2000) identificaram construções culturalmente enraizadas do “amor-perfeito” (por exemplo, o amor como forma de alcançar a felicidade, o poder do amor da mulher transformar o marido violento) que contribuem significativamente para manter e silenciar as mulheres em situações abusivas. (Dias e Machado, p. 144, 2011).

O discurso sobre o amor esta presente nas narrativas das mulheres entrevistadas. O que dizemos nos constitui como sujeitos, muitas vezes assujeitados, a partir de produções discursivas. Foucault (1993) nos apresenta sua ideia de discurso como formador de identidade, portanto, o sujeito é dado pelas tramas discursivas de uma dada cultura e determinado contexto histórico. Isso implica também que o discurso pode aprisionar sujeitos em preconceitos e julgamentos. Partindo das falas das seis mulheres entrevistadas, percebemos certas recorrências que sinalizam para os dispositivos¹¹ amorosos (Zanello, 2018).

Diversos fatores contribuem para uma mulher continuar num relacionamento, como já explicitado. E o amor, o sentimento que se diz amor, está fortemente presente nas palavras dessas mulheres. Dentre as variadas manifestações de amor,

¹¹ Nesse sentido, segundo Foucault (1996, p. 244) os dispositivos são conjuntos que incluem “discursos, instituições, organização arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, portanto, os dispositivos implicam sempre um processo de subjetivação, ou seja, produzem sujeitos.

os discursos se pautam especificamente nas relações que envolvem o amor entre casais, frequentemente conhecido como amor romântico. Giddens (1993) ao falar do amor romântico esclarece:

Desde suas primeiras origens, o amor romântico suscita a questão da intimidade. Ela é incompatível com a luxúria, não tanto porque o ser amado é idealizado – embora esta seja parte da história -, mas porque presume uma comunicação psíquica, um encontro de almas que tem um caráter reparador. O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro. (Giddens, 1993, p. 56).

As transformações sociais e políticas e a consolidação do capitalismo trouxe novas concepções sobre a união conjugal, a família, o casamento, o ideal de amor romântico. Com relação ao amor romântico, Valeska Zanello (2018) afirma que seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula uma dependência psicológica das mulheres, já que numa relação heterossexual são as mulheres as que mais investem afetivamente nas relações (Zanello, p. 84). Nesse mesmo sentido, Marcela Lagarde (2005) aponta que a opressão das mulheres encontra no amor um de seus fundamentos. O dispositivo amoroso como constituinte da subjetividade das mulheres resulta do adoecimento de muitas mulheres (Zanello, 2018).

A idealização do amor romântico, com sua concepção de plenitude através da união entre dois indivíduos que se amam, baseando-se na experiência amorosa como virtude, felicidade e libertação, foi instrumentalizada pelo machismo e patriarcado para confinar as mulheres burguesas ao espaço doméstico. O cerne do amor romântico consistia em reforçar o modelo binário de relacionamento, o que deu origem à construção dos estereótipos sobre o papel das mulheres, dos homens e de suas respectivas responsabilidades sociais no contexto amoroso e conjugal do cotidiano. (Campagnaro, 2019)

Zanello (2018) aponta o dispositivo amoroso como um fator importante para os processos de subjetivação das mulheres e também um dos principais fatores de desempoderamento das mulheres. As tecnologias de gênero são um fator constituinte dos dispositivos (Zanello, 2018, p. 56)¹². Portanto, se ser uma pessoa

¹² Sua abordagem Zanello (2018) parte de exemplificações de desenhos, revistas e propagandas como as mulheres são representadas e direcionadas a serem aquelas que buscam o

em nossa sociedade é ser homem ou ser mulher (cis, heterossexual, monogâmico) isso implica dizer quem há mecanismos que afirmam e reproduzem, nesse sentido, há as tecnologias de gênero¹³ (Lauretis, 1984). Teresa da Lauretis (1984) considera que é preciso separar gênero da diferença sexual, e entende o gênero como produto de várias tecnologias que se desenvolvem por meio da linguagem e de práticas discursivas que são implementadas pela pedagogia, medicina, economia etc., e se apoiam nas instituições do Estado. Portanto, somos todos interpelados¹⁴ pelo gênero. O sujeito além de ser “engendrado” nas relações de gênero, também é nas relações de classe e de raça (Lauretis, 1984).

O dispositivo amoroso e o materno são caminhos privilegiados de subjetivação das mulheres, enquanto que para os homens são os dispositivos da eficácia. “Os homens aprendem a amar muitas coisas enquanto as mulheres aprendem a amar os homens”, nesse sentido, são as mulheres que aprendem a se responsabilizar pela manutenção dos relacionamentos (Zanello, 2018). Dimen (1997) aponta que há uma divisão de trabalho emocional nas sociedades patriarcais; para os homens é interpelada a individualização e autonomia (independência) já para as mulheres, a ligação e o cuidado (interdependência). (Dimen, 1997, apud Zanello, 2018)

Como aponta Lagarde (2001), culturalmente, o amor desempenha um papel significativamente maior na vida das mulheres, pois está intrinsecamente ligado à construção de sua identidade. O amor é percebido como uma parte essencial de quem elas são. Culturalmente, as mulheres são ensinadas a serem seres destinados ao amor, moldadas para esse sentimento desde cedo. Assim, não apenas optam por amar, mas são fundamentalmente construídas em torno desse ideal de amor.

Nas narrativas de Denise, o amor é descrito como uma experiência intensa, marcada por conflitos que se transformam rapidamente em reconciliação, onde as brigas são seguidas de beijos e perdão. Ela desenvolveu uma concepção própria desse sentimento através de suas vivências. A ideia de amor, conforme expressa

amor, que buscam um relacionamento amoroso, naturalizando a ideia de que o sonho de toda a mulher é casar.

¹³ Zanello ressalta que os principais exemplos de tecnologias de gêneros atualmente são as mídias, ou seja, o cinema, os desenhos, as músicas, as propagandas e revistas. E além de interpelar performances, as tecnologias de gênero se constituem numa “pedagogia dos afetos, numa colonização afetiva” (Zanello, 2018).

¹⁴ Referenciando Althusser, descreve interpelação como “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (Lauretis, 1984, p. 220).

em seu discurso, emerge de uma reflexão profunda e de uma mudança conceitual, que não estava sempre presente e que se desenvolve ao analisar sua experiência com a violência. É fundamental destacar que as seis mulheres entrevistadas romperam com essas relações. Esse rompimento representa uma quebra com a idealização do amor, sendo uma ruptura que afeta o corpo, a alma, o pensamento e a trajetória dessas mulheres.

hoje em dia eu vejo que o amor não é isso, hoje em dia eu vejo que para eu estar com uma pessoa não precisa a gente brigar, não precisa estar naquele vendaval, é uma coisa natural, tá bem, tá junto, de sentar de conversar e se respeitar. (Denise)

Apresenta-se predominantemente o discurso sobre um “amor companheiro”, um amor que acontece gradualmente: *“amor é uma coisa que a gente constrói no dia a dia, com respeito, companheirismo”* (Camila), *“Amor é cuidado [...] quando é amor a pessoa cuida, senta, tem paciência, conversa...”* (Cristina), *“o amor é compreensão”* (Karla). No entanto, quando é narrada a experiência do amor vivido, é tido como um “amor paixão” cheio de emoções, tensões, conflitos, ciúmes etc.

O ciúme foi relacionado como uma expressão do amor: *“tinha ciúme [...] eu achava que isso era cuidado, que era amor, que era carinho mesmo, de cuidado mesmo...”* (Karla). *“Ele tinha um ciúme obsessivo e tu acha quando o cara demonstra ciúme assim... que isso é cuidado”.* (Camila)

É perceptível a idealização do amor romântico, de viver um amor e para o amor:

eu botei toda minha expectativa naquele relacionamento, sabe? não, eu vou ser feliz eu vou ter minha casa, porque eu já vim de uma infância não muito boa com os meus pais, né? Aí eu dizia que não ia repetir aquilo na minha vida. Aí eu queria ter a minha família, queria ter minhas coisas, mas aí eu investi tudo, eu botei tudo, a minha confiança, o meu amor no meu marido, no pai do meu filho e eu queria aquilo e hoje eu vejo que eu pensava que ele ia me fazer feliz, que eu só ia ser feliz se eu tivesse com ele e tal... E hoje eu vejo que a minha felicidade não está na mão de alguém, a minha felicidade tá na minha mão só. (Denise)

Investir no relacionamento demandou que algumas mulheres deixassem de estudar, de trabalhar, de ter outras relações: *“parei de estudar, parei de trabalhar porque eu confiei nele”* (Andreza). *“eu estava na fase de fazer vestibular aí eu larguei tudo para viver o amor que eu pensava que seria o amor da minha vida, larguei meu trabalho...”* (Denise).

O amor e o relacionamento são frequentemente encarados como um objetivo de vida, um sonho que, ao se concretizar, muitas vezes não corresponde às

expectativas, exigindo sacrifícios das mulheres para mantê-lo. Para essas mulheres, ter um relacionamento implicou em abrir mão de diversas outras coisas, o que resultou em dependências em vários aspectos. A dependência emocional, financeira e a responsabilidade pelos filhos foram os principais motivos que as levaram a permanecer no relacionamento. Quando todos esses fatores são combinados, a relação se prolonga por mais tempo.

Sara Campagnaro (2019) discorre que amor romântico muitas vezes resulta em mais sofrimento do que em libertação, autorrealização e felicidade, pois é fundamentado em ideais construídos em um mundo influenciado por concepções mágicas e pouco realistas. Um modelo de amor que promova a felicidade e a realização, tanto para mulheres quanto para homens, pode ser baseado em uma visão mais realista e na valorização da parceria entre o casal. O ideal de amor romântico, por exemplo, tende a dificultar que as pessoas considerem outras formas de amar, como aquelas fundamentadas na construção de uma parceria mútua, em vez de apenas na entrega emocional.

Como observamos anteriormente nos discursos, está presente a crença de que o companheiro irá mudar e que essa mudança depende da mulher, que ela precisa se esforçar mais, ser uma companheira melhor, ser mais paciente. *"Ainda fiquei ali porque queria ajudar, eu achava que podia ajudar, que eu podia transformar ele"* (Karla). Isso é intrínseco à socialização feminina tradicional, que leva a mulher a acreditar que ela necessita de um companheiro e, quando ela consegue enfrentar todas as dificuldades e decide romper, o companheiro muitas vezes inicia um jogo emocional, colocando sobre ela a responsabilidade por suas próprias atitudes: *"ele vinha, e dizia: eu briguei contigo sabe por quê? porque tu fez isso, a culpa é tua, se tu não fizer isso, eu não vou brigar contigo"* (Denise).

A culpa é um sentimento presente nos relatos, e isso se dá principalmente pela responsabilização das mulheres pela relação e pelo bem estar da relação. *"eu ficava me culpando, aí eu dizia: Será que sou eu mesmo?"* (Karla), em outro relato: *"eu me sentia muito culpada, porque eu ficava me perguntando... mas por que ele fez isso comigo? Por que comigo? porque eu era muito boa pra ele, sabe... eu era muito boa pra ele, eu realmente me dedicava ao relacionamento, eu me dedicava a nós"* (Paula). Na história de Andreza, ela fala das três vezes que tentou de novo: *"eu acreditei de novo"*. Mostra as fotos do último casamento e diz: *"olha como só eu*

estou feliz”. Isso reflete no seu desejo de casar, de construir uma família o que não parecia ser o desejo maior de seu companheiro.

Os discursos e sentidos que as entrevistas abordam em torno do amor se apresentam como: (1) Um amor romântico, que é idealizado, que nasce das expectativas criada em torno relação, na ideia de “largar tudo por amor”, do “sonho de casar”, e na crença de que o casamento é pra sempre. (2) Um amor apaixonado: que é cheio de tensões, conflitos e ciúmes. E que demanda dependência pela falta de controle dos sentimentos, *“eu fiquei louca por ele”*, *“sentia uma coisa intensa”*. (3) Um amor companheiro. Essa ideia vem a partir da reflexão das experiências que tiveram e de certa maneira, se estabelece numa desejo para o próximo relacionamento.

A partir das experiências com a violência perpetrada por alguém que elas amavam, se entregaram e, como consequência desse desencanto, relatam a descrença no amor (lê-se aqui amor-romântico, idealizado) e em se relacionar de novo pelo receio de viver outra vez um relacionamento violento. Aquelas que tiveram outras relações se dizem muito cautelosas:

eu presto atenção qual é o tipo que esse homem tem, qual é a criação que ele teve [...] antigamente era isso, eu não prestava atenção com quem eu me envolvia como era o caráter desse homem e hoje mudou isso, totalmente. Hoje eu penso duas vezes antes de relacionar com a pessoa eu presto bastante atenção entendeu (Karla)

hoje em dia as pessoas não têm respeito pelas outras, elas mentem, elas traem e eu falei: por isso que eu vivo só porque eu não quero um relacionamento assim, sabe? [...] Eu tenho um filho, quem chega na minha vida eu falo, eu tenho um filho a minha prioridade é meu filho né... Se tu gostar de mim tem que gostar do meu filho (Denise)

Eu não consigo me relacionar com ninguém, eu não sinto mais, pela menos a minha situação é essa (atual), eu não sinto, eu não consigo, eu já não confiava direito nas pessoas, eu não confio, eu tenho muitos problemas de confiança [...] não tenho vontade de ficar mais com ninguém. Por que eu passei por tantas coisas nesse relacionamento que eu fiquei cansada, tipo, tão cansada que eu não consigo nem ter uma coisa casual, eu não sinto mais [...] então desses quatro anos (que estive no relacionamento) transformar em 8 solteira pra ver se volta minha sanidade mental. (Paula)

Andreza começou a namorar pouco tempo depois, por precisar de alguém que desse apoio, pois se sentia sozinha e não conseguia dar conta de lidar com a doença, com o cuidado dos filhos na sua situação de desemprego, mas esclarece sua descrença e receio de se envolver emocionalmente.

Há contradições e complexidades que marcaram os discursos dessas mulheres e revelam uma visão mais crítica do que é o amor e um relacionamento amoroso, ao mesmo tempo em que é carregado de descontentamentos.

Como aponta Saffioti (2004), não apenas mulheres, mas homens podem ter prejuízos, devido a tolerância e incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em vez de exercer uma virilidade doce e sensível, a qual é a mais adequada ao desfrute do prazer. Portanto, “a organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres” (Saffioti, 2004).

A autora sustenta que a violência doméstica está intrinsecamente ligada à concepção de indivíduos que dedicam suas vidas aos outros, muitas vezes enfrentando menores oportunidades de emprego e salários inferiores aos de seus parceiros do sexo masculino. Paralelamente, desde cedo, são socializadas pela família, igreja, sociedade e outros meios a expressar amor pelo homem que assume o papel de provedor no lar (Saffioti, 2015).

Enquanto persistirem as subordinações enraizadas nos ensinamentos sobre como ser mulher e como ser homem, o amor romântico, tal como o concebemos, continuará a ser um artifício no vasto jogo do patriarcado. Este sistema, em conjunto com o capitalismo, sustenta o ideal da família tradicional e dos "homens de bem". (Campagnaro, 2019)

No capítulo 4 será discutido sobre as estratégias adotadas por mulheres que sofrem violência doméstica, o processo de denúncia e as experiências vivenciadas ao procurar ajuda nas delegacias. Além disso, serão apresentadas as interferências da violência na subjetividade das entrevistadas e a trajetória após rompimento.

CAPÍTULO 4

TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA

Feeling Good (Me sentindo bem) – Nina Simone

Pássaros voando alto, você sabe como me sinto
 Sol no céu, você sabe como eu me sinto
 Brisa passando, você sabe como eu me sinto
 É um novo amanhecer
 É um novo dia
 É uma nova vida
 Pra mim
 E estou me sentindo bem
 Peixe no mar, você sabe como me sinto
 Rio correndo livre, você sabe como me sinto
 Florescimento na árvore, você sabe como me sinto
 É um novo amanhecer
 É um novo dia
 É uma nova vida
 Pra mim
 E estou me sentindo bem
 Libélula ao sol
 Você sabe o que eu quero dizer
 Não sabe?
 Borboletas se divertindo
 Você sabem o que eu quero dizer
 Adormecer em paz quando o dia termina
 É isso o que eu quero dizer
 E este velho mundo é um novo mundo
 E um mundo arrojado
 Pra mim
 Estrelas quando brilham, você sabem como me sinto
 Aroma do pinheiro, você sabe como me sinto
 Oh, a Liberdade é minha
 E eu sei como eu me sinto
 É um novo amanhecer
 É um novo dia
 É uma nova vida
 Pra mim
 E estou me sentindo bem

4.1 Estratégias de resistência e os caminhos percorridos

Mesmo a pessoa mais subjugada tem momentos de fúria e ressentimento tão intensos que ela responde, ela age contra. Há uma revolta interna que conduz à rebelião, por mais que efêmera. Ela pode ser somente momentânea, mas ela acontece. O espaço dentro de si mesma onde a resistência é possível permanece.

bell hooks

Pensar as estratégias de resistência das mulheres que sofrem violência implica considerar as especificidades que permeiam cada história de vida, evidenciando que em muitos conflitos e embates o que está em jogo é a concepção dos papéis femininos e masculinos em torno da constituição do padrão de família.

No jogo da relação de poder familiar, as mulheres estão inseridas num contexto desigual. Mesmo com as dificuldades enfrentadas dentro de um relacionamento violento, as opressões, desigualdades, sexismo, e violências diversas vivenciadas, estas mulheres desenvolveram estratégias para resistir, se posicionar, agir e, em certo ponto conseguir romper com a relação. As estratégias de resistência¹⁵ acionadas pelas mulheres entrevistadas em diversas situações evidenciam as possibilidades de agência dentro da relação de poder.

Michel Foucault (1996) traz uma perspectiva interessante para se entender as relações conjugais, já que sua noção de poder incorpora as práticas no nível micro, referente às relações cotidianas. Ele argumenta que os indivíduos circulam pelas esferas de poder, nesse sentido, ele afirma que “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação”. Portanto, sua noção de poder implica a possibilidade de resistências.

Saffioti (2004) ressalta que as mulheres são detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens. Embora concebendo as mulheres como vítimas, a autora as define como “sujeito” dentro de uma relação desigual de poder com os homens, pois as mulheres reagem de diferentes maneiras contra o

¹⁵ “O conceito de estratégias de resistência visa a caracterizar o processo através do qual mulheres em situação de violência avaliam os riscos assim como o controle, recursos internos e externos de que dispõem para lidar com a referida situação desafiando o poder masculino, seja na família, nas instituições ou na sociedade”

agressor e, ainda que suas reações não sejam adequadas para por fim à violência de seus parceiros, elas existem (Saffioti, 2001).

Neste sentido, Grossi e Aginsky (2001) afirmam que muitas mulheres em situação de violência têm capacidade de resistir e, essas resistências estão relacionadas “à sua posição social, à sua consciência política, às redes de apoio e também às raças da mulher, etnias, habilidades, idade, histórico familiar, valores culturais, acesso à informação e contexto sociopolítico” (Grossi; Aginsky, 2001). Todos esses fatores contribuem para o desenvolvimento de resistências e o fluxo de poder e ação dentro das relações conjugais.

Como vimos, na trajetória de vida de Cristina, o início do relacionamento também marcou sua saída da escola e a subsequente interrupção de seus estudos. Durante esse período, ela engravidou, o que a deixou em uma posição de maior dependência em relação ao ex-companheiro. Após dar à luz, Cristina voltou ao ambiente escolar para concluir o ensino médio, porém enfrentou resistência e reclamações por parte do ex-marido, o que dificultou ainda mais seu progresso educacional. Apesar das adversidades impostas pelo ex-companheiro, Cristina perseverou e concluiu o ensino médio, posteriormente ingressando em um curso de graduação.

depois que eu comecei a estudar, a fazer faculdade, a minha mente começou a abrir, comecei a ver o mundo de uma outra forma... [...] foi quando eu passei a ter mais cuidado em poupar meus filhos, porque eles presenciavam e eles não eram obrigados a presenciar... eu comecei a poupar eles, fazer porta, trancas pra gente se esconder quando ele chegava... às vezes a gente dormia debaixo da cama porque ficava como medo dele... às vezes nem era tanto por eu estar com medo, mas era pra não ter confronto com ele e os meninos acabarem vendo a situação... aí, foi quase no terceiro semestre dos meus estudos que tomei a decisão de me separar (Cristina).

O acesso ao conhecimento e as relações estabelecidas durante esse processo educacional foram fundamentais para o que Cristina descreve como "abrir a mente". Isso implicou em desenvolver estratégias para proteger a si mesma e seus filhos, como se esconder embaixo da cama ou colocar trancas nas portas para evitar confrontos diretos com o agressor. Sua determinação em retornar e continuar os estudos foi crucial, pois ampliou seus horizontes e possibilidades. As consequências são evidentes após a conclusão: atualmente, Cristina é professora e desfruta de estabilidade financeira.

Nesse mesmo sentido, Denise narra que nos diversos términos ela buscou se profissionalizar estudando e fazendo cursos:

Aí teve um dia que eu falei, eu não aguento, aí foi que em uma das minhas separações, eu trabalhei em um salão, fui observando, aprendi a fazer chapinha [...] Aí de outra separação nossa, foram várias idas e vindas, comecei a fazer cursos e quando voltei pra lá, eu já sabia bastante coisas, e aí já comecei a trabalhar, comecei a ganhar mais... só que ele não aceitava, só podia se ele deixasse, se ele não deixasse ele quebrava meu secador, quebrava minha chapinha, ele escondia tudo, ele me trancava, não deixava eu trabalhar... até que um dia eu falei: não! me separei e não voltei mais (Denise).

De acordo com a pesquisa de Albuquerque Netto et al. (2017), a educação envolve uma conscientização acerca da necessidade de romper com a violência. No estudo desse autor, tornou-se evidente que isso levou as pessoas a buscar apoio institucional no Centro de Referência ou na Delegacia Especializada para lidar com essa situação. Ele destaca que a alfabetização atua como um indicador social, uma vez que aqueles que têm acesso a uma educação mais refinada impõem suas ideologias, deixando os indivíduos com menor instrução em uma situação de privação cultural.

O processo até a tomada de decisão para romper com uma relação necessita também de suportes, apoios e incentivos da família, de amigos, da comunidade. Esses movimentos de solidariedade, que podem ser ajudas pontuais de vizinhos ou parentes ou até respostas mais elaboradas de movimentos sociais, nem sempre são visíveis na denúncia ou no processo de decisão de denunciar. No entanto, entende-se que esses movimentos de solidariedade e apoio constituem um aspecto importante para as mulheres no processo de rompimento com a violência e na reconstrução de sua identidade, portanto, é relevante na construção dos dados relativos à violência de gênero e nas narrativas das mulheres. (Stecanela e Ferreira, 2011).

Denise ao mudar de município na tentativa de fugir do ex-marido precisou da ajuda de pessoas para montar seu negócio e se manter financeiramente. *“Como trabalhei como empregada eu conheci muitos professores, aí, eu falei com eles, pedi empréstimo, e fiz meu salãozinho [...] aí fui fazendo promoção, fui fazendo outros cursos”*.

Nesse sentido, Cristina relata:

Eu tive incentivos de outras pessoas, de amigas e amigos, que pediram pra mim fazer né?... O meu filho no começo dizia: ‘mãe, não põe pra fora, deixa o papai aí’, aí chegou um momento em que meu filho disse: ‘mãe, separa do

papai, ele não é pra viver com a gente mais, separa' e parece que aquilo me deu um empurrão pra decisão de separar"(Cristina).

Ainda que houvessem palavras de incentivos de outras pessoas durante o relacionamento, no caso de Denise, Cristina e Karla a tomada de decisão, o ato de sair, fugir ou denunciar aconteceu de maneira solitária.

dos poucos amigos que eu tinha e falava, eles me aconselhavam pra sair do relacionamento e tomar uma decisão, e eu pensava nisso. Mas quando foi no dia de tomar a decisão, na semana, eu estava uma semana trabalhando só em oração mesmo, sozinha. Não minha cabeça eu pensava: 'eu preciso sair dessa'... aí quando eu tomei a decisão foi sozinha, não falei com ninguém, não liguei pra ninguém, aí depois já que aconteceu que foram chegando pessoas mais distantes também que falaram comigo, e disseram: 'eu soube da tua decisão e eu te apoio'. (Cristina)

Aí eu voltei, mas apoio, apoio assim só de Deus mesmo... e assim, das clientes que me abraçaram ... Foi muito Deus mesmo na minha vida, porque se não fosse Deus eu não tinha conseguido, porque as pessoas não... é... às vezes, não sei se é por medo, por não terem realmente condições... porque às vezes nesse momento a gente não precisa nem de dinheiro né!? Mas de uma palavra, "vai dar certo, eu tô aqui", às vezes as pessoas não te dão esse apoio, não sei se porque, pela falta de tempo, se não tem diálogo, mas graças a Deus e das minhas professoras, né? Que me emprestaram o dinheiro, com certeza... (Denise).

Eu não tive apoio de ninguém para terminar com ele porque, tipo, eles não sabiam (a família não sabia das agressões), eu tive apoio de mim mesmo e de Deus e eu mesma, aí depois sim, depois do caso eles ficaram do meu lado. (Karla)

Embora em seus relatos seja evidente que o rompimento dos relacionamentos só tenha sido possível com interferências e ajudas externas, os relatos de Cristina, Karla e Denise sugerem que a decisão de romper definitivamente foi tomada de forma solitária e individual. Foi resultado de um processo reflexivo interno, no qual a figura divina serviu como um ponto de apoio para decidir quebrar o ciclo da violência. Internalizar e buscar em Deus e na religião esperança e força foram estratégias utilizadas por essas mulheres para se reerguerem e planejarem a saída. Claramente, tais estratégias estão centradas em suas emoções, visando atribuir um novo significado às suas experiências e retomar o controle sobre suas vidas em determinadas situações.

Eu foquei em Deus, eu me lembro quando aconteceu isso eu cheguei na minha casa que era aqui perto logo, eu me lembro que eu chorei muito, eu chorei muito. Eu sempre tenho minha bíblia por perto eu ainda não era evangélica atuante, na verdade, eu era mais católica (...) aí teve uma hora que eu tava chorando, eu abri a Bíblia e eu só me lembro de um versículo da Bíblia que dizia bem assim, alguma coisa assim,(...) mas eu estou contigo. tá entendendo? Então eu entendi que Deus ele tava comigo, então quando Deus está com a gente nada mais importa aí eu... mudou a minha vida e mudou para melhor, sabe? (Karla)

Aqui concebemos as estratégias de resistência como diferente de enfrentamento. Como aponta Diana Ferrer (2011) o conceito de resistência é mais amplo do que o de enfrentamento, assim, “a resistência ocorre no lugar em que ocorre o poder, ou seja, na relação de casamento, na família ou na comunidade. Enquanto o enfrentamento é a resposta a um incidente específico de violência, a resistência se exerce através de toda a relação de violência onde quer que se exerça o poder” (Ferrer, p. 67).

Karla em várias situações teve um enfrentamento direto diante da violência, questionou, pediu ajuda, revidou diante o ato de agressão física, “*eu sou uma mulher que enfrenta mesmo*”. Ainda que em outras situações tenha mantido uma atitude de aceitação diante de situações que não queria, como ocorreu no pedido de casamento ou quando foi agredida na rua e decidiu “*deixar pra lá*”. As maneiras com que essas mulheres lidaram em diferentes situações para a manutenção do relacionamento representam o conjunto de esforços cognitivos e comportamentais de avaliação de como reagir diante dos conflitos estabelecidos, ora evitando, ora enfrentando ativamente. Este processo é dinâmico.

A sensação de medo da mulher diante do agressor é um dos fatores que muitas vezes dificulta o processo de enfrentamento dessa agressão. Denise em diversos momentos não reagiu diante da situação por medo e por não conseguir medir forças fisicamente com o agressor. Em contrapartida, muitas emoções surgem diante dos conflitos, Karla e Cristina falam das emoções adversas e possíveis reações diante dos atos de agressão física,

eu ia matar ele, eu ia empurrar ele, porque ele vinha me puxando de uma maneira e ele disse: quando chegar em casa tu vai apanhar ... Ele falou pra mim sabe... Eu fiquei com ódio dele... Eu disse, eu vou empurrar esse cara aqui na frente, aí depois eu disse não, não vai valer a pena, o que eu vou fazer, eu vou me embora... (Karla)

Vemos que as atitudes não são aleatórias. Cristina expõe seu descontentamento e insatisfação diante da agressão, e o ódio que surgia quando era agredida, “*eu tinha vontade de matar ele*”, ao passo que se mantinha estável, sem reação imediata as agressões físicas, por vezes, pelo medo, pela insegurança, por proteção aos filhos.

Falar sobre o que estava passando pra outras pessoas, sejam familiares ou amigos, pode ser uma estratégia fundamental para ter apoio e se fortalecer, mas nem sempre se concretiza. Cristina se afastou de muitos amigos e, em certo grau,

da família depois que entrou no relacionamento, *“eu evitava falar pra minha família porque teria mais confusão”*. Ainda com o afastamento ela teve o incentivo de outras pessoas, *“de amigos e amigas, incentivos assim... pediam pra mim fazer”* (se separar). Ela destacou dois episódios que a marcaram muito nesse processo de tomada de decisão para se separar. A palavra do filho em dizer para que ela deixasse o pai foi um episódio que incentivo, assim como as palavras de apoio do primo:

Eu, no momento da decisão eu pensei assim: eu vou fazer o que agora? Sozinha, com dois filhos, ganhando um salário mínimo, porque eu já era funcionária pública, aí eu pensava: vou fazer o que agora? Eu ficava pensando: será que eu vou dar conta, será que eu vou passar fome? Eu ficava pensando num monte de coisas [...]

Eu cheguei em casa e comecei a chorar e pensar no que eu iria fazer agora, vou ter que começar do zero, ter que vender aqui e ir embora... tudo isso começou a passar pela minha cabeça, aí esse meu primo entrou aqui [...] e falou: ‘mana, só vim te dizer uma coisa, não importa a decisão que tu tenha tomado, eu vou estar do teu lado de qualquer jeito, do jeito que for eu vou estar do teu lado pra te apoiar, se tu precisar de mim seja para o que for me procura eu tô aqui pra te ajudar, meu parente, o meu sangue é tu, ele não é nada pra mim, nunca foi, então você é minha família e eu tô aqui pra te ajudar, pro que der e vier’ [...] aí isso me deixou, sabe? Isso me deixou fortalecida, me deu uma força, sabe? Pra continuar, eu pensei: ‘poxa, eu tenho em quem... eu tenho quem me ajude, eu não estou sozinha. Aí eu fiquei mais firme na decisão, eu poderia ter voltado atrás né? se não fosse tudo isso. (Cristina)

Esse tipo de apoio parece essencial na motivação para o rompimento, no caso de Denise isso foi faltoso, *“eu não tive apoio da minha família”*, ao mesmo tempo, que indiretamente seus clientes a ajudaram. O auxílio financeiro dos seus antigos professores foi fundamental pra que ela pudesse se estabelecer no trabalho e se reerguer financeiramente, mas Denise relata a falta de apoio emocional, *“às vezes, a gente quer uma palavra de apoio”*. Em seu momento de solidão e na tentativa para esquecer a sua situação e a tentação de voltar para a relação que a maltratava ela focou no trabalho como um meio de escape, *“o trabalho me ajudou muito também porque eu não tinha tempo para pensar na minha situação [...] aí quando era de noite quando eu queria pensar eu já tava cansada e dormia e com isso os dias foram passando”*.

Karla, de início, não falou para a família sobre as agressões físicas por receio de quebrar o elo bom que ligava o ex e seus filhos a familiares,

eu comecei a não querer mais estar com ele eu queria sair mesmo desse relacionamento porque eu sabia que aquilo ali não ia dar legal entendeu? Mas pra eu, eu continuei porque por causa da minha família, os meus filhos amavam ele, a minha mãe amava ele, então para mim é difícil chegar para eles e dizer: olha ele tá fazendo isso comigo eles não iam acreditar em mim... Né? Até porque eu venho de um relacionamento onde eu não sou

paciente então para minha mãe e para minha família eu não tinha paciência, né? que os meus relacionamentos não dão certo porque eu não tenho paciência, de fato eu não tenho (risos). Eu não consigo, não conseguir aguentar algumas coisas então chegar para minha família onde ele mostrava que ele era uma pessoa totalmente diferente na frente deles para eu chegar, eles não iam acreditar em mim... Aí eu ficava assim poxa, aí os meus filhos: poxa mãe, ele é tão bacana, para com isso sabe... Aí eu ficava me culpando, aí eu dizia: Será que sou eu mesmo, Será que sou eu, né? (Karla)

As ambiguidades e contradições presentes nos discursos são reflexo da natureza contraditória e ambígua das relações humanas, as quais se desenvolvem por meio de emoções e desejos que surgem e se transformam, ou são influenciadas por ações e reações que se renovam e assumem diversas facetas. Karla, em um momento, era tratada como rainha, enquanto em outro era violentada pelo seu "príncipe". Na percepção de Karla, o ex-companheiro era visto como mais agradável do que violento, o que a levou a questionar a si mesma como parte do problema, pois parte de sua família a rotulava como "não sendo uma mulher fácil". Essa ideia de não ser uma mulher fácil representava, nesse contexto, não aceitar comportamentos sexistas. Essa percepção fez com que Karla hesitasse em compartilhar as agressões com sua família imediatamente, mas encontrou apoio quando finalmente decidiu contar e esclarecer toda a situação.

Mesmo eu brigando com ele num dia, aí eu dizia: eu gosto dele, mas não, isso não vai dar certo... Eu sentia que não ia acabar bem... Aí eu disse não é melhor fechar isso aqui... Melhor acabar aqui, porque eu não posso e não quero que meus filhos vejam isso, presencie a relação onde eu sou machucada, onde eles cresceram me vendo uma mulher forte, uma mulher que luta que conquista aquilo que quer, pra uma mulher que... e de repente eu me vejo presa ao homem que faz todos essas coisas, não é o exemplo que eu quero dar pra minha filha. (Karla).

Madureira et al. (2014), refletem sobre as formas de enfrentamento que são utilizadas pelas mulheres que sofrem violência, e aponta que estão relacionadas às suas características psicológicas, às suas crenças e aos seus valores culturais e existenciais. Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento que podem ser acionadas e utilizadas dependem tanto dos esforços individuais (suas habilidades, recursos pessoais e emocionais e espiritualidade), quanto dos recursos sociais e materiais (rede de apoio). Assim, para o autor a ideia de resistir e enfrentar a situação conflituosa consiste na busca de apoio de pessoas da sua família, de amigos, na aparente submissão ao poder do companheiro, no controle das emoções mantendo a aparência de normalidade, na omissão de informações, no silêncio e até mesmo o enfrentamento direto, corpo a corpo em defesa própria ou dos filhos.

Destaca-se a educação e o trabalho remunerado como ferramentas fundamentais para que essas mulheres se estruturassem para se fortificar e autogerir suas vidas. A falta desses elementos marca a dependência ao outro. A educação, para Cristina, foi um ponto crucial pra enxergar a situação que estava vivendo. Assim como para Karla o acesso à informação influencia em sua formação e posicionamento. A estratégia de buscar se profissionalizar para trabalhar e garantir independência financeira, possibilitando sustentar a si mesma e ao filho, foi fundamental para que Denise pudesse sair do relacionamento.

As mulheres entrevistadas agiram de diferentes maneiras e buscaram diferentes meios de apoios direta ou indiretamente, e obtiveram diferentes respostas e ajudas. O apoio social que essas mulheres receberam pode ser representado socialmente por temáticas referentes ao apoio religioso, apoio de familiares e amigos, e apoio jurídico. A fé pautada na religião teve um papel importante, pois foi na busca em Deus, num ser superior, que encontraram força para agir, sair do relacionamento e esperança para se reerguer¹⁶. Como pontua Gomes et al. (2015), a busca pelo apoio de amigos e familiares é apontada como uma estratégia de autopreservação, considerando que normalmente a família cuida uns dos outros e por serem pessoas em quem se pode confiar e contar em situações adversas. Para os autores, as relações interpessoais permitem o compartilhamento de informações; de emoções e sentimentos e, muitas vezes atrelados ao suporte material compõem as principais funções de uma rede de apoio social.

Como vimos, estas mulheres decidiram tomar o rumo da sua própria vida. Cada uma vivendo suas experiências particulares, desenvolvendo estratégias para a manutenção do relacionamento e para a saída dele, não seguiram um roteiro pré-estabelecido, pois não há um método para lidar com o problema da violência doméstica. Com avanços e retrocessos através de diferentes caminhos, de lutas e resistências, cada movimento, tanto de retroceder quanto de avançar no jogo do poder, carregou em si a possibilidade e necessidade de quebrar o ciclo da violência. Como afirma Saffioti (2001, p.119-120):

nem todo o conhecimento é determinado pelas lentes do gênero. Graças a isto, mulheres podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas se abate e milhões delas tem procedido desta

¹⁶ Entendemos a interferência da instituição religiosa como instituição que pode reafirmar os papéis de gênero, mas o que é exposto é a fé e a percepção que estas mulheres tiveram diante das situações que enfrentaram.

forma. Não apenas no que concerne às relações de gênero, mas também atingindo as interétnicas e as de classes, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito.

4.2 O ato de denunciar e as experiências com a delegacia

Todas as mulheres entrevistadas foram a até a delegacia, e em alguns casos essa atitude marca também o rompimento com o relacionamento. Portanto, o ato de denunciar indica que esta atitude está diretamente associada à ruptura, uma mudança 'definitiva'. A busca das mulheres deste estudo pela delegacia também é entendida como estratégia de enfrentamento, ou seja, recurso utilizado para romper com a violência sofrida. Nesse sentido, consideramos que a denúncia é a expressão de uma postura ativa da mulher para a mudança, mas, como vimos, não é a única. Ademais, as expectativas que as mulheres projetam na delegacia como uma possibilidade de resolução de seu problema faz com que se acredite no compromisso de ação por parte desse serviço.

Na análise dos relatos percebe-se que às expectativas que essas mulheres tiveram sobre a denúncia evidenciou uma categoria predominante: a resolutividade. Buscaram na delegacia a resolução de seu problema, seja pela medida protetiva (Cristina, Karla, Denise) e, ou, da garantia de segurança (Cristina, Karla) e da punição ao agressor (Cristina, Karla, Denise).

No ato de denúncia a relação de poder existente se inverte, agora é a mulher quem pode ameaçar e punir seu agressor. Vimos que muitos fatores influenciam no processo de tomada de decisão em denunciar, e essa atitude pode demorar e/ou se apresentar somente em situações drásticas, como após a tentativa de feminicídio que marca a história de Karla.

As motivações para ir a um serviço público de segurança estão diretamente ligadas à experiência de satisfação ou insatisfação no atendimento recebido na delegacia. Na trajetória de Cristina, vemos claramente que a decisão em se separar foi marcada pela denúncia de seu agressor, que ela nunca havia denunciado durante os 15 anos de relacionamento.

Eu fui até a delegacia, trouxe a polícia e pedi pra tirarem ele, aí tiraram. Fui na delegacia, oficializei a minha denúncia, tudinho direitinho, documentado, falei logo que eu queria que respaldasse que me dessem um documento que proibisse ele de se aproximar, aí eu vim pra casa. (Cristina)

No município de São Sebastião da Boa Vista não existem serviços especializados de atendimento a mulheres vítimas de violência, e isso é mais um fator que contribui para a insegurança em romper e denunciar. No caso de Cristina ela relata que foi acolhida na delegacia, porque era inegável que ele tinha a agredido, ela estava com hematomas. A agressão física que deixa marcas visíveis é mais fácil de ser concebida e aceita nos órgãos institucionais de atendimento à mulher, pois é visível e inegável.

“Eu fui bem tratada, até recebi conselhos dos policiais”. Cristina teve uma experiência positiva com o atendimento na delegacia comum em São Sebastião da Boa Vista, pois obteve o que desejava de imediato: que tirassem o ex-marido do mesmo ambiente em que ela estava. No entanto, a experiência foi diferente para Karla e Denise.

E quando a gente chega lá para fazer uma denúncia é totalmente constrangedor e eles acabam te constrangendo mesmo, entendeu? Então a lei ela é bonita no papel. [...] cheguei lá e foi a pior coisa é a sensação da minha vida foi chegar no lugar onde você pensa que você vai ser bem atendida, que você vai ser recebida e você vai ser escutada. Foi totalmente diferente, foi totalmente repugnante, assim, o delegado olhar para mim e dizer: “o que foi que você fez para ele fazer isso? Você fez alguma coisa para ele fazer isso com você”. Como se aquilo justificasse, né? Eu achei um absurdo [...] Isso aqui meu tava inchado e, ele não fez caso nenhum... Ah, ele registrou, mas não foi atrás, não mandou ninguém ir atrás, foi a pior sensação do mundo. E ele fugiu (o agressor) e depois de três dias ele voltou e não aconteceu absolutamente nada. (Karla)

uma vez eu fui na delegacia, aqui, foi quando ele fugiu com o meu filho. Mas o que aconteceu: “ah, tu fez alguma coisa para ele, ele não ia fazer isso para ti do nada, ele não ia te ameaçar do nada, logo vocês’ (fala do policial). Aí eu fui no fórum e o cara falou para mim bem assim: “Tu tá fazendo isso, era pra ti tá com ele, não era nem pra ti tá aqui”. Então tudo isso desmotiva a gente, poxa, a gente quer um amigo, a gente quer uma palavra. A gente ouve isso da boca de alguém que tá lá, que na nossa concepção vai ser alguém que vai ajudar. Então a mulher tem muito pouco apoio aqui na verdade. (Denise)

No entanto, Denise denunciou na Delegacia Especializada (DEAM) no município de Belém e, mesmo num serviço mais estruturado ela relatou sua insatisfação com atendimento:

Eu fui e a delegada disse pra mim "ele te bateu?" Eu falei: não, ele não me bateu, mas ele me ameaçou. ‘Ah, então a gente não pode fazer nada!’, Então tu quer que ele me mate para ti fazer um papel? “Ah mas não podemos fazer nada”, isso eu ouvindo de uma delegada da delegacia da mulher lá em Belém.

- Foi lá em Belém?

- Sim, porque ele foi atrás de mim em Belém, eu estava na Santa casa com meu filho aí ele apareceu lá e disse que ia me matar, e foi uma grande confusão, e eu corri pro PROPAZ. Só que, para ti ter uma ideia, o pai do meu filho eu não sei nem te explicar o que passa na mente dele. Ele parece ser uma pessoa normal, se tu conversar com ele tu vai achar que a doida

sou eu, ele é uma pessoa na calma, ele é a pessoa mais calma do mundo para conversar, e ele conseguiu convencer, tanto os policiais do PROPAZ quanto delegada que eu era louca. E eu já estava louca, porque eu perdi o controle, quando eu via ele eu chorava, eu chorava e ele falava: 'para com isso amor, não sei o quê', aí, eu parecia louca surtada mesmo... É, ele era desse jeito. Aí ele falou: 'tá vendo como ela tá, doutora, ela não tá bem'. Era assim mesmo que ele falava, aí eu chorava né? porque eu sabia aquilo era mentira dele. [...] aí ela (delegada) dizia: 'mãe volta para sua casa com seu filho e com seu esposo ele vai cuidar de você, ele não me agrediu, ele não lhe bateu, não sei o quê'. Nem B.O ela fez.

- Tu foi lá uma vez?

- Fui sim, eu fui e não deu em nada. E aqui eu cheguei a ir no Fórum, só chamaram ele e não deu em nada, fui no conselho quando ele fugiu com meu filho [...] Eu não tive apoio nenhum desse povo... Dentro da polícia, tanto no conselho tutelar, nenhum. (Denise)

As queixas de Denise giravam principalmente em torno de ameaças relacionadas ao seu filho. Em muitas ocasiões em que ela procurou a delegacia e o conselho tutelar, foi devido ao ex-marido ter levado o filho sem sua permissão. "*Minha maior dificuldade é em relação ao meu filho*", relata Denise. Seu desejo era sentir-se segura como mãe e proteger seu filho. A falta de acolhimento revela a reprodução da violência contra as mulheres por parte daqueles que deveriam combatê-la, protegendo e garantindo os direitos das mulheres em tal situação.

Mesmo após o rompimento e a denúncia, Karla se viu num contexto de insistências e perseguições por parte do ex. O que a levou a fazer outra denúncia, dessa vez na delegacia especializada em Belém. A respeito da experiência no atendimento ela relata que foi totalmente diferente:

E a delegada fez a ocorrência e eles partiram lá para casa dele. Quando ele viu, assim, quem me falou foi um parente dele, que quando ele viu que era sério mesmo que aqui em Belém era sério aí ele parou, ele parou de me perturbar e aí passou uma semana ele me ligou pedindo para eu retirar a queixa e aí eu disse que não, que eu não ia tirar que eu ia continuar que é para ele aprender a nunca mais fazer isso e aí foi parando, e parou, mas só depois dessa denúncia que eu fiz em Belém porque aqui não funcionou [...] Cada localidade é uma localidade, como por exemplo, lá foi totalmente diferente, a atenção foi total, veio psicólogo, veio assistente social, veio todo mundo, então teve uma equipe, né? O que falta aqui no Marajó é isso, é uma equipe dessas, uma equipe para defender as mulheres. Já morreu tantas mulheres aqui que não queria mais e o cara matou... então isso é ridículo. (Karla)

Como apontam Oliveira & Moreira (2016) a denúncia é apenas o primeiro passo de um processo policial e judicial que se seguirá. Geralmente esse processo é desconhecido por parte das mulheres que realizam a denúncia, o que torna fundamental os esclarecimentos do processo por parte da equipe das delegacias. No entanto, o que emerge nos relatos é o desconhecimento sobre esse processo,

como foi no caso de Cristina e Karla: *“aí esse processo era para ir para o fórum, mas eu acredito que é porque ele tem um tio no fórum que não foi adiante”*.

Andreza ressalta que ir à delegacia é estar numa situação vergonhosa: *“qual é a situação da denuncia? É expor toda a minha intimidade, é passar uma vergonha, é vergonhoso”*. Apesar de ter ido à delegacia no mesmo dia do episódio de violência, não teve a coragem de fazer a denúncia, voltou no dia seguinte e fez: *“na delegacia, o atendimento com a escrivã foi excelente, porque ela não teve a emoção, ela teve a objetividade, ela foi objetiva dizendo: se você não fizer (a denúncia) ele vai continuar e vai fazer novamente”*. Após o atendimento da DEAM foi encaminhada para o serviço na Defensoria Pública, no qual teve uma experiência diferente:

Foi uma coisa extremamente desagradável aqui na Defensoria pública, porque quem me encaminhou pra lá foi a delegacia da mulher. Falei com assistente social, falei com a psicóloga e eu vou te ser bem sincera, nenhum deles acolhe, só estão fazendo o trabalho deles e, o problema é meu eu achava que eu fosse ser (bem atendida)... Mas não eu acho que é porque eles atendem muitos casos de violência, eu acho que eles perderam a sensibilidade. (Andreza)

Paula também relata o descontentamento com o atendimento da Delegacia da mulher:

me perguntaram se eu tinha certeza, de que eu tava querendo fazer isso, tipo, se eu tenho certeza se quero denunciar uma pessoa que me agrediu? Eu tenho! [...] Pelo menos a delegada que me atendeu foi assim. Mas lógico que lá dentro pode sim ter delegadas que vão te ajudar, eu não posso generalizar entende, porque eu também não gosto de generalizar nada, mas estou te contando o meu caso, então eu acredito que sim. No momento em que você tá lá frustrada, esperando, eu acho que alguém deveria te orientar, tipo, já rola a orientação, tipo, você tem que esperar num tal lugar até a delegada chamar e que não sei o quê. Mas eu acho que tinha eu vir alguma assistente social conversar contigo antes, pra ver se tu tá bem. [...] eu acho que no momento que ela vai e fala isso, que vão encaminhar ela, tem que ter uma assistente social, tem que ter alguém que pergunte se ela tá bem, como ela tá se sentindo. Não perguntar o que ela quer fazer, ou como quer fazer, porque ela não sabe, eu não sabia, tipo, eu não sei, eu quero que tu faça, é teu momento agora, por favor me pegue no colo me coloque pra dormir e vai fazer alguma coisa por mim. A minha atitude já foi chegar até lá, entendeu? Agora o resto eu queria que o sistema resolvesse pra mim, que o Estado estivesse do meu lado me apoiando. (Paula)

Outro significado que surge em suas narrativas se refere à concepção que se tem a respeito da Lei Maria da Penha e no processo de solicitação de defesa. Percebe-se que as mulheres veem a Lei Maria da Penha como uma forma de garantir sua proteção e, de certa forma garantir seus direitos, mas suas experiências com os serviços traduzem a descrença sobre a efetividade da lei na prática, como vemos nos relatos a seguir.

E como consequência dessa descrença, as mulheres se sentem desamparadas e desacreditadas na denúncia como uma ação que fosse romper com o ciclo de violência. Como vemos na pesquisa feita por Meneghel et al. (2005), os autores destacam que os próprios operadores da lei identificam limitações na aplicação da lei, e evidenciam que o Estado ainda não consegue oferecer total segurança à mulher.

a lei no papel ela é linda e a gente fica iludida quando a gente pensa que vai chegar na delegacia e achar que não tá certa que foi agredida e tal, então a gente vai. Mas quando aconteceu isso comigo, aconteceu isso, mas hoje a gente observa que já tá mais... assim... tá sendo cumprida o que de fato é a lei Maria da Penha, né? E é tipo assim antes era bem mais difícil, hoje já tá mais... O que falta aqui no nosso município, acontece muitas agressões aqui, mas o que falta que é uma delegacia de mulher... (Karla)

infelizmente, eu acho que é uma coisa que tá só no papel, principalmente aqui muitas meninas já morreram [...] Então é uma coisa (a lei Maria da Penha) que, é boa, né? pelas coisas que ela promete, mas, poxa, tem que acontecer uma série de coisas para ela ser validada. Para o cara poder ser preso, foi como eu te falei da questão, a mulher (delegada) me falou que ela não podia fazer nada por mim, porque ele não me bateu, então, se tivesse batido, se tivesse me matado, como ele me ameaçou. Poderia ter acontecido comigo, então é uma coisa muito... acho que precisava mais rigor na lei, assim não precisava esperar acontecer tudo isso com a mulher para eles ser presos. (Denise)

Esses relatos convergem com os dados da pesquisa, já mencionada, feita pelo Instituto DataSenado (2019) onde é contatado que menos de um quarto das brasileiras (24%) afirma conhecer muito sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). Além disso, pesquisa mostra que cerca de metade das brasileiras acredita que a Lei Maria da Penha protege apenas em parte as mulheres contra a violência doméstica e familiar (51%).

No estudo conduzido por Vieira e Hasse (2017), foi abordado que, quando uma mulher busca um serviço de atendimento, isso significa que ela já superou todas as barreiras psicológicas, como o medo e as dificuldades em estabelecer laços de confiança. É como um pedido desesperado de ajuda, e se essa ajuda não é encontrada, a violência continua a cercá-la, uma vez que as instituições, na maioria das vezes, não estão preparadas para acolher, mas sim para punir mais uma vez. Essa falta de confiança nos serviços destinados a apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade pode levar a uma subnotificação dos casos, pois a mulher desiste de denunciar o agressor com receio de sofrer novas agressões por parte das instituições, agravando ainda mais a propagação da violência contra a mulher.

Izumino (2004) ressalta que o ato de ir à delegacia relatar os problemas e os casos de violência não é uma tarefa fácil para a mulher, mas esta ação revela que as mulheres reconhecem esse espaço como um espaço de exercício de poder, no entanto, isso não garante seu autoreconhecimento como sujeito de direitos. A autora afirma que a Delegacia não é um espaço que garante esse discurso, já que a proposta é muito mais de assistência do que de garantia do exercício da cidadania.

expressa vários dos anseios do movimento feminista: busca a liberdade de ir e vir, autodeterminação, o desejo de uma vida sem violência e o domínio sobre o próprio corpo. Todos estes aspectos, contudo, passam por leitura muito particular. A inadequação das respostas da Justiça deve-se assim ao fato de que ali não é o espaço para a conquista desses direitos (Izumino, 2004, p.14).

Como apontam os relatos, as mulheres vítimas de violência percebem a importância dos serviços, pois elas buscaram na delegacia um ponto de apoio em sua tentativa para sair da situação de violência. E quando essas mulheres recebem um acolhimento adequado às suas necessidades, é possível traçar caminhos que possibilitam lidar com a situação de violência e construir trajetórias para a reconstrução de sua vida fora do contexto da violência. De modo contrário, quando o atendimento se limita a resolução do problema de forma imediata, geralmente, focada na criminalização do agressor, sem direcionar a outros serviços de atendimento prescritos na rede de enfrentamento a violência, com um acolhimento com profissionais capacitados que contribuam para o fortalecimento da mulher, não será eficiente. O que pode ocasionar uma fragmentação no processo de enfrentamento à violência e dificultar o processo de romper.

As mulheres que vivenciam violência expressam sobre a importância de ter alguém em quem possam confiar, alguém que possa ouvi-las e acolhê-las no serviços de atendimento especializado. Nesse sentido, é necessário que a mulher seja priorizada e tenha respaldo assistencial, psicológico e jurídico para o enfrentamento da violência e reconstrução de sua vida, levando em consideração a complexidade de afetos e pensamento que envolve sua relação com o agressor.

4.3 Marcas das violências e as interferências na subjetividade

Superação, conforme definido no dicionário, refere-se à capacidade de ultrapassar situações desagradáveis ou perigosas. Mas será possível ultrapassar a violência sofrida? Este questionamento é um convite para inúmeras reflexões e debates. Neste contexto, nossa abordagem foi investigar como as mulheres

percebem suas experiências passadas e como expressam as cicatrizes e dores que podem persistir em suas vidas.

Judith Butler (2003) argumenta que o sujeito é construído discursivamente dentro de contextos políticos específicos, moldado pelas relações de poder que o diferenciam e o submetem a hierarquias e padrões hegemônicos normativos, especialmente em relação a sexo, gênero, desejo e corpo. No entanto, paradoxalmente, essa constituição ambivalente confere ao sujeito um potencial subversivo para remodelar esses contextos, sua própria identidade e as normas sociais de acordo com seus interesses e desejos, visando uma vida que seja verdadeiramente habitável (Butler, 2001).

Assim, a preocupação central da autora reside na condição do sujeito enredado em estruturas de poder sexuadas e generificadas. Essa perspectiva resgata uma dimensão crucial para a análise das histórias de vida, partindo do pressuposto de que a formação do sujeito historicamente ocorreu mediante a internalização das formas predominantes de discurso, sendo constantemente interpelado por normas em um contexto social e político específico.

Desse modo, conforme um dos argumentos de Butler (2001), o sujeito se constitui, torna-se sujeito, no processo de sujeição (mediante experiências de assujeitamento, violência e opressão), refletindo os modos de subjetivação gerados por interações contínuas com outros sujeitos e sistemas culturais e simbólicos.

As mulheres entrevistadas passaram pela violência em seus relacionamentos e suas trajetórias têm muitos aspectos diferentes e outros semelhantes. Apesar de interromper o ciclo da violência, as marcas do passado persistem por um longo período e frequentemente resultam em graves consequências. Isso pode se manifestar tanto nos danos imediatos na vida das pessoas afetadas pela violência, quanto nos impactos na saúde física e emocional daqueles diretamente ou indiretamente envolvidos.

Andreza carrega em seu corpo as marcas e adoecimento como consequência de anos vivendo num relacionamento que a oprimia. Para explicitar sua percepção da situação em que se encontra ela usa uma metáfora:

Eu passei tanto tempo numa situação de violência. Tu sabe um passarinho quando fica na gaiola? Preso? Tu já viu o que acontece quando solta o passarinho da gaiola? Ele não consegue voar! São 10 anos, todos os dias tu acordar com a pessoa, dormir com a pessoa, a fala da pessoa (dizendo) tu é isso, tu é aquilo [...] E agora que eu me encontro aqui só eu e meus filhos... e, que a vida ainda botou mais esse situação [...] vou ter que

resolver minha saúde. O que é que eu faço? Aí eu saio dessa situação, dessa gaiola, aí eu me pergunto: o que é que eu faço? O que fazer após um período extenso convivendo como um agente passivo numa situação de violência, o que é que eu faço? Por que eu escutei tanta coisa horrível, eu escutei tanta coisa horrível, todos os dias... que agora que eu estou livre, digamos assim, eu fico: o que é que eu faço? (Andreza)

Como um pássaro liberto e perdido, Andreza expõe suas angústias por ter deixado de estudar e de trabalhar, *“quando eu me lembro disso, eu fico com tanta raiva de mim”*. Ela se sente perdida por estar desempregada e doente, e por ainda estar vivendo as consequências negativas da violência em sua saúde física, psicológica, emocional.

Os resquícios de uma violência que foi para o lado físico [...] Perdi meu tempo (começa a chorar) perdi toda uma situação... profissional, e, agora eu me encontro nessa situação aqui, doente, estou desempregada, tenho que buscar forças para poder seguir em frente, mas tem que ter essa força, se não, não vai. [...] (Andreza)

Vemos a influência no psicológico que as violências causaram nessas mulheres, como Andreza ressalta, *“eu tive um experiência que eu não me tornei uma mulher mais forte, eu me tornei esquivada, com receio, como medo”*. Neste mesmo sentido, Paula fala da insegurança de morar no mesmo bairro que seu agressor, tem medo de encontrar o ex-namorado e acredita que esse sentimento é consequência das violências que sofreu, e, isso a apavora,

eu queria viajar [...] porque eu não quero mais ficar aqui, eu me sinto limitada, eu me sinto presa, eu não posso sair sozinha [...] Eu só me sinto segura quando eu estou com um dos meus amigos, eu não me sinto segura real, [...] é muito agonizante e frustrante pra mim porque eu gosto de ser sozinha, eu gosto de almoçar sozinha, eu gosto de lanchar sozinha, mas, eu encontro ele no bar perto da minha casa, eu já fiz o que, eu já parei de ir lá eu já parei de comprar cigarro lá, entende? Tipo, a minha carteira era certa comprar lá, mas por conta dele estar lá, eu vou ficar como? Não, hoje é terça feira são 9h, eu acho que ele não tá no bar, ele deve estarem outro lugar, eu vou viver assim até quando? Isso porque eu tô sabendo lidar, imagine uma mulher que não sabe lidar. Eu sei que somos mulheres fortes, mas também a gente consegue ser muito frágil, principalmente quando rola uma coisa dessas, como eu te falei, o sentimento de culpa... pra mim, foi um dos principais fatores de eu ainda não conseguir, até então me libertar. (Paula)

Vergonha, medo, raiva, tristeza, culpa. Como ressalta Andreza é um mix de sentimentos e emoções, que atravessam suas trajetórias. É possível superar os efeitos negativos que a experiência de viver num relacionamento violento causou? Cristina diz que não é possível superar totalmente, algumas experiências tem grande impacto, e relembra o seu processo de gestação e como a experiência de estar grávida e ser violentada lhe causaram traumas, por isso deseja viver de novo a

experiência da maternidade em outro cenário. Andreza e Karla também desacreditam que a superação seja possível. Já Paula e Denise revelam que é possível superar “*com muita terapia*” e, “*demora*”, e que, “*infelizmente não é uma coisa que vai conseguir fazer sozinha*”.

Na trama da violência conjugal, um dos indícios é o afastamento da vítima de sua rede de relacionamentos. “*Eu não tinha amigos*”, “*me afastei dos meus familiares*”, são falas comuns dentre as entrevistadas e isso trouxe consequências para a vida social. Vemos que os relacionamentos com amigos e familiares são fundamentais para que a mulher tenha sua rede de apoio caso se encontre em situação de vulnerabilidade.

Uma questão fundamental foi a interferência emocional. Nas falas das entrevistadas se observa um medo de se envolver em novos relacionamentos amorosos, mesmo depois de ter encerrado o ciclo, por medo de reviver a mesma história.

Eu não consigo me relacionar com ninguém, eu não sinto mais, pelo menos a minha situação é essa. Eu não sinto, eu não consigo, eu já não confiava direito nas pessoas, eu não confio, eu tenho muitos problemas de confiança... nas pessoas. Eu sou muito fechada, eu sou muito chata até eu me sentir confortável o suficiente de me abrir. (Paula).

Eu me tornei menos emotiva, eu não acredito em relacionamento, [...] eu perdi a fé nas pessoas, porque parece que as pessoas querem me usar de alguma forma. (Andreza)

A gente perde a capacidade de acreditar na outra pessoa. (Andreza)

Custou para eu me relacionar e, tudo isso, eu nem eu fiquei, assim, um ano sem ninguém, sem contato, sabe? de querer ficar com alguém. (Karla)

Essas mulheres relatam o medo de que a história se repita, “*eu tenho receio de viver tudo de novo*”. (Denise). Zygmund Bauman (2007) afirma que o medo pode estar relacionado ao conceito de “reciclagem identitária”, segundo o qual a mulher passa por um processo de redescoberta de sua própria essência. Enquanto não completa esse processo, ela pode se tornar insegura e solitária, consequentemente devido à sua busca pela verdadeira essência como mulher. O autor também menciona que o caminho para a identidade é uma batalha contínua entre o desejo de liberdade e a necessidade de segurança, marcada pelo medo da solidão e o pavor da incapacidade. Isso sugere que a solidão é um dos fatores destacados pelas entrevistadas após decidirem romper com a violência.

Na maioria das situações de violência, as mulheres enfrentam solidão prolongada, sendo isoladas devido à repressão e ao afastamento social que ocorria

quando estavam com seus parceiros. Após romperem e tentarem recomeçar suas vidas encontram-se novamente sozinhas e desamparadas, pois muitos desconheciam a violência vivenciada devido ao silêncio mantido pelas mulheres por tanto tempo. Frequentemente, essas mulheres não recebem apoio de amigos e familiares, pois estes não têm conhecimento dos atos violentos e duvidam de suas palavras, uma vez que os sinais invisíveis foram experimentados apenas por elas.

Infelizmente, a violência simbólica permeia diversas esferas, inclusive as instituições que deveriam protegê-las, muitas vezes as violentam. Por muito tempo, a história dessas mulheres permanece no anonimato devido ao medo de enfrentar a sociedade, que tende a criticar a mulher por não acreditar que uma pessoa aparentemente boa possa cometer atos de violência. Essa invisibilidade persiste nos lares de muitas famílias e só se torna evidente em situações extremas.

Mesmo com marcas, dores, medos, as mulheres entrevistadas superaram o relacionamento violento, passaram por cima, deixaram para trás o que lhes feria. Ainda que os efeitos negativos da violência vivida, ainda possam repercutir em suas vidas, suas histórias, são histórias de sobreviventes dessa violência sexista e misógina.

4.4 Novos caminhos: a trajetória pós-rompimento.

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

Triste, Louca ou Má
Canção de Francisco, el Hombre

Andreza, Karla, Paula, Camila, Denise e Cristina. Apesar de suas histórias serem únicas, dois fatores fundamentais as interligam e as inserem na classificação de mulheres vítimas de violência e que romperam com a relação violenta. São sobreviventes, são mulheres que tomaram a decisão de seguir em frente, deixando o que lhes feria para trás na tentativa de reestabelecer suas vidas e traçar uma nova história. Cada uma das mulheres entrevistadas demonstrou encontrar, de maneira específica, tanto mecanismos psíquicos quanto sociais na tentativa de ressignificar a

violência, visando combater essa forma de discriminação contra a mulher e reconstruir suas vidas longe do espectro da violência.

Vimos que essas mulheres, assim como centenas de outras mulheres que deram um ponto final em seus relacionamentos violentos, de certa maneira, romperam com a lógica binária do poder e desenvolveram práticas e estratégias de resistência que lhes permitiram transformar as dinâmicas e posições de gênero, atreladas ao empoderamento das mulheres para lutarem por maior autonomia frente às situações e perspectivas impostas a elas. O conceito de empoderamento envolve a liberdade de tomar decisões e a capacidade de ter controle sobre a própria vida, portanto, empoderar-se significa assumir o poder sobre si mesmo. As entrevistadas demonstram o empoderamento ao perceberem a importância da autonomia e buscarem romper com a situação em que se encontram. De acordo com Baqueiro (2012) esse conceito é aplicado em nível comunitário, organizacional e individual, permitindo que as pessoas adquiram conhecimento e controle sobre suas próprias forças para melhorar suas vidas.

Stecanela e Ferreira (2011) ressaltam que quando essas mulheres que sofreram violência deixam o espaço que deveria ser de proteção, mas que se tornou um espaço de risco devido à natureza violenta do parceiro, e entraram no domínio público da rede de proteção, deu-se início a um doloroso processo de autonomização. Este processo tinha como objetivo implícito superar a crise, transformar a identidade e transitar por outras configurações em suas jornadas, afastadas da imagem de vítima ou da mulher que sofre violência. Esse processo de mudança, que Dubar (2006, p. 147), nomeia de “transformação identitária”, é uma transição frequentemente difícil, delicada e dolorosa, mas também vital. O autor esclarece que entre a fase da antiga identidade e a construção da nova identidade, “há um vácuo, uma terra de ninguém no campo do significado, onde, literalmente, o eu não é mais ninguém” (Dubar, 2006, p. 148).

Nos relatos percebemos essa busca por mecanismos para interromper o ciclo que as mantinha em uma posição de subordinação. Nas falas de Cristina se percebe que ela divide sua vida entre estar no relacionamento e o depois de ter rompido com a relação, “*tudo mudou*”:

Na questão emocional sempre vai ter uma cicatriz do passado, enquanto o resto, só foi avanço na minha vida, foram tantas coisas boas que aconteceram, que tu não tem noção. Um dia desses uma ex vizinha minha entrou aqui, ela morou do meu lado na época, ela presenciou toda a minha

vida, e depois que eu me separei e já com meu atual marido, ela veio me visitar aí ela me elogiou muito, ela falou: “vizinha, até a sua casa tem outro clima, até sua casa mudou, tem outro cheiro, tem outra vibração”. Então, muita coisa mudou, pra melhor. (Cristina)

Segundo Dubar (2006, p. 148), qualquer transformação na configuração da identidade atravessa uma crise desse tipo, comumente associada aos momentos cruciais da vida, como mudanças de status e eventos significativos na história pessoal. A identidade emergente difere da anterior devido à interação simultânea entre os aspectos objetivos e subjetivos presentes nas novas relações sociais que se formam ao longo de suas jornadas.

Cristina transformou o medo que a aterrorizava de perder seu patrimônio, perder sua casa, que haviam construído com muita dificuldade, em uma casa um clima melhor, cheiro melhor. Transformou o medo de ter que “*começar tudo do zero*”, em novas perspectivas de vida. Mesmo que a decisão de romper tenha sido feita sem planos definidos, “*as coisas foram se encaixando*”:

Não tive tempo de fazer planos, eu fiquei tão desnorreada, e eu fui me encaixando devagar, as pessoas também foram me ajudando a ver as coisas. E as coisas foram acontecendo, coisas que eu nem imaginava que fosse acontecer, de bom, de muito positivo, tipo, até relacionado a trabalho, tudo, tudo.

Os encontros com a família voltaram a acontecer com frequência, as amizades foram se tronando mais presentes em sua vida. Um ponto fundamental na trajetória de Cristina foi sua insistência para continuar estudando, mesmo estando com um companheiro que não incentivava e dificultava sua permanência. “*Depois que eu me separei, eu só quis caminhar pra frente*”, diz ela. Terminou sua graduação e iniciou um curso de pós-graduação, mas ressalta que “*eu já não penso em ir tão longe, porque eu penso em ajudar os meus filhos, como eu já tenho trabalho e tudo, eu quero agora ajudar meus filhos*”.

Na história de Karla, a experiência com a violência foi apenas uma parte da sua trajetória, ainda que tenha sido a parte mais traumática e dolorosa, ela conseguiu sobreviver e se reestabelecer: “*Foi Deus que me fortaleceu e eu fiz dessa situação um recomeço, entendeu? Eu me sinto uma mulher mais forte, uma mulher mais firme, consciente daquilo que quer, observadora das pessoas, eu fui me recompondo psicologicamente*”. Karla se considera uma mulher forte, que fala o que pensa e que busca o melhor pra sua vida e para a vida de seus filhos, discorre que sempre buscou estudar, tem uma vida profissional e financeira estável, na qual se manteve. As sequelas da violência foram principalmente de ordem psicológica e

levou tempo para se recompor, e, talvez, não tenha superado totalmente, “*a gente recupera, mas não totalmente*”, no entanto, se sente feliz atualmente,

observo tem mulher que não consegue se recompor depois de, têm mulheres que ficaram ali naquela tristeza, têm mulheres que poderiam até pegar uma depressão, e, graças a Deus eu não fui por essa linha, eu foquei em Deus e ele me reestruturou e hoje eu tô aqui, tô feliz, tô bem. (Karla)

Barreto (2008) destaca a resiliência como um apoio fundamental para a recuperação diante de situações desafiadoras. Ele enfatiza que, no processo de resiliência, a pessoa busca forças para reagir e superar a situação, em vez de se concentrar nos aspectos negativos. Portanto, ser resiliente é dar significado à vida e possibilitar a realização dos objetivos que a vida nos apresenta. Cada pessoa tem uma trajetória e um processo de recuperação único, como aponta Barreto (2008) o processo de resiliência não é igual pra todos.

Andreza ainda se vê envolvida nos conflitos conjugais, mesmo após dois anos da separação, principalmente com relação ao filho, o vínculo conturbado se mantém. Os conflitos repercutem no seu bem estar emocional e psicológico. Ao ser questionada sobre os planos que faz para o futuro, Andreza diz que não faz planos, está tentando cuidar da saúde, que é sua prioridade:

Eu não faço planos pro futuro, o que eu faço hoje, nesse momento, é cuidar da minha saúde... eu fiquei num estado que eu poderia ter morrido, e quando você se depara com a morte... eu não vou mais procurar conflito apesar de... ter que ir lá... eu não vou mais procurar conflito, mas eu vou ter que viver intensamente a minha vida. Sabe? Viver cada dia como se fosse o último? Porque hoje minha preocupação é com minha saúde, se eu tivesse com a saúde boa, talvez eu fizesse planos. Eu estou estudando pra concursos públicos, então não estou planejando, estou apenas estudando pra poder começar a organizar essa questão profissional, estou desempregada e não sei como vai ficar minha situação a partir de abril, porque já cortam o vínculo do auxílio doença. Vou fazer uma cirurgia em breve, e o que já está me deixando aflita nessa situação é como eu vou sustentar os meninos, mas eu não vou poder fazer várias misturas, sabe? Fazer isso, fazer aquilo... não, eu vou me concentrar agora apenas no que eu tô fazendo, que é cuidar da minha saúde. (Andreza)

“E é esse presente que a vida está me dando: ou eu olho de vez pra mim, porque eu não olhava pra mim, era só pra casa só pro outro, tenho que fazer, tenho que fazer aquilo. A vida tá me forçando a olhar pra mim” (Andreza). Se manter viva é sua prioridade. A orientação médica é que Andreza viva um dia de cada vez, pra não causar episódios de ansiedade e agravar seu estado de saúde, isso faz com que Andreza reflita também sobre outros aspectos da sua vida:

Depois que eu cuidar da saúde eu vou ter que decidir o que eu vou ter que fazer profissionalmente, porque eu já estou com 41 anos. O que resta pra

mim? Será que a sociedade vai me aceitar? Será que o mercado de trabalho vai me aceitar? Ou será que eu vou ter que correr contra o tempo pra poder ter que fazer todas as outras coisas e chegar lá? E isso demanda tempo. Então eu estou com 41 se eu quisesse fazer um mestrado são dois anos, se eu tiver que fazer um doutorado são 4 anos, só aí são 6 anos. Com 50 eu termino? A sociedade tá preparada pra me aceitar? Por isso que eu te digo, eu não posso fazer planos, porque tem todas essas questões. (Andreza).

Cada mulher segue um fluxo específico e singular na reconstrução de sua vida. Esse processo pode ser prolongado e desafiador, às vezes parecendo frustrante. Entre as entrevistadas, Andreza e Cristina permaneceram mais tempo em seus relacionamentos, e cada uma encontrou sua própria maneira de sair e traçar um novo caminho para suas vidas. Embora estejam em contextos diferentes, há um fator fundamental que as interliga: a sensação de que perderem tempo e os limites encontrados no aspecto profissional. Cristina entende que não pode "*ir muito longe*" porque precisa cuidar dos filhos, enquanto Andreza questiona se ainda é possível buscar avanços profissionais. Quando Andreza reflete sobre olhar pra si como prioridade, ainda tem um limite, pois acrescenta a preocupação com os filhos:

agora que eu tô fora (do relacionamento) a única coisa que tá me dando força pra seguir é a questão dos meus filhos, o que fazer? Mas aí eu me faço outra pergunta, mas não era isso que eu deveria estar fazendo, eu deveria estar preocupada comigo e não em cuidar dos meus filhos, porque querendo ou não eu vou estar em prol de outras pessoas. Porque, assim, você sai dessa gaiola de violência que ficou 10 anos, você se encontra livre entre aspas, por que ainda está tendo violência, e você tem que pensar em você agora, mas você também tem que pensar nos outros. E aí? Então é uma questão pra ser pesquisada, será que a pessoa que sofre todo esse tempo de violência, ela consegue sair realmente de círculo de violência?. (Andreza).

Paula e Camila foram as entrevistadas cujas separações eram mais recentes. Encontravam-se num estado de aceitação após o término do relacionamento, refletindo sobre suas experiências passadas e delineando seus objetivos futuros. Camila percebeu que sua vida sempre esteve voltada para o outro, seja namorado ou marido, e essa negligência consigo mesma foi bastante prejudicial. Essa reflexão e reconhecimento levaram Camila a perceber a necessidade de mudar sua trajetória, explorar novos caminhos e cuidar mais de si mesma. Seu processo de resiliência agora está focado em seu crescimento profissional, e ela já começou a trabalhar em um emprego melhor.

O que eu quero é crescer como pessoa, profissionalmente, a Camila quando ela determinou que iria focar nela, ela começou a ganhar, hoje eu estou empregada, então, eu sei que daqui pra frente é só melhorar. [...] Eu decidi e fui viver pra mim, procurei um trabalho. É uma decisão individual de cada pessoa, mas a ajuda das pessoas é fundamental. (Camila)

Paula diz que se manter ocupada tem ajudado no processo de recuperação, mas tem sido difícil estar desempregada. Seu plano atual é mudar de cidade e tentar começar uma vida nova o que fará em breve, pois a dificuldade financeira e se manter no mesmo bairro que o ex, atrapalha esse processo.

se eu tivesse trabalhando teria sido um pouco mais fácil de lidar com isso, porque eu ia tá com o meu dinheiro, no momento em que eu tivesse triste eu podia me dar algum mimo, eu podia sair pra almoçar como eu fazia antes, antes pra mim era mais fácil de lidar porque eu trabalhava, quando eu tava com raiva, quando eu tava frustrada eu... comprava alguma coisa pra mim. Eu sei que, tipo, não vai cortar a linha, mas era um tipo de exercício que eu tinha pra mim mesma, pra ver que eu sou mulher, eu sou independente. É isso, se sentir independente, entendeu, isso ajuda. (Paula)

Denise focou em cuidar do seu filho, na igreja e no trabalho como forma de superar, fez cursos profissionalizantes para abrir seu próprio negócio, atualmente é autônoma. *“Eu tenho muitos colaboradores, pessoas que me dão apoio no meu negócio, eu investi muito no meu nome, e eu ponho para me divulgarem, quando tem algum evento da prefeitura eles me chamam para dar palestra, eles me chamam para ofertar sorteio”*. Havia iniciado um curso de graduação, mas não conseguiu finalizar por conta de problemas de saúde com a mãe. Denise trabalha na área da beleza e é uma grande incentivadora de suas clientes em melhorar sua autonomia financeira.

Têm mulheres aqui que tá com parceiro por causa de comida... É muito triste isso porque não tem (trabalho), não sabe fazer nada da vida, não estudaram, não tem alguém que lhes incentivem, que abracem, 'bora estudar, bora ensinar', eu ensinei umas três meninas a colocar tuíinho aqui, elas colocam, já é uma ajuda, né? [...] Sou apaixonada pela área da beleza, do bronze, do cabelo, eu me identifico muito com isso, através disso eu consigo ajudar outras mulheres a se sentirem mais bonitas a realçar a autoestima delas, e outra cliente minha que falava que: 'ah, eu não fazia bronze porque meu marido dizia que eu era feia, que eu era gorda, que não sei o quê'. Então os próprios companheiros colocavam elas pra baixo. Eu dizia: 'não, amor, o bronze é pra todas, tu é linda [...] a gente, né, quer ser uma pessoa de bom caráter, enfim, eu incentivo minhas clientes dessa forma. (Denise).

No estudo de Labronici (2014), é destacada a importância da presença do outro em redes de apoio social para sustentar o contínuo processo de resiliência. Portanto, é fundamental que os apoiadores, incluindo familiares, amigos e profissionais, compreendam que cada pessoa se desenvolve de acordo com sua capacidade de superar os obstáculos. É importante reconhecer que cada indivíduo tem seu próprio tempo para lidar com situações adversas, por isso a necessidade do apoio profissional, que inclui escuta e confiança, nos momentos em que as mulheres mais precisam.

Como aponta Stecanela e Ferreira (2011), a vitimização afirmativa é um aspecto central dessa dinâmica. Significa que quando as mulheres reconhecem e nomeiam as dificuldades, estão identificando uma necessidade e conectando isso às relações sociais e, isso ajuda a entender o que estão passando. Em outras palavras, ao nomear as experiências, estão construindo uma identidade que é reconhecida e aceita culturalmente. Para as mulheres avançarem na busca pela autonomia, é crucial que reconheçam a necessidade de superar a dependência emocional, buscando entender suas próprias lacunas e decidindo quem desejam ser. Esse é um processo complexo, como observado por Melucci (apud Stecanela e Ferreira, 2011), pois envolve tanto aspectos individuais quanto sociais da nossa identidade. Trata-se de uma jornada de aprendizado em que as mulheres constroem sua independência, gradualmente se libertando das restrições impostas pelo sistema. Por meio da autonomia, elas podem criar novas identidades, integrando suas experiências passadas com as atuais, o que também lhes permite imaginar um futuro diferente, longe da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas aqui apresentadas refletem as de muitas outras mulheres que, como elas, nasceram, cresceram e viveram em uma sociedade marcada pela cultura da dominação patriarcal e da desigualdade de gênero. As experiências de violência vividas por essas mulheres se assemelham às de tantas outras que precisam ser ouvidas. As histórias compartilhadas pelas mulheres participantes deste estudo apresentam aspectos individuais e coletivos, descrevendo trajetórias marcadas pela dor, pelo medo e pela busca pela superação.

Conhecer as histórias de Andreza, Cristina, Karla, Paula, Camila e Denise me fez compreender a negação que ainda enfrentamos em uma sociedade patriarcal. Percebemos que as mulheres frequentemente demoram a reconhecer os primeiros indícios de violência em seus relacionamentos. Em certos casos, há uma recusa em aceitar que a violência seja um fenômeno socialmente construído, sendo interpretada apenas como uma característica particular dos agressores, como as explosões de comportamento ou ciúmes. Assim, a violência se apresenta, conforme observado nos casos analisados, profundamente enraizada na cultura, contextualizada historicamente e com particularidades culturais, isso reflete, a naturalização da violência.

As histórias das mulheres oferecem insights profundos sobre os desafios que enfrentaram em diferentes épocas e lugares em suas jornadas para superar a sua situação de violência, destacando-as como exemplos significativos de resiliência. Elas ainda estão envolvidas nas complexidades da violência, seja ao lidar com a dor ao recordar eventos passados, seja ao confrontar a crueldade dos discursos que as moldaram ao analisar o passado, vivenciar o presente e planejar o futuro. No entanto, como apontam Stecanela e Ferreira (2011) suas trajetórias acumulam um saber e, apesar da persistência de certos padrões, elas avançam continuamente em direção a uma compreensão mais elevada, moldando seus caminhos como uma espiral ascendente nos processos de integração social.

Assim percebemos nas narrativas das mulheres entrevistadas que elas passam por um processo de transformação em seus papéis sociais e na maneira como aprenderam a ser mulher, e como revelam Stecanela e Ferreira (2011), essa

transformação está intimamente relacionada com uma mudança nas suas identidades, ou seja, uma estrutura identitária fortemente ligada à codependência, há uma transição para a construção de uma identidade pessoal, centrada em si em si mesmas. Esse processo abala rotinas e certezas, resultando em um movimento que gera instabilidade, perturba o que é familiar e a percepção do eu separado do outro, mesmo que esse outro seja o agressor (Stecanela e Ferreira, 2011).

Com relação aos apoios recebidos para romper com o ciclo da violência, observamos a ausência de apoio familiar ou de amigos em alguns casos (Andreza, Paula, Denise), o que é frustrante, pois faz com que a violência se torne um processo solitário no qual as mulheres se culpabilizam pelo que estão passando. Por outro lado, as mulheres que tiveram algum tipo de apoio de parentes e amigos, explanaram o quanto foi fundamental, mesmo que tenha sido uma palavra de incentivo, foi importantíssimo, pra sair e se manter fora do ciclo da violência.

. As experiências das mulheres entrevistadas tanto na delegacia comum quanto com na delegacia especializada não foram positivas na maioria dos casos. Isso está relacionado às expectativas que essas mulheres têm em relação ao serviço. Por vezes, os mecanismos de apoio da rede de proteção contribuem para romper com padrões antigos; em outras ocasiões, são os próprios sistemas, especialmente os ligados à justiça, que podem desencorajar avanços, levando a retrocessos. Como vimos, quase todas elas criticaram a falta de eficácia na aplicação da Lei Maria da Penha, expressando medo e insegurança devido à percepção de que o aparato institucional não age de maneira efetiva na prevenção da violência. Além disso, percebem que outras normativas legais acabam por invalidar o processo, o que aumenta ainda mais a sensação de desamparo e vulnerabilidade.

As entrevistadas que vivem em São Sebastião da Boa Vista enfrentaram dificuldades no atendimento em uma delegacia comum. Além disso, também encontraram obstáculos ao tentar se deslocar de sua cidade até a capital do estado para acessar um serviço especializado de atendimento à mulher vítima de violência. No entanto, mesmo ao recorrerem ao serviço especializado, ainda assim se sentiram frustradas, pois suas expectativas não foram atendidas.

Nas análises das narrativas de vida, todas as entrevistadas expressaram a adoção de estratégias de resistência aos mecanismos de poder e sujeição, mesmo após enfrentarem a situação de violência. Seus relatos contribuíram com elementos significativos para este estudo, destacando a possibilidade que as mulheres vitimadas têm de resistência nesse processo de violência, na tentativa de ressignificar suas vidas fora desses ciclos. Tal resistência é construída de várias formas, cada mulher desenvolve à sua maneira. Além disso, encontram diversas formas de exercer e assumir o poder, descobrindo sua própria capacidade de agência, na qual o desejo de reconstrução da vida não é uniforme ou linear para todas.

Apesar de a pesquisa revelar que as consequências da violência afetam diversos aspectos da vida pessoal e social das mulheres, a forma como lidam com os traumas e medos influencia consideravelmente a qualidade de vida e nos projetos e planos que constroem para suas vidas. Como observado por Berger e Luckmann (2005), é a dimensão da experiência, neste caso, a experiência com a violência no relacionamento íntimo, que leva as mulheres a enfrentar, reproduzir ou superar o que viveram, reconstruindo seus caminhos entre o antigo eu e o novo eu. Cristina, Karla e Denise apresentam elementos fortes de ressignificação da vida e de superação da violência. Camila, Paula e Andreza demonstram ainda serem afetadas pelo medo e pelos traumas.

Voltar às perguntas iniciais colocadas na introdução deste trabalho e avaliar o que posso responder e o que não consigo é desafiador, pois o rico material das entrevistas gerou tantas reflexões em meu próprio processo de desenvolvimento de identidade que, por vezes, me senti despreparada para lidar com o que encontrei nas histórias de vida das mulheres afetadas pela violência. O processo de análise das narrativas de vida se assemelhou ao meu processo de escrita. Ao final, ao ouvir essas histórias de vida, percebo que as mulheres têm uma habilidade notável para expressar suas próprias experiências e compreender a sociedade em que vivem. Elas demonstram agência e adotam diferentes estratégias para enfrentar e estabelecer novas relações sociais, que são parte de suas vidas reais e cotidianas. Esse processo de autonomia é uma jornada de aprendizado em que as mulheres constroem sua independência, se libertando das restrições impostas pelo sistema e imaginando um futuro diferente, longe da violência.

Considerando que a sociologia extrai seu objeto de estudo da vida real, entendo que as histórias de vida contam não apenas a história individual de um sujeito, mas também a história da vida em sociedade. Portanto, as interpretações que as pessoas fazem de suas próprias experiências, juntamente com a maneira como o significado é configurado tanto individual quanto socialmente, oferecem insights valiosos para a sociologia e as teorias feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE NETTO, L; MOURA, MAV; QUEIROZ, ABA; LEITE, FMC; SILVA,GF. **Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais**. Esc Anna Nery 2017;21(1).
- ALMEIDA, Suely Souza (Org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.
- ALVARES, M. L. M. **Projeto de Pesquisa Efetividade e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará**. (2007-2014).
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022: São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364.
- ARRUDA, Angela. **Feminismo, Gênero e representações sociais**. In PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: formação e contexto. Org Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. [S.l.: s.n.], 1993. 5 p.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, ago. 2014.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. In: Sociedade e estado. Brasília. v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.
- BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste**. In: BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; MENEZES, Andrea Mesquita de (Orgs.). **Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste**, Vol. 5. Brasília: AGENDE, 2004. p. 35-52.
- BAQUEIRO, RVA. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? - uma discussão conceitual**. Revista Debates [Internet] 2012. 6(1): 173-87.

- BARRETO AP. **Resiliência: quando a carência gera competência.** Terapia comunitária passo a passo. 4 ed. Fortaleza: LCR; 2008. P.101-20.
- BARSTED. Leila Linhares. **Os Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero. Anais do I Colóquio de Direitos Humanos.** São Paulo, 2001, p. 01-09.
- BAUMAN Z. **Vida líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** 25. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos.** Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BORGES, Erika Nunes de Medeiros Ferreira. "**Reescrever minha história, virar a página, seguir em frente**" trajetórias de mulheres pós-situações de violência [manuscrito] / Erika Nunes de Medeiros Ferreira Borges. - 2016
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha).** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015. (Lei do Femicídio).** Altera o Art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, Brasília: 2015.
- BUTLER, Judith. "**Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**". Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción.** Madrid: Ediciones Cátedra, 2001
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPAGNARO, Sara; EGGERT, Edla (Orientadora). **Mulheres e a Madresposa que há em Nós: A Educação para o Amor Romântico.** 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2019.

- CHAUÍ, Marilena. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.
- DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. **Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, nº. 66, p. 165-211, fevereiro de 2008.
- DIAS, A. R. C. & MACHADO, C. **Amor e violência na intimidade: da essência à construção social**. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505. 2011.
- Dias, A.R.; Machado, C; Gonçalves, R.A; Manita, C. **Repertórios sobre o amor e as relações de intimidade de mulheres vítimas de violência: Amar e ser violentamente?** *Análise psicológica*, 1-2, pp, 143-159. 2012.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Novas subjetividades na pesquisa histórica feministas: uma hermenêutica das diferenças**. In *PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: formação e contexto*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 357-368.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Porto: Afrontamento, 2006.
- FARAH, M.F.S. **Gênero e políticas públicas**. In: *Revista Estudos Feministas*. P.47-71. 2004.
- FERRER, Diana Valle. **Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia**. 1ªed, Buenos Aires: Espacio Editorial, 2011.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1993.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOMES, N. P., DINIZ, N. M. F., REIS, L. A. & ERDMANN, A. L. (2015). **Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: Representações de mulheres que vivenciam o agravo**. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(2),316-324.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, M. P. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. *Revista de estudos feministas*, v.especial. p. 473-484, 1994.

- GROSSI, M. P. **Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal**. In: GROSSI, M. P.; PEDRO, J. Masculino e feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- GROSSI, M. P. **Trabalho de campo: território de fronteiras de gênero**. In: FONSECA, C. (Org.). Fronteiras da cultura. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p.224-231.
- GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em primeira mão, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, nº 26, p. 29-46. 1998.
- Grossi, P. K., & Aginsky, B. G. **Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais**. In P. K. Grossi & G. C. Verba (Org.), Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber (pp.19-45). Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.
- HIRATA et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva. Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro** Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e construção da cidadania de gênero**. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, 2004. p. 01-19
- KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBR, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flavia Pires Lucas. **Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência**. In: INTERFACE - comunicação, saúde e educação. Botucatu, v. 11, n. 23, p.485-501, set./dez. 2007
- LABRONICI, L. M. & MANTOVANI, M.F. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: Contribuições para o enfrentamento**. Escola Anna Nery, 18(4), 600-606. 2014.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Claves feministas para la negociación en el amor**. Managua, México: Puntos de Encuentro, 2001.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed. México: UNAM, 2005.
- LAMBRONICI LM. **Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência Doméstica: um olhar fenomenológico**. Texto Contexto Enferm [Internet] 2012.

- LAURETIS, Teresa. (1984). **A tecnologia de gênero**. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LORDE, Audre. **“Não existe hierarquia de opressão”**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LUCENA KDT, DENINGER LSC, COELHO HFC, MONTEIRO ACC, VIANNA RPT, NASCIMENTO JA. **Analysis of the cycle of domestic violence against women**. J Hum Growth Dev. 26(1): 139-146. 2016.
- MACHADO, L. Z.; MAGALHÃES, M. T. B. **Violência conjugal: os espelhos e as marcas**. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. et al. (Orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p.173-237.
- MACHADO, Lia Zanotta. **“Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?”** Série Antropologia (284). Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 2000.
- MADUREIRA, A. B., RAIMONDO, M. L., FERRAZ, M. I. R., MARCOVICZ, G. V., LABRONICI, L. M. & MANTOVANI, M.F. **Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: Contribuições para o enfrentamento**. Escola Anna Nery, 18(4), 600-606. 2014.
- MENEGHEL, Stela Nazareth et al (orgs.). **Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p.111-118, jan./mar. 2005.
- MENEGHEL, Stela Nazareth. **Histórias de vida: notas e reflexões de pesquisa**. Athenea Digital, Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), Espanha, n. 12, p.115-128, otoño 2007.
- MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. **Histórias de**
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- MOTTA, Flávia de Mattos; PORTO, Rozeli. Entrevista com Guita Debert. In: GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha

- Mendes (orgs.). **Depoimentos: Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Mulheres, 2006. p. 111-133.
- NOVAES, Regina. **Juventude e identidade de gênero: processos de construção social**. 2013.
- OLIVEIRA, C. M., & Moreira, M. I. C. **Os sentidos produzidos para a violência contra as mulheres a partir da perspectiva dos profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Betim-MG**. *Psicologia em Revista*, 22(3), 729-748. 2016.
- OLIVEIRA, M. M. et al. **Marcas psicológicas da violência doméstica: análise de histórias de vida de mulheres de comunidades populares urbana**. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 8 n.1 p. 123-139. jan./jun. 2009.
- ONU Mulheres. **Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. 2014.
- PANDJIARJIAN, Valéria. **Balanco de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil**. In: DINIZ, Simone G; SILVEIRA, Lenira P.; LIZ, Mirian A. (Org.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.
- PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. *Sociedade e Cultura, Goiânia*, v.11, n.2, p. 263-74, jul./dez. 2008.
- resistência de mulheres negras**. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC*, v. 13, n. 3, p. 567-583, 2005.
- SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP*, n. 16, p.115-136, 2001.
- SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora Graphium, 2004.
- SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*. v. 13, n. 4, p. 82-91, 2000.
- SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade**. In: CORRÊA, M. (Org.) *Gênero e Cidadania*. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2001

- SANTIAGO IMF, ALVES MHI, COSTA JC. **Análise das condições de saúde sexual e reprodutiva das mulheres atendidas no programa de atenção integral a mulher do serviço municipal de saúde de Campina Grande/PB..** Qualit@s Revista Eletrônica [Internet] 2013.
- SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.** 2005.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 3ªed., São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A vítima como figura contemporânea.** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n.º 61, p. 51- 61, jan-abr/2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v. 20, n.2, 1995. p. 71-99.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias.** Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMS (Edição Atualizada. – 2010). Brasília. 2010.
- SOARES, Bárbara Musumeci. **A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher.** Dilemas, v. 5, n.º 193, p.191-210, 2012.
- SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SOARES, Maria Cidney da Silva. **História oral de vida de mulheres que vivenciaram violência doméstica.** João Pessoa, 2017.
- SORJ, Bila. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade.** In PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: formação e contexto. Org Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 99-107.
- SOUZA M. B., SILVA M. F. S.. **Estratégias de Enfrentamento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.** Pensando Famílias, 23(1), jul. 2019, (153-166).
- SOUZA, T. L. **Os centros referência de atendimento à mulher em situação de violência e a experiência do propaz mulher.** (Belém-Pará). Revista de Estudos Empíricos em Direito Brazilian Journal of Empirical Legal Studies vol. 5, n. 2, ago 2018, p. 128-145.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. **Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re)construindo identidades**. Caxias do Sul: São Miguel, 2009.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. **Mulheres e narrativas identitárias: mapas de trânsito da violência conjugal**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2011.

VIEIRA E.M, HASSE M. **Perceptions of professionals in an intersectorial network about the assistance of women in situation of violence**. Interface [Internet] 2017.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: **Homicídios de Mulheres no Brasil**. [Brasília], FLASCO Brasil; CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência de 2012: Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil**. [Brasília], FLASCO Brasil, CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), 2012.

WELZER-LANG, Daniel. **Os homens também se podem interrogar... sobre o machismo**. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, gênero e dispositivos. Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E
ANTROPOLOGIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo:

Idade:

Raça/Etnia/cor:

Escolaridade:

Orientação sexual:

Estado Civil:

Religião:

Tem filhos/as? Todos/as com o mesmo parceiro? Se sim, qual a idade deles/as?

Naturalidade:

Com quem reside?

Onde moram os familiares?

Tipo de moradia (apartamento, casa; de aluguel ou própria; outro?)

Ocupação/profissão atual. Se sim, há quanto tempo? Onde? Teve outras ocupações anteriormente?

Qual a renda média mensal?

2. PERGUNTAS NORTEADORAS:

- a. Inicialmente, me fale um pouco sobre você, a sua história de vida de maneira geral, aspectos de tua vida que tu considera importante (que pode ser desde a infância até a fase adulta). Onde trabalha? o que gosta de fazer?

- b. Me conte sobre a sua experiência no relacionamento amoroso violento... A partir do momento em que vocês se conheceram, como foi o relacionamento de vocês? Quando começaram os indícios de violência? Fale um pouco sobre como foi este relacionamento, o que você sentia por ele, etc.
- c. Me fale sobre como você conseguiu perceber que estava sofrendo violência?
- d. Quanto tempo a relação durou? O que fazia com que você permanecesse no relacionamento mesmo violento?
- e. Qual sua concepção de violência? O que considera como ato de violência?
- f. Você acha que é possível superar situações de violência praticada por parceiros? Como é possível? Fale o que você pensa sobre isso.
- g. Como foi sua trajetória para romper com a situação de violência? Como que aconteceu desde o momento que decidiu romper... De quem teve apoio pra sair da situação? Pra quem contou? Quais as dificuldades encontradas para romper com a situação? Fale sobre isso.
- h. Existem alguns serviços especializados pra mulheres em situação de violência, buscou algum desses serviços? (delegacia, delegacia da mulher, assistência social, etc.) Se sim: Você encontrou alguma dificuldade no atendimento que recebeu em qualquer dos serviços ou instituições? Conte um pouco sobre a experiência com esses serviços.
- i. Você conhece a Lei Maria da Penha? Qual a sua opinião a respeito da lei?
- j. Como você descreveria sua situação após a experiência vivida em termos de consequências físicas, emocionais, psicológicas, financeira, etc.
- k. Como foi sua trajetória de vida após a situação de violência? Como você se vê diante de tudo o que aconteceu? Quais seus planos?

- l. Fale um pouco das suas principais relações de convivência, amigos, familiares, pessoas mais próximas.

- m. Depois do parceiro que cometeu a violência, voltou a se relacionar amorosamente com alguém? Quanto tempo depois? Como foram as relações?

- n. Atualmente você tem uma preocupação diferente com as novas relações amorosas? Mudou sua percepção? Fale um pouco sobre isso.

- o. O que é o amor pra você? e como deve ser uma relação amorosa?

ANEXO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa “TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA: Trajetórias de mulheres pós-situação de violência”. Meu nome é Elcione da Silva e Silva, sou a pesquisadora responsável, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, sob orientação a Profa Dra Telma Amaral Gonçalves – PPGSA/UFPA.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizada de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas comigo via e-mail (elcionsilvas2@gmail.com) e, também através do seguinte contato telefônico: (91) 991082346, via ligação ou Whatsapp.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa, intitulada “TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA: Trajetórias de mulheres pós-situação de violência”, é um estudo que visa investigar e analisar, sob uma perspectiva sociológica em diálogo com estudos de gênero e feministas, as narrativas de mulheres adultas com mais de 18 anos de idade, provenientes de diversas camadas socioeconômicas e de diferentes grupos étnico-raciais. As participantes devem residir em Belém - PA, ou em São Sebastião da Boa Vista - PA, e ter vivenciado situações de violência perpetradas por seus parceiros, sejam eles maridos ou namorados.

O objetivo da pesquisa é investigar as trajetórias de mulheres que passaram por experiências de violência de gênero e, apesar das dificuldades enfrentadas, receberam apoio e conseguiram superar a situação de violência, encontrando

caminhos para a superação, emancipação e construção de sua autonomia. Pretende-se analisar os fatores que contribuem para o rompimento do ciclo da violência, identificando, por meio das narrativas e histórias de vida dessas mulheres, os pontos de apoio, especialmente no que se refere ao papel das políticas públicas nesse processo.

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas narrativas para relatar as experiências vivenciadas. As entrevistas serão gravadas por áudio, caso permitidas. A participação na pesquisa não acarreta complicações legais, embora possa provocar sentimentos e lembranças desconfortáveis diante da temática abordada, resultando em possível desconforto ao responder algumas das perguntas do Roteiro de Entrevista. Para minimizar quaisquer danos ou sofrimento, as participantes têm total liberdade para responder ou recusar as perguntas, ou mesmo revisar o Roteiro. Os procedimentos da pesquisa seguem os Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo que nenhum procedimento utilizado represente riscos à dignidade das participantes.

As entrevistas serão agendadas com antecedência, com local, duração e número flexíveis de acordo com a disponibilidade e interesse das participantes, e serão gravadas e posteriormente transcritas para análise. As participantes terão acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa, e não serão cobrados custos para participar. Não haverá pagamento ou gratificação financeira pela participação, e a pesquisa não representará riscos à saúde das participantes. No caso de despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, estas serão custeadas pela pesquisadora.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados publicamente por meio da dissertação de mestrado, de artigos submetidos para publicação em revistas especializadas, assim como em apresentações em seminários, simpósios, congressos, entre outros. O anonimato das participantes será garantido, e elas terão o direito de buscar indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa.

Consentimento da pessoa participante da pesquisa

Declaro, por meio deste documento, meu consentimento em participar do estudo intitulado “TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA: Trajetórias de mulheres pós-

situação de violência”. Declaro ter mais de 18 anos de idade e saliento que minha participação neste estudo é voluntária. Recebi todas as informações necessárias e fui devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, Elcione da Silva e Silva, sobre os objetivos, procedimentos e métodos envolvidos na pesquisa, assim como sobre os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação no estudo. Concordo que durante a entrevista, seja utilizado um gravador de voz. Eu tenho o direito de solicitar, a qualquer momento, que o entrevistador pare de gravar, sem que isso me cause qualquer prejuízo. Os resultados deste estudo serão mantidos em sigilo, porém, concordo que possam ser divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam revelados. Se eu desejar, poderei tomar conhecimento dos resultados pessoalmente ao final da pesquisa. Foi-me assegurado que posso revogar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade. Portanto, declaro que concordo com minha participação no projeto de pesquisa acima mencionado.

Belém, _____ de _____ de _____

Assinatura da participante

Elcione da Silva e Silva
Pesquisadora responsável